São Paulo

# DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Sábado, 1 e Segunda - feira, 3 de maio de 2021 | Edição N º 292

www.datamercantil.com.br

# Covid-19: Brasil tem 403,7 mil mortes e 14,6 milhões de casos

O número de vidas perdidas para a pandemia do novo coronavírus chegou a 403.781. Nas últimas 24 horas, foram confirmadas 2.595 novas mortes em função da covid-19. Quinta, o balanço diário marcava 401.186 óbitos.

Ainda há 3.638 mortes em investigação por equipes de saúde, dados relativos a ontem. Isso porque há casos em que o diagnóstico sobre a causa só sai após o óbito do paciente.

O total de pessoas infectadas desde o início da pandemia totalizou 14.659.011. Entre ontem e hoje, foram registrados 68.333 novos diagnósticos positivos de covid-19. Ontem, o painel do Ministério da Saúde marcava 14.590.678 casos acumulados.

Os novos dados estão no balanço diário do Ministério da Saúde, divulgado na noite desta sexta-feira (30). O balanço é elaborado a partir dos dados sobre casos e mortes levantados pelas autoridades locais de saúde. Os dados do Ceará, contudo, não foram acrescidos ao quadro de hoje.

O número de pessoas recuperadas totalizou 13.194.538. Já a quantidade de pacientes com casos ativos, em acompanhamento por equipes de saúde, ficou em 1.060.692.

Os dados em geral são menores aos domingos e segundas-feiras pela menor quantidade de trabalhadores para fazer os novos registros de casos e mortes. Já às terças-feiras eles tendem a ser maiores já que neste dia o balanço recebe o acúmulo das informações não processadas no fim-de-semana.

Jonas Valente/ABR

## Economia

### Dívida pública cai para 89,1% em março, diz BC

*Página - 03*

### Petrobras reduz preço do diesel em 2,1% e da gasolina em 1,9%

*Página - 03*

### Samsung retoma da Apple a coroa de maior fabricante de smartphones, diz consultoria

*Página - 05*

## Política

### Cortar gastos obrigatórios foi 'problema original' do Orçamento, diz secretário

*Página - 04*

### Fachin envia a deputados carta que critica debate sobre extinguir cota de 30% de candidaturas femininas

*Página - 04*

### Articulação do Planalto para CPI da Covid tem disputa entre ministros e deixa senadores sem munição

*Página - 04*

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:19:17

# No Mundo

## OMS: parecer de vacinas para uso emergencial sai na próxima semana

A Organização Mundial da Saúde (OMS) espera divulgar seu parecer sobre a inclusão de duas das principais vacinas chinesas contra a covid-19 e do imunizante da Moderna em uma lista de uso emergencial até o final da próxima semana, anunciou a diretora geral assistente da organização, Mariângela Simão, nesta sexta-feira (30).

Simão disse que a comissão independente da OMS está avaliando a vacina da Moderna e uma vacina da chinesa Sinopharm nesta sexta-feira, e deve examinar a outra das principais vacinas da China, a CoronaVac, fabricada pela Sinovac Biotech, na semana que vem.

"Então, até o início da próxima semana ou no final da próxima semana, divulgaremos a avaliação final dessas três vacinas", disse em uma entrevista coletiva.

A lista de uso emergencial da OMS sinaliza às agências reguladoras nacionais que uma vacina é segura e eficaz, e permitiria que estes imunizantes sejam comprados e distribuídos pelo Covax, o programa internacional de compartilhamento de vacinas com países mais pobres.

Simão disse que é importante ter mais vacinas disponíveis por causa dos problemas de suprimento em vários países, inclusive da Índia, uma das maiores fontes de imunizantes do Covax, mas que restringiu as exportações por causa de uma disparada de casos no país.

Se aprovadas, as duas vacinas chinesas seriam as primeiras desenvolvidas em um país não-ocidental a receberem o apoio da OMS.

A China já distribuiu milhões de doses das suas duas vacinas principais em casa e as exporta a muitos países, particularmente na América Latina, na Ásia e na África.

Até agora, a OMS incluiu em sua lista de uso emergencial três vacinas contra a covid-19: Pfizer, AstraZeneca e Johnson & Johnson. Reuters/ABR

## Reabertura de Nova York esbarra em incertezas e bolsões de Covid

"Quero acordar na cidade que nunca dorme", cantou Frank Sinatra em "New York, New York" um dos maiores sucessos que ele gravou. Mas o slogan que definiu Nova York e resistiu à tragédia do 11 de Setembro acabou por esbarrar no sono da pandemia.

Como toda grande cidade que entrou em lockdown, a partir de março de 2020, Nova York esperava uma pausa mais breve. E vieram novas ondas de infecção por Covid-19 que provocaram aumento agudo de casos até o final do ano e já mataram mais de 32 mil.

Nesta quinta (29), o prefeito de Nova York anunciou que a cidade vai voltar "100% a partir de 1º de julho". Bill de Blasio prometeu que não haverá mais restrições para funcionamento de estabelecimentos comerciais e eventos no verão do Hemisfério Norte.

"Vai ser o verão de Nova York," anunciou, triunfante, o prefeito que deixa o cargo, depois do segundo mandato, em 2022. O anúncio eufórico do prefeito foi temperado por preocupação com bolsões de infecções em Nova York – com residentes que resistem a se vacinar e podem chegar a mais de 35% da população de alguns bairros.

Na quarta-feira passada (21), a agência de turismo local NYC & Company apresentou a centenas de jornalistas o plano Nova York Desperta, uma campanha de marketing sem precedentes, avaliada em US$ 30 milhões (R$ 161 milhões), com várias frentes, cobrindo a Broadway, museus, atrações turísticas, parques, novos hotéis e restaurantes, para tentar atrair de volta parte dos 66,6 milhões que visitaram a cidade em 2019. Lúcia Guimarães/Folhapress

## Em luto, Israel amplia esforços para identificar vítimas de tragédia durante evento religioso

Enquanto autoridades de Israel trabalham nesta sexta-feira (30) para identificar as vítimas da tragédia ocorrida durante um festival religioso que reunia dezenas de milhares de judeus ultraortodoxos, as redes sociais tornaram-se uma enorme plataforma de informações sobre desaparecidos.

Amigos e familiares têm compartilhado fotos de participantes do evento Lag B'Omer, em Monte Meron, no norte de Israel, em busca de informações sobre quem estava no estádio na noite da tragédia. Até agora, foram confirmados 45 mortos e 150 feridos, muitos em estado crítico.

De acordo com uma série de relatos, o episódio ocorreu quando milhares de pessoas caminhavam por uma passagem estreita revestida por um piso de metal que estaria molhado e, portanto, escorregadio. Algumas pessoas teriam escorregado, derrubando outras e dando origem a um efeito dominó. Com o tumulto, muitos começaram a correr, o que só agravou a situação e provocou as mortes e os ferimentos.

Algumas das histórias compartilhadas nas redes sociais são de alívio, como a de Eliyahu Kamar, contada pelo jornal Times of Israel. Ele não conseguia falar com o filho, que viajou sozinho para o festival. Ao saber do caso, Kamar foi a diversos hospitais procurando identificar o filho entre as dezenas de feridos.

Sem sucesso, ele temeu que o filho estivesse entre os mortos e se dirigiu ao Instituto de Medicina Legal de Abu Kabir, em Tel Aviv, onde as autoridades pediam às famílias que identificassem os corpos de vários dos mortos em Meron.

Lucas Alonso/Folhapress

*Editorial: Daniela Camargo*
*Comercial: Tiago Albuquerque*
*Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.*

*Jornal Data Mercantil Ltda*
*Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200*
*Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.:11 3337-6724*
*E-mail: comercial@datamercantil.com.br*
*Cnpj: 35.960.818/0001-30*

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:19:39

# Dívida pública cai para 89,1% em março, diz BC

Em março, ultimo mês antes do retorno do auxílio emergencial, houve alívio nas contas públicas e a dívida bruta do governo recuou 0,9 ponto percentual em relação ao mês anterior, para 89,1% do PIB (Produto Interno Bruto). Os dados foram divulgados pelo BC (Banco Central) nesta sexta-feira (30).

Ao todo, o endividamento público soma R$ 6,72 trilhões.

De acordo com o BC, houve mais resgates que emissões de títulos para financiamento da dívida no período, que contribuiu para queda de 1 ponto percentual no montante. Além disso, o crescimento do PIB nominal (em reais) puxou o endividamento 0,6 ponto para baixo.

A dívida registra crescimentos expressivos por mês desde o início da pandemia. Depois da chegada do vírus ao país, o governo teve de gastar mais em programas emergenciais, como o auxílio emergencial e linhas de crédito para empresas.

Com isso, em 12 meses, a dívida bruta aumentou 12,15 pontos percentuais -em março do ano passado o montante estava em 76,93% do PIB. Os valores podem ser diferentes dos anunciados anteriormente pelo BC porque a série é revisada com frequência.

Após três meses sem as despesas, o governo iniciou uma nova rodada de auxílio emergencial, que começou a ser paga no início de abril. A medida deve impactar novamente as contas públicas, mas em menor magnitude. O benefício, dessa vez, terá valor médio de R$ 250, mas poderá ser de R$ 150 ou R$ 375, dependendo do tamanho da família do beneficiário.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, também registrou queda de 0,4 ponto percentual em março e alcançou 61,3% do PIB. Segundo a autoridade monetária, a alta do dólar de 3% no período contribuiu para redução de 0,6 ponto no montante e o resultado positivo nas contas públicas representou 0,1 ponto.

Quando há valorização da moeda americana, há redução do valor da dívida líquida em reais porque são descontadas as reservas internacionais, mensuradas em dólar.

Larissa Garcia/Folhapress

# Desemprego atinge recorde de 14,4% no trimestre encerrado em fevereiro, segundo IBGE

A taxa de desemprego atingiu 14,4% no trimestre encerrado em fevereiro, de acordo com a pesquisa mensal do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada nesta sexta-feira (30).

Esse é o maior nível para o período na série histórica iniciada em 2012 e representa 14,4 milhões de brasileiros que estavam em busca de emprego. No trimestre imediatamente anterior (setembro-novembro), estava em 14,1%. Um ano atrás, era de 11,6%.

O recorde da série histórica da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), para todos os trimestres do ano, são os 14,6% registrados no período de julho a setembro de 2020.

O emprego assalariado, formal e informal, ficou estável em relação aos três meses anteriores. Apenas a categoria de trabalhadores por conta própria apresentou crescimento na comparação com o trimestre anterior (de setembro a novembro de 2020), segundo o IBGE.

Em relação ao trimestre encerrado em novembro, são 400 mil desempregados a mais. Em um ano, são 2,1 milhões de pessoas a mais procurando emprego.

A população ocupada (85,9 milhões de pessoas) ficou estável em relação ao trimestre móvel anterior, mas continua abaixo do nível pré-crise. Em um ano de pandemia, houve redução de 7,8 milhões de postos de trabalho, segundo o IBGE.

Eduardo Cucolo/Folhapress

# Petrobras reduz preço do diesel em 2,1% e da gasolina em 1,9%

A Petrobras anunciou nesta sexta (30) reduções de 2,1% no preço do diesel e 1,9% no preço da gasolina, os primeiros reajustes promovidos sob a gestão do general Joaquim Silva e Luna, que tomou posse na companhia no dia 19 de abril.

Os cortes são anunciados na véspera do fim da isenção de impostos federais sobre o óleo diesel, que termina neste sábado (1), com potencial para elevar o preço de bomba em R$ 0,35 por litro. Apesar da pressão de caminhoneiros, o governo ainda não informou se manterá o desconto.

A partir deste sábado, segundo a Petrobras, o preço médio do diesel em suas refinarias cairá para R$ 2,71, R$ 0,06 a menos do que o vigente hoje. Já a gasolina cairá R$ 0,05, para R$ 2,59 por litro.

Os cortes ocorrem 15 dias depois das últimas mudanças de preços promovidas pela estatal – aumentos de 1,9% na gasolina e 3,7% no diesel – ainda na gestão Roberto Castello Branco, demitido pelo presidente Jair Bolsonaro em meio à escalada de preços do início do ano.

Em comunicado que acompanha os anúncios de reajustes, a empresa reforça que os preços que pratica "buscam equilíbrio com o mercado internacional e acompanham as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo".

"Os reajustes são realizados a qualquer tempo, sem periodicidade definida, de acordo com as condições de mercado e da análise do ambiente externo. Isso possibilita a companhia competir de maneira mais eficiente e flexível e evita o repasse imediato da volatilidade externa para os preços internos", diz.

A estatal destaca ainda que os preços são livres e os repasses dependem de outros elos da cadeia. "Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biodiesel e etanol anidro, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores." Nicola Pamplona/Folhapress

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:19:59

# Política

## Cortar gastos obrigatórios foi 'problema original' do Orçamento, diz secretário

Em meio à articulação da ala política do governo para cortar despesas obrigatórias e recompor investimentos que foram vetados do Orçamento de 2021, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, disse nesta quinta-feira, 29, que cortar despesas obrigatórias para impulsionar discricionárias (que são gastos opcionais e incluem as obras) "foi justamente o problema original". Ele defendeu "seguir exatamente o planejado" e avaliar as despesas ao longo do ano.

Como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), a ala política do governo articula junto ao Congresso Nacional a recomposição de cerca de R$ 2,5 bilhões que foram cortados de investimentos e ações que são vitrine no Orçamento de 2021.

A manobra seria feita por meio de um novo corte em despesas obrigatórias no projeto de lei enviado pelo próprio governo para desfazer a "maquiagem" feita nesses gastos pelos parlamentares.

O tema foi discutido em um café da manhã na quarta-feira, 28, no Palácio do Alvorada entre o presidente Jair Bolsonaro e alguns ministros da ala política. O compromisso não consta na agenda oficial da Presidência.

Depois de bater o pé em defesa do ajuste no Orçamento, que resultou no corte de R$ 29 bilhões entre vetos e bloqueios, o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi deixado de fora do encontro.

"Cortar obrigatória para recompor investimento foi justamente problema original", disse Funchal, quando questionado em entrevista coletiva sobre a manobra.

Ele lembrou que R$ 9,3 bilhões em despesas do Orçamento estão bloqueados e podem ser liberados, caso a projeção de gastos obrigatórios caia ao longo do ano.

Estado SP

## Fachin envia a deputados carta que critica debate sobre extinguir cota de 30% de candidaturas femininas

O ministro do STF Luiz Fachin enviou aos deputados que compõem grupo de trabalho sobre reforma eleitoral uma carta elaborada por professores que pesquisam o tema e que manifestaram preocupação com temas discutidos pelos parlamentares.

O presidente do Grupo de Trabalho Reforma da Legislação Eleitoral é o deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR).

Os professores e pesquisadores que compuseram a carta fazem parte do grupo de trabalho de Sistematização das Normas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral, corte da qual Fachin é vice-presidente.

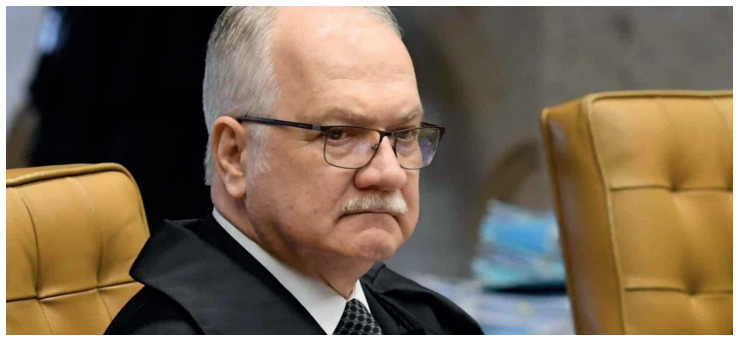
Em reunião em março, segundo a carta, os deputados discutiram a possibilidade de extinguir a exigência de 30% de candidaturas femininas em eleições, que seria compensada por uma reserva de 15% das cadeiras nos Legislativos.

Os pesquisadores afirmam que as propostas são contrárias aos interesses das mulheres brasileiras e não protegem ou incentivam o seu legítimo direito político de se eleger.

"Para nós, as cotas de candidaturas eleitorais para as mulheres integram, portanto, a proteção básica ao direito à participação política da mulher, não devendo ser objeto de qualquer alteração, a não ser que seja para aumentar esse percentual", diz a carta.

"A reserva de assentos é tema necessário e importante, mas deve ser pensado e implementado de modo a, no mínimo, se somar à cota de gênero de candidaturas e não de forma excludente", completa.

Camilla Mattoso/Folhapress



## Articulação do Planalto para CPI da Covid tem disputa entre ministros e deixa senadores sem munição

A articulação do Palácio do Planalto para blindar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na CPI da Covid se tornou palco de disputa entre ministros palacianos. Além disso, senadores governistas têm ficado desabastecidos de informações para usar como arma contra a maioria do colegiado.

Apesar de a coleta e tabulação de dados estar mobilizando servidores da Casa Civil, da Secretaria de Governo, da Secretaria-Geral e da Secom (Secretaria de Comunicação), senadores se queixam de não estarem sendo municiados com dados para atuar nas sessões da comissão parlamentar de inquérito.

Por enquanto, o senador Marcos Rogério (DEM-RO) minimiza a relevância dessa falta de dados. "Até agora, não foram encaminhadas informações porque não começou [a fase de depoimentos]. O governo tem que estar pronto para levantar informações e entregar. Se agiu corretamente, não há o que temer."

Um outro integrante da tropa de choque de Bolsonaro na CPI disse, reservadamente, que a ausência do governo vem desde o início, quando da indicação dos membros pelos partidos, que deixou a defesa do Executivo com apenas 4 das 11 vagas de titular.

Um parlamentar disse que ainda não ocorreu uma reunião entre todos os governistas e os ministros palacianos, apenas conversas individuais, enquanto a maioria crítica ao governo faz encontros frequentes –na quinta-feira (29), por exemplo, houve encontro no apartamento do senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Assessores da Secretaria de Governo e ministros têm procurado os senadores para se colocar à disposição, mas também há relatos de ruídos provocados pela disputa entre os ministros Onyx Lorenzoni (Secretaria-Geral) e Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil).

A relação dos dois não é boa desde o início do ano passado. Auxiliares civis do presidente atribuem ao general Ramos, então titular da Secretaria de Governo, a saída de Onyx da Casa Civil no início de 2020.

Daniel Carvalho/Folhapress

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:20:20

# Samsung retoma da Apple a coroa de maior fabricante de smartphones, diz consultoria

A Samsung tomou de volta da Apple a coroa de maior fabricante de smartphones do mundo, respondendo por um quinto das vendas globais no primeiro trimestre de 2021, disse a empresa de pesquisa de mercado Canalys.

A chinesa Xiaomi teve seu melhor desempenho trimestral de sua história: as remessas subiram 62%, para 49 milhões de celulares, e a fatia de mercado para 14%, levando-a para a terceira posição – atrás apenas de Samsung e Apple.

No geral, as vendas globais aumentaram 27%, para 347 milhões de unidades no primeiro trimestre, com a economia chinesa se abrindo após a pandemia e o rápido lançamento da vacina nos Estados Unidos elevando as esperanças de recuperação econômica.

A sul-coreana Samsung vendeu 76,5 milhões de smartphones no trimestre, e abocanhou 22% do mercado, disse a Canalys.

A empresa divulgou nesta quinta-feira um aumento de 66% no lucro trimestral em seu negócio de dispositivos móveis, graças às vendas robustas de sua linha de smartphones Galaxy S21.

A Canalys afirmou que a Apple vendeu 52,4 milhões de iPhones de janeiro a março, caindo para a segunda posição, com 15% de participação no mercado.

Esse resultado veio após a empresa impressionar os consumidores chineses no trimestre de dezembro com seu novo iPhone 12. A Apple afirmou na última quarta-feira que as vendas totais para a China quase dobraram.

As vendas de smartphones no trimestre de março para as marcas chinesas Oppo e Vivo também aumentaram, disse a Canalys.

A Huawei, ex-número 1 e que segue acorrentada pelas sanções dos EUA, ficou em sétimo lugar, com 18,6 milhões de unidades, depois de vender sua marca Honor no ano passado.

G1

# Calor extremo pode neutralizar vírus da covid em segundos

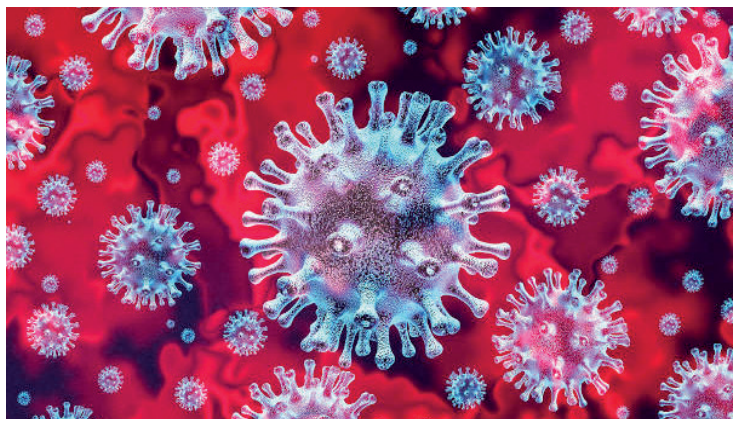
Pesquisa realizada pela Texas A&M University mostra que o vírus da covid-19 pode ser desativado por completo ao ser exposto a um calor extremo. Os pesquisadores projetaram um sistema experimental que mostra que a exposição do coronavírus a uma temperatura muito alta, mesmo se aplicada por menos de um segundo, pode ser suficiente para neutralizar o vírus para que não possa mais infectar outra pessoa.

O estudo destaca que a aplicação de calor para neutralizar o vírus da covid já foi demonstrada antes, mas em pesquisas anteriores as temperaturas foram aplicadas de um a 20 minutos. Esse período de tempo não é uma solução prática, pois aplicar calor por um longo período é difícil e caro. O estudo atual revela que o tratamento térmico por menos de um segundo inativa completamente o coronavírus – fornecendo uma possível solução para mitigar a disseminação contínua do covid, particularmente através da transmissão aérea de longo alcance.

De acordo com Texa A&M Today, o processo funciona aquecendo uma seção de um tubo de aço inoxidável, pelo qual a solução contendo o coronavírus é passada, a uma temperatura alta e resfriando a seção imediatamente após. Esta configuração experimental permite que o coronavírus que atravessa o tubo seja aquecido apenas por um período de tempo muito curto.

Por meio desse rápido processo térmico, a equipe descobriu que o vírus foi completamente neutralizado em um tempo significativamente menor do que se pensava ser possível. Seus resultados iniciais foram divulgados dentro de dois meses de experimentos de prova de conceito.

IstoéDinheiro



# Como a Apple faturou R$ 90 bilhões sem vender sequer um iPhone

A Apple é uma empresa que se fez na era do computador pessoal e se reinventou em 2007 com a apresentação do iPhone. Hoje, a empresa se reveza com a Amazon como a mais valiosa do mundo na bolsa americana, e o iPhone ainda é a maior fonte de receita. Mas a empresa passou a olhar com mais atenção ao setor de serviços, uma vez que o segmento global de smartphones atingiu o fim do seu pico de crescimento. Agora, a divisão já está entre as maiores da companhia. Só no primeiro trimestre de 2021, o faturamento dessa área foi de 16,9 bilhões de dólares (90 bilhões de reais, em conversão direta), ante 13,3 bilhões de dólares há um ano.

A área de serviços da Apple é cada vez mais abrangente. Tanto que a empresa percebeu que estava confundindo os consumidores e unificou tudo no Apple One. Os serviços da companhia são de diferentes frentes. Há o iCloud, o armazenamento em nuvem da companhia para arquivos e backups de dispositivos com sistema iOS; o streaming de vídeo Apple TV+; o aplicativo de streaming de música Apple Music; e o serviço de streaming de games Apple Arcade.

Essa nova frente permite que a Apple se mantenha lucrativa no longo prazo, considerando um cenário de estabilização do mercado mundial de celulares, um certo grau de imunidade a crises na cadeia de fornecimento de componentes eletrônicos, e também permite uma receita de maior qualidade, ou seja, uma receita mais previsível, o que é positivo tanto para a Apple quanto para seus acionistas — outro ponto que animou os investidores foi o anúncio de que a empresa irá aumentar os dividendos em 7% e promover uma recompra de 90 bilhões de dólares em ações.

A estratégia de serviços, entretanto, está profundamente ligada com o estratégia de continuar a vender smartphones, computadores e tablets da empresa.

Exame

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:20:41

# Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

CNPJ/MF nº 09.134.807/0001-91

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019** *(Valores expressos em Reais)*

## Balanço Patrimonial

| Ativo | Nota | 2020 | 2019 Reapresentado |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **16.738.674** | **18.938.743** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.2(c)/3 | 661.634 | 5.445.801 |
| Contas a Receber de Clientes | 2.2(d)/4 | 14.158.257 | 11.917.595 |
| Estoques | 2.2(e) | 1.736.013 | 1.445.342 |
| Créditos com Empregados | | 34.183 | 4.235 |
| Tributos a Recuperar | | 148.448 | 125.631 |
| Outros Créditos | | 139 | 139 |
| **Não Circulante** | | **9.871.092** | **7.521.566** |
| Imobilizado | 2.2(f)/5 | 5.594.057 | 3.059.266 |
| Ativo de Contrato de Concessão | | 4.150.892 | 4.331.366 |
| Intangível | | 126.1423 | 130.934 |
| **Total do Ativo** | | **26.609.766** | **26.460.309** |

| Passivo | Nota | 2020 | 2019 Reapresentado |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **23.982.867** | **25.158.513** |
| Empreiteiros, Fornecedores | 2.2(k)/6 | 20.176.771 | 19.929.082 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | | 516.721 | 393.800 |
| Obrigações Tributarias | | 1.305.196 | 1.654.066 |
| Obrigações Tributárias Parceladas | 7 | 882.616 | 1.985.131 |
| Provisões Sociais e Trabalhistas | 2.2(n) | 1.038.998 | 1.122.280 |
| Outras Contas a Pagar | | 62.565 | 74.154 |
| **Não Circulante** | | **2.796.715** | **3.467.128** |
| Obrigações Tributárias Parceladas | 7 | 2.353.642 | 3.236.258 |
| Provisão para Contingências | 7 | 443.073 | 230.870 |
| **Patrimônio Líquido** | | **(169.816)** | **(2.165.332)** |
| Capital Social | | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 5 | 2.277.331 | 2.277.331 |
| Prejuízos Acumulados | | (3.447.147) | (5.442.663) |
| **Total do Passivo + Patrimônio Líquido** | | **26.609.766** | **26.460.309** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

| Descrição | Capital Social | Reserva de Capital | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Reserva de Investimentos | Prejuízos Acumulados | Total Geral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31/12/2018** | **1.000.000** | **605.914** | **–** | **355.958** | **(2.441.356)** | **(479.484)** |
| Ajustes/Reclassificações | – | (605.914) | – | (355.958) | 961.872 | – |
| **Saldos em 31/12/2018 – reapresentado** | **1.000.000** | **–** | **–** | **–** | **(1.479.484)** | **(479.484)** |
| Resultado do Exercício | – | – | – | – | (3.963.179) | (3.963.179) |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | – | – | 2.277.331 | – | | 2.277.331 |
| **Saldos em 31/12/2019 – reapresentado** | **1.000.000** | **–** | **2.277.331** | **–** | **(5.442.663)** | **(2.165.332)** |
| Ajuste Exercício Anterior | – | – | – | – | (281) | (281) |
| Resultado do Exercício | | – | | – | 1.995.797 | 1.995.797 |
| **Saldos em 31/12/2020** | **1.000.000** | **–** | **2.277.331** | **–** | **(3.447.147)** | **(169.816)** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

## Demonstrações do Resultado

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| Receita de Serviços Prestados | | 48.981.548 | 48.990.928 |
| Impostos Incidentes | 9 | (2.287.746) | (2.084.779) |
| **Receita Líquida dos Serviços Prestados** | | **46.693.802** | **46.906.149** |
| **Custos dos Serviços Prestados** | | | |
| Ordenados e Encargos | | (6.105.850) | (6.431.353) |
| Abastecimento de Água | | (10.194.819) | (9.540.374) |
| Despesas com Produtos Químicos | | (994.841) | (947.518) |
| Despesas de Exploração | | (260.375) | (257.253) |
| Esgotamento Sanitário | | (5.968.875) | (9.932.766) |
| Manejo de Resíduos | | (8.990.819) | (9.229.866) |
| | | **(32.515.579)** | **(36.339.130)** |
| **Lucro Bruto** | | **14.178.223** | **10.567.019** |
| **Despesas operacionais** | | | |
| Ordenados e Encargos | | (6.195.772) | (7.053.067) |
| Despesas Presidência | | (559.018) | (245.612) |
| Despesas Diretoria Financeira e Administrativa | | (3.177.936) | (2.405.316) |
| Despesas Planejamento | | (293.502) | (69.013) |
| Despesas Comerciais | | (1.505.398) | (1.810.475) |
| Despesas Tributárias | | – | (17.737) |
| Provisão para Contingência | | (694.769) | – |
| Depreciação/Amortização do Período | | (699.096) | (1.041.186) |
| Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa | | (1.632.892) | (1.684.153) |
| Outras Receitas e (Despesas) Operacionais | | 3.227.933 | (221.682) |
| | | **(11.530.450)** | **(14.548.241)** |
| **Lucro Operacional** | | **2.647.773** | **(3.981.222)** |
| **Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas** | | | |
| Receitas Financeiras | | 1.169.588 | 3.287.494 |
| Despesas Financeiras | | (1.239.344) | (3.267.822) |
| | | **(69.756)** | **19.672** |
| **Lucro antes do IRPJ e CSLL sobre lucro** | | **2.578.017** | **(3.961.550)** |
| Provisão para IRPJ | 8 | 415.909 | 0,00 |
| Provisão para CSLL | 8 | 166.311 | (1.629) |
| **Resultado do Exercício** | 2.2(f) | **1.995.797** | **(3.963.179)** |
| Por Ação do Capital Social – R$ 1,00 | | 1,99 | (3,96) |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

## Demonstração dos Resultados Abrangentes

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| **Lucro (Prejuízo) do Exercício** | | **1.995.797** | **(3.963.179)** |
| Outros Resultados Abrangentes | | – | – |
| **(=) Resultado Abrangente do Exercício** | | **1.995.797** | **(3.963.179)** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| Lucro do Exercício | | 1.995.797 | (3.963.179) |
| Ajustes: | | | |
| Depreciação e Amortização | | 662.468 | 1.041.186 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | (28.361) | 6.000 |
| (Aumento) Redução – Contas a Receber | | (2.240.662) | (663.631) |
| (Aumento) Redução – Estoques | | (290.671) | (459.148) |
| (Aumento) Redução – Outros Créditos | | (52.765) | 36.352 |
| Aumento (Redução) – Fornecedores | | 247.689 | 1.214.785 |
| Aumento (Redução) – Obrigações Sociais | | 122.921 | (4.076.522) |
| Aumento (Redução) – Obrigações Tributárias | | (348.870) | 1.554.549 |
| Aumento (Redução) – Tributárias Parceladas | | (1.985.131) | 1.122.280 |
| Aumento (Redução) – Provisão Trabalhista | | (83.272) | – |
| Aumento (Redução) – Outras Obrigações e Pagar | | (11.589) | 74.154 |
| Aumento (Redução) – Provisão Contingências | | 212.203 | (9.645) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | | **(1.800.253)** | **(4.122.819)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | **2.983.915** | **(1.111.452)** |
| Aquisição de Ativo Imobilizado | | (2.983.914) | (1.111.452) |
| **Caixa líquido usado nas atividades de investimento** | | – | – |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | |
| **Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa** | | (4.784.167) | (720.337) |
| **Caixa e equivalentes de caixa:** | | | |
| No início do período | | 5.445.801 | 6.166.137 |
| No final do período | | 661.634 | 5.445.800 |
| | | **14.882.351** | **(14.548.241)** |
| **Lucro Operacional** | | **(704.128)** | **(3.981.222)** |
| **Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas** | | | |
| Receitas Financeiras | | 4.521.489 | 3.287.494 |
| Despesas Financeiras | | 1.239.344 | (3.267.822) |
| | | **3.282.145** | **19.672** |
| **Lucro antes do IRPJ e CSLL s/ lucro** | | **2.578.017** | **(3.961.550)** |
| Provisão para IRPJ | 8 | 415.909 | 0,00 |
| Provisão para CSLL | 8 | 166.311 | 1.629 |
| **Resultado do Exercício** | 2.2(f) | **1.995.797** | **(3.963.179)** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**1. Contexto Operacional** – A **Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG** é uma sociedade de economia mista de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 3.933/2007, com fundamento na Lei Federal 11.445/2007, cujo acionista majoritário é o município de Guaratinguetá. Foi criada com objetivo de operar os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos em todo o município de Guaratinguetá. A Companhia tem por objetivos: • Estudo, projeto e execução, direta ou indireta de obras e serviços relativos à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Operação, manutenção, conservação e exploração, direta ou indireta, dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Lançamento, fiscalização e cobrança de tarifas, taxas e outros preços resultantes da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Exercício de quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. • A Companhia através da Parceria Público Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação de prestação de serviço de esgotamento sanitário no Município de Guaratinguetá, nos termos do procedimento de licitação sob a modalidade de concorrência pública, que recebeu o nº 001/2008, contratou a empresa CAB Guaratinguetá para prestação de serviços e de investimentos na área de esgotamento sanitário em um prazo de 30 anos. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis – 2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2021. **2.1.2. Continuidade Operacional:** A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto. **2.1.3. Base de Mensuração e Apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis. **2.1.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais (R$ 1), que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma. **2.1.5. Uso de Estimativas:** Na preparação das demonstrações financeiras é necessário que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.2. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Apuração de resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidos de devoluções, abatimentos e impostos sobre a receita em consonância com a seção 23 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **b) Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixas e bancos, assim como fornecedores, contas a pagar e outras dívidas. (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. (ii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, parcelamentos, assim como outras contas a pagar. **c) Caixa e equivalentes a caixa:** Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, registrados aos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **d) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. O saldo de contas a receber é demonstrado ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora, reduzido dos valores julgados suficientes, a título de perdas estimadas nos créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas sobre a carteira de créditos a receber, com base em análise preparada pela administração da Companhia, que considera as perdas históricas, bem como avaliação dos títulos cuja realização é duvidosa. A Companhia avalia periodicamente a necessidade de aplicação do ajuste a valor presente em contas a receber de clientes e, nas demonstrações contábeis de 2020, não transacionou operação de longo prazo (ou relevante de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **e) Estoques:** Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante. **f) Imobilizado:** (i) Reconhecimento e Mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicáveis. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. (ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. (iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g) Intangível:** (i) Reconhecimento, mensuração e amortização: O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa correspondente ao uso. A amortização é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do intangível, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **h) Redução ao Valor Recuperável (Impairment):** (i) Ativos Financeiros: Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado e avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculado como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado. (ii) Ativos não financeiros: Os ativos do imobilizado com vida útil definida têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos em 31 de dezembro de 2020. **i) Provisão para recuperação de ativos:** A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **j) Outros ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são classificados como ativos não circulantes. **k) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, incluindo, quando aplicável, os encargos e variações monetárias e cambiais, incorridos até a data do balanço. **l) Benefícios de curto prazo a empregados:** A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício. **m) Provisão para demandas judiciais:** A Companhia adota os conceitos estabelecidos na seção 21 da NBC TG 1000-R1 sobre provisões, passivos, contingências passivas e ativas na constituição das suas provisões e divulgação sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. As provisões para demandas judiciais são registradas conforme a seguir. Ativos Contingentes: é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Esta divulga, em notas explicativas, somente, quando o ativo contingente for provável e reconhece nas demonstrações financeiras somente quando transita em julgado. Passivos Contingentes: uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Quando os passivos contingentes forem prováveis, a Companhia registra o passivo em suas demonstrações financeiras. Para os passivos contingentes considerados possíveis, são apenas divulgados em notas explicativas e para os passivos contingentes julgados remotos, não são registrados e nem divulgados. **n) Outros passivos circulantes e não circulantes:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência e figuram no passivo como provisões Sociais e Trabalhistas. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até a data do balanço. **o) Tributação:** As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins"), sendo seu respectivo valor deduzido do total das receitas de vendas para fins de apuração do resultado. Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS e Cofins são deduzidos do custo dos serviços vendidos apresentado na demonstração do resultado do exercício. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados de acordo com o regime de tributação do lucro real e, quando da opção pelo regime de tributação pelo lucro real, são calculados à alíquota de (i) 25% (15% acrescida de adicional de 10%) sobre lucro tributável excedente a R$ 240.000 para o Imposto de Renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social. A legislação tributária brasileira vigente permite compensar prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores com lucros fiscais correntes, limitado a 30% do lucro tributável de cada exercício. **p) Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a seção 7 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **q) Lucro por ação:** O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/quantidade de ações em circulação". De acordo com a Lei das Sociedades Limitadas, os lucros podem ser: distribuídos, utilizados para aumento de capital ou composição da reserva de lucros. **2.3. Reapresentação dos Saldos Comparativos:** Com base na seção 10 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, as demonstrações financeiras do exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2019, estão sendo reapresentadas para fins de comparação. Os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram alterados e estão sendo reapresentados para refletir reclassificações e pequenos ajustes: i) pequeno ajuste contábil no imobilizado e ajuste de avaliação patrimonial ii) reclassificação no ativo entre contas a receber de clientes e créditos com empregados e entre outros créditos e tributos a recuperar; iii) reclassificação no passivo entre contas de fornecedores, obrigações sociais, obrigações tributárias e obrigações tributárias parceladas; iv) ajustes e reclassificações na apresentação da demonstração das mutações do patrimônio líquido.

**3. Caixa e Equivalentes de Caixa**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Caixa Geral | – | 2.324 |
| Contas Correntes – Bancárias | 661.634 | 5.443.477 |
| **Saldo** | **661.634** | **5.445.801** |

**4. Contas a Receber de Clientes –** As contas a receber de clientes correspondem a prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos em todo o município de Guaratinguetá, e são classificados como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, e podem ser assim demonstradas:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Crédito a Receber | 15.791.148 | 13.601.749 |
| Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa | (1.632.891) | (1.684.154) |
| **Saldo** | **14.158.257** | **11.917.595** |

A estimativa para o complemento das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2020 e 2019 inclui o exame da magnitude dos débitos individuais, bem como dos créditos em litígio, usando-se como referência padrões históricos de arrecadação. Os créditos a receber considerados irrecuperáveis perante a Lei ou antieconômicos para se cobrar são baixados contabilmente. As Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas quando há incerteza a respeito de arrecadação. Os valores lançados como Créditos a Receber de exercícios anteriores, pela própria natureza, carregam consigo um grau de incerteza com relação ao seu recebimento. O valor de (1.632.891), refere-se as perdas Dedutíveis atendendo os atrativos da Lei 9.430/96.

**5. Imobilizado/Intangível**

| Imobilizado | 2020 | Aquisição | Baixas | 2019 | Taxa de depreciação anual |
|---|---|---|---|---|---|
| Aparelho de Medição e Orientação | 171.894 | 94.108 | 11.856 | 89.642 | 6,67% |
| Aparelho e Equipamentos de Comunicação | 23.607 | – | 72 | 23.679 | 10,00% |
| Aparelhos, Equipamentos Utensílios Médicos, Odontológicos, Lababoratoriais e Hospitalares | 9.595 | – | – | 9.595 | 6,67% |
| Equipamentos de Proteção e Segurança | 5.225 | 5.225 | – | 0,00 | 5,00% |
| Máquinas e Equipamentos Industriais | 1.830 | – | – | 1.830 | 5,00% |
| Maquinas, Ferramentas e Utencilios de Oficina | 57.730 | 57.730 | – | – | 5,00% |
| Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis | 107.448 | 48.500 | – | 58.948 | 20,00% |
| Equipamentos Hidráulicos e Elétricos | 1.259.435 | 190.790 | 10.857 | 1.079.502 | 10,00% |
| Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 352.386 | 183.164 | 2.526 | 171.748 | 10,00% |
| Equipamentos de Processamento de Dados | 283.340 | 41.000 | 23.651 | 265.991 | 20,00% |
| Equipamentos de Tecnologia da Informação | 127.252 | 4.939 | 11.811 | 134.124 | 20,00% |
| Sistemas Aplicativos – Softwares | 76.073 | 72.180 | 7.666 | 11.559 | – |
| Mobiliário em Geral | 219.983 | 29.077 | 1.606 | 192.512 | 10,00% |
| Utensílios em Geral | 152.356 | 10.049 | 11.049 | 153.338 | 10,00% |
| Coleções e Materiais Bibliográficos | 10.827 | – | 251 | 11.078 | 10,00% |
| Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto | 43.277 | 5.708 | – | 37.569 | 10,00% |
| Veículos em Geral | 1.617.778 | 383.336 | 316 | 1.234.758 | 6,67% |
| Bens em Poder de Outra Unidade ou 3º | 167.064 | – | – | 167.064 | 10,00% |
| Terrenos | 940.000 | – | – | 940.000 | – |
| Glebas Rurais | 758.200 | – | – | 758.200 | – |
| Sistema Esgoto e/ou Abastecimento de Água | 3.589.788 | 1.948.085 | 8.334 | 1.650.037 | 10,00% |
| Imóveis em Poder 3º – ETE Pedregulho – Concessão | 4.511.840 | – | – | 4.511.840 | – |
| Gastos de Implantação e Pré-Operacionais | 130.133 | – | – | 130.133 | – |
| | **14.617.061** | **3.073.909** | **89.995** | **11.633.147** | |
| Depreciação e Amortização acumulada | (4.745.969) | (662.468) | – | (4.083.501) | |
| Redução do Ajuste Avaliação Patrimonial 2019 | | | | (28.080) | |
| **Imobilizado/Intangível líquido** | **9.871.092** | | | **7.521.566** | |

O Ativo Imobilizado é avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição, foi realizado durante o ano de 2019 a reavaliação dos itens através da contratação, por meio de processo de licitação, de uma empresa especializada. O imobilizado foi ajustado em dezembro de 2019 de acordo com o Laudo SP – 0002/19-01. **6. Empreiteiras e Fornecedores –** As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores no valor de R$ 20.176.771 (R$ 19.929.082, em 2019) são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulantes, exceto quando o prazo de vencimentos for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado. **7. Provisão Para Contingências e Parcelamentos –** Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas, que se encontra em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelo consultor jurídico e por julgamento da administração. Em 2020 a provisão atingiu o montante de R$ 338.201, sendo lançado 100% do valor classificado como provável.

| Chance de Perda | Cível | Trabalhista | Parecer Jurídico Total | Provisão para Contingências |
|---|---|---|---|---|
| Provável | 114.731 | 223.470 | 338.201 | 338.201 |
| Possível | 1.364.398 | 1.053.000 | 2.417.398 | – |
| Remoto | 606.387.053 | 1.315.901 | 607.702.954 | – |
| **Total** | **607.866.183** | **2.592.371** | **610.458.553** | **338.201** |

Além dos valores contidos no parecer jurídico a Companhia também registra valores a título de contingência tributária, em 2020 R$ 104.872. Os débitos parcelados de tributos federais estão registrados como segue:

| **Circulante** | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| PGFN – débitos previdenciários (a) RFB – débitos previdenciários (b) | 737.498 | 737.498 |
| | 145.118 | 145.118 |
| PGFN – demais débitos | 0,00 | 279.021 |
| RFB – demais débitos | 0,00 | 666.150 |
| Juros Parcelamentos | 0,00 | 157.344 |
| **Total** | **882.616** | **1.985.131** |
| **Não Circulante** | **2020** | **2019** |
| PGFN – débitos previdenciários (a) RFB – débitos previdenciários (b) | 1.966.661 | 2.704.159 |
| | 386.981 | 532.099 |
| **Total** | **2.353.642** | **3.236.258** |

(a) Refere-se a parcelamento de débitos de INSS do período de fevereiro ao 13º de 2018, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e os valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. (b) Refere-se a parcelamento de débitos de INSS do período de janeiro a março de 2019, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e os valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. **8. Imposto de Renda e Contribuição Social –** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **9. Impostos Sobre Receitas –** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do PASEP – Programa Formador do Patrimônio do Servidor e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência. Esses tributos são apurados pelo regime de não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre "outras receitas operacionais" são apresentados dedutivamente na própria linha de demonstração do resultado. **10. Cobertura de Seguros –** A Companhia mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade, apólice Caixa Seguros, registrado na SUSEP.

**11. Índices de Líquidez**

| Índices | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Índice de Liquidez Imediata** (Ativo Disponível/ Passivo Circulante) | 0,03 | 0,22 |
| **Índice de Liquidez corrente (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)** | 0,70 | 0,75 |
| **Índice de Liquidez Seco (Ativo Circulante – Estoque/Passivo Circulante)** | 0,63 | 0,70 |
| **Índice de Liquidez Geral (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)** | 0,63 | 0,66 |
| **Garantia ao Capital de Terceiros** (Patrimônio Líquido/ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) | -0,01 | -0,07 |
| **Composição de Endividamento** (Passivo Circulante/ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) | 0,90 | 0,88 |

**Miguel Sampaio Junior**
Diretor Presidente

**Diogo Tavares Margato**
Diretor Financeiro

**Carlos Alberto Barros de Miranda**
Técnico em Contabilidade CRC 152.316/0-0

## Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais procederam ao exame do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e outros documentos pertinentes, com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório da auditoria contratada CONSULT Auditores Independentes emitido sem ressalvas, datado de 29 de abril de 2021, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletindo nas demonstrações referidas Demonstrações Financeiras e aprovam por unanimidade as referidas contas, opinando pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

**Membros Conselho Fiscal**

Cristiano Henrique Zaccara
Maurício Lobosco Werneck
Giuliano Lobo França
José Antônio dos Santos Martins
Alexandre Augusto Rocha da Costa

*continua …*

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:21:21

# Publicidade Legal

*... continuação*

**Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Srs. Administradores e Acionistas
**Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG –** Guaratinguetá-SP

**Opinião com Ressalvas:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1).

**Base para Opinião com Ressalvas:** Inventário Físico de Estoques: Fomos contratados como auditores da Companhia muito após a data de 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não acompanhamos o inventário físico de estoques naquela data, registrados no Ativo Circulante pelo montante de R$ 1.736.013. Não foi possível nos satisfazermos por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2020. E, inclusive, como os estoques iniciais são computados na determinação do resultado e dos fluxos de caixa, não nos foi possível determinar ajustes que teriam sido necessários às demonstrações contábeis. Vida útil do ativo imobilizado: A Companhia considera, parte da depreciação, com a utilização de taxas admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado segundo seção 17.18, do "Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Não foi possível nos satisfazermos quanto à adequação dessas taxas de depreciação do imobilizado utilizado pela Companhia, bem como, estimar os impactos sobre os saldos do ativo imobilizado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e para o resultado do exercício findo naquela data. Imobilizado – Inconsistência no Saldo Contábil em Comparação com Controle Patrimonial: O sistema de controle patrimonial apresenta valores maiores que o saldo contábil líquido, e a variação não foi justificada pela administração da Companhia. As fragilidades impossibilitam a aplicação de procedimentos de auditoria suficientes que permitisse concluir sobre a adequação do controle físico e da fidedignidade do saldo contábil. Ajuste de Avaliação Patrimonial: A administração reconheceu contabilmente a avaliação a valor justo dos bens do ativo imobilizado, resultando no registro da mais valia dos respectivos bens no exercício de 2019, mantido no exercício de 2020, no montante de R$ 2.277.331, tendo por contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada Ajuste de Avaliação Patrimonial. Falta de Evidências Objetivas de Aplicação de Políticas Contábeis Específicas para os Contratos de Concessão: A Companhia, criada por lei específica, tem como objetivo manter, operar e melhorar a infraestrutura de serviço público de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos, prestando tais serviços à população em nome da entidade pública municipal, sendo que parte dos serviços é prestado por parceria público privada. Não obstante tais características, inexiste evidências objetivas de aplicação ou estudo para aplicação das políticas e procedimentos contábeis descritos na seção 34.12 a 34.16 do "Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", que trata dos Contratos de Concessão. Inconsistências no Saldo de Contas a Receber: Os procedimentos de auditoria evidenciaram inconsistências no saldo contábil de Contas a Receber de Clientes em comparação com os controles internos e financeiros, com divergência de R$ 1.635.387 a menor nos saldos contábeis, não justificado pela administração da Companhia. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram por nós auditadas, com emissão de relatório de auditoria datado de 23 de abril de 2021, apresentando opinião com ressalvas relacionadas a: falta de acompanhamento de inventário físico de estoques; falta de estimativa de vida útil dos bens do imobilizado; inconsistência no saldo contábil em comparação com controle patrimonial; acréscimo indevido de valores em bens do imobilizado a título de ajuste de avaliação patrimonial; falta de aplicação de políticas e procedimentos relacionados a contratos de concessão; inconsistências no saldo de fornecedores; falta de aplicação do CPC 23 para regularização de erros de exercícios anteriores e incorreções na divulgação das referidas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de abril de 2021.

**Paulo Sergio da Silva** – Contador CRC/PR nº 029.121/O-0

**Consult – Auditores Independentes** – CRC/PR nº 002.906/O-5

## MPT FIOS E CABOS ESPECIAIS S.A. - CNPJ/MF nº 74.531.997/0001-42

**Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019** *(Em milhares de Reais)*

| Balanços patrimoniais - Ativo | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **106.174** | **73.225** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 22.273 | 3.515 |
| Contas a receber | 44.129 | 45.386 |
| Estoques | 22.377 | 16.544 |
| Impostos a recuperar | 15.282 | 5.983 |
| Partes relacionadas | 1.281 | 1.192 |
| Despesas antecipadas | 164 | 125 |
| Outros créditos | 668 | 480 |
| **Não circulante** | **26.568** | **34.778** |
| Contas a receber | 3.291 | 3.308 |
| Impostos a recuperar | 1.028 | 5.232 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 2.389 | 1.559 |
| Imobilizado | 18.551 | 23.817 |
| Intangível | 1.309 | 862 |
| **Total ativo** | **132.742** | **108.003** |

| Balanços patrimoniais - Passivo e PL | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **47.883** | **53.261** |
| Fornecedores | 23.425 | 22.292 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 15.912 | 26.494 |
| Obrigações trabalhistas e sociais | 1.719 | 1.621 |
| Impostos e contribuições a recolher | 2.334 | 2.418 |
| Parcelamentos | 960 | – |
| Provisões diversas | 3.375 | – |
| Outras contas a pagar | 158 | 436 |
| **Não circulante** | **39.793** | **14.830** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 31.880 | 1.750 |
| Impostos e contribuições a recolher | 7.913 | 13.080 |
| **Patrimônio líquido** | **45.066** | **39.912** |
| Capital social | 22.853 | 22.853 |
| Reserva de capital | 17.613 | 17.613 |
| Reserva de lucros | 4.600 | 778 |
| Prejuízos acumulados | – | (1.332) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **132.742** | **108.003** |

| Demonstrações do resultado | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Receita líquida de vendas | 178.619 | 141.624 |
| Custo dos produtos vendidos | (160.630) | (128.838) |
| **Lucro bruto** | **17.989** | **12.786** |
| **Despesas operacionais** | | |
| Despesas administrativas e gerais | (8.699) | (7.066) |
| Despesas com vendas | (13.030) | (3.113) |
| Outras receitas/despesas operacionais, líquidas | 12.336 | (478) |
| **Resultado operacional** | **8.596** | **2.129** |
| Receitas financeiras | 4.684 | 811 |
| Despesas financeiras | (7.475) | (5.831) |
| **Resultado financeiro líquido** | **(2.791)** | **(5.020)** |
| **Resultado antes do IRPJ e da CSLL** | **5.805** | **(2.891)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente | (1.481) | – |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido | 830 | 1.559 |
| **(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício** | **5.154** | **(1.332)** |
| Quantidade de ações ao fim de cada exercício | 3.469.393 | 3.469.393 |
| **Resultado por ação (em R$)** | **1,486** | **(0,384)** |

**Reinaldo Jeronymo -** Diretor Presidente  **Alessandra Cristina Vergueiro Santiago -** Contadora CRC 1SP195242/O-3

## Combio Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.376.555/0001-96

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 2019** *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)*

| Balanços Patrimoniais | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Ativo/Ativo circulante** | **118.526** | **81.659** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.055 | 1.718 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 4.439 | 2.010 |
| Contas a receber de clientes | 14.914 | 9.442 |
| Estoques | 86.719 | 65.498 |
| Impostos a recuperar | 3.545 | 1.704 |
| Adiantamento a fornecedores | 2.284 | 388 |
| Despesas antecipadas | 1.867 | 387 |
| Outros créditos | 703 | 512 |
| **Ativo não circulante** | **177.833** | **155.934** |
| Impostos a recuperar | 5.605 | 6.231 |
| Impostos diferidos | – | 251 |
| Outros créditos | – | 10 |
| Investimentos | 6.314 | – |
| Imobilizado | 165.094 | 149.184 |
| Intangível | 233 | 248 |
| Ativo Biológico | 637 | 10 |
| **Total do ativo** | **296.409** | **237.593** |
| **Passivo e Patrimônio Líquido/Passivo circulante** | **124.915** | **73.667** |
| Fornecedores | 28.038 | 18.037 |
| Empréstimos e financiamentos – BNDES | 12.345 | 6.824 |
| Certificado de Recebíveis Agronegócio (CRA) | 22.027 | 18.727 |
| Nota de crédito à exportação | 13.394 | 1.941 |
| Capital de Giro | 13.702 | – |
| Passivo de arrendamento | 381 | 187 |
| Partes relacionadas | 10.551 | 21.297 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 4.064 | 2.944 |
| Obrigações tributárias | 6.690 | 2.715 |
| Juros sobre o capital próprio e dividendos | 6.096 | 547 |
| Contas a pagar | 7.627 | 448 |
| **Passivo não circulante** | **147.116** | **142.250** |
| Empréstimos e financiamentos | 33.902 | 34.728 |
| Certificado de Recebíveis Agronegócio (CRA) | 47.427 | 67.960 |
| Nota de crédito à exportação | 53.806 | 38.227 |
| Capital de Giro | 8.700 | – |
| Passivo de arrendamento | 3.281 | 1.335 |
| **Patrimônio líquido** | **24.378** | **21.676** |
| Capital social | 12.000 | 12.000 |
| Reserva legal | 1.490 | 875 |
| Reservas de lucros | 10.888 | 8.801 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **296.409** | **237.593** |

| Demonstrações dos Resultados | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 157.707 | 75.329 |
| Custo dos serviços prestados | (106.038) | (45.278) |
| **Lucro bruto** | **51.669** | **30.052** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | |
| Administrativas, gerais e comerciais | (15.285) | (11.615) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 266 | 123 |
| **Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras** | **36.650** | **18.559** |
| Receitas financeiras | 130 | 1.159 |
| Despesas financeiras | (17.155) | (6.467) |
| **Receitas (despesas) financeiras, líquidas** | **(17.025)** | **(5.308)** |
| **Lucro antes do IRPJ e contribuição social** | **19.625** | **13.251** |
| Imposto de renda e contribuição social – corrente | (6.110) | (2.924) |
| Imposto de renda e contribuição social – diferidos | (251) | (1.271) |
| **Lucro líquido do exercício** | **13.264** | **9.056** |
| Resultado por ação | 1,11 | 0,75 |

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | Capital social | Reserva legal | Constituição de Reservas: Reservas de Lucros | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31/12/2018** | **12.000** | **416** | **2.697** | **–** | **15.113** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 9.056 | 9.056 |
| Reserva Legal | – | 459 | – | (459) | – |
| Distribuição de dividendos | – | – | – | (1.349) | (1.349) |
| Juros sobre capital próprio | – | – | – | (1.144) | (1.144) |
| Constituição de reservas de lucros | – | – | 6.104 | (6.104) | – |
| **Saldos em 31/12/2019** | **12.000** | **875** | **8.801** | **–** | **21.676** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 13.264 | 13.264 |
| Reserva Legal | – | 615 | – | (615) | – |
| Distribuição de dividendos | – | – | – | (9.601) | (9.601) |
| Juros sobre capital próprio | – | – | – | (961) | (961) |
| Constituição de reservas de lucros | – | – | 2.087 | (2.087) | – |
| **Saldos em 30/12/2020** | **12.000** | **1.490** | **10.888** | **–** | **24.378** |

| Demonstrações do Resultado Abrangente | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **13.264** | **9.056** |
| Outros resultados abrangentes | – | – |
| **Resultado abrangente do período** | **13.264** | **9.056** |

| Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro líquido do exercício | 13.264 | 9.056 |
| **Ajustes por:** | | |
| Depreciação/amortização | 15.261 | 8.761 |
| Amortização de direito de uso | 281 | 74 |
| Resultado na baixa de ativo imobilizado | 569 | 408 |
| IRPJ e CSLL corrente e diferido | 6.361 | 4.195 |
| Despesas de juros provisionados | 17.411 | 10.937 |
| | **53.147** | **33.431** |
| **Variações em:** | | |
| Contas a receber de clientes | (5.472) | 92 |
| Estoque | (21.221) | (53.420) |
| Impostos a recuperar | (1.215) | (4.957) |
| Adiantamento a fornecedores | (1.896) | (374) |
| Despesas antecipadas | (1.480) | (207) |
| Outros créditos | (181) | (5) |
| Fornecedores | 10.001 | 15.263 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 1.120 | 509 |
| Obrigações tributárias | 3.736 | (69) |
| Contas a pagar | 865 | 15 |
| Aquisições de ativo biológico | (627) | (10) |
| **Caixa (consumido) gerado pelas atividades operacionais** | **36.777** | **(9.732)** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (5.871) | (2.924) |
| **Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais** | **30.906** | **(12.656)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aquisições de ativo imobilizado | (43.723) | (74.420) |
| Aquisições de intangível | 15 | (68) |
| Recebimento na venda de ativo imobilizado | 14.795 | – |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento** | **(28.913)** | **(74.488)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Captação de empréstimos/financiamentos/CRA/NCE | 34.458 | 65.020 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos – principal | (6.106) | (8.633) |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos – juros | (2.063) | (2.078) |
| Pagamentos de Certificado de Recebíveis Agronegócio (CRA) – principal | 2.183 | (8.844) |
| Pagamentos de Certificado de Recebíveis Agronegócio (CRA) – juros | (5.200) | (6.749) |
| Pagamentos de Nota de Crédito ao Exportador (NCE Fornecedor) – princip. | (18.843) | – |
| Pagamentos de Nota de Crédito ao Exportador (NCE Fornecedor) – juros | (4.845) | (462) |
| Captação de empréstimos Partes Relacionadas | 20.250 | – |
| Pagamento de empréstimos com partes relacionadas – principal | (31.279) | – |
| Pagamento de empréstimos com partes relacionadas – juros | (9) | – |
| Captação de capital de g iro | 39.500 | 37.800 |
| Pagamentos de capital de giro | (19.307) | (22.077) |
| Pagamentos de parcelas de arrendamentos | (1.064) | (65) |
| Juros sobre parcelas de arrendamentos | 111 | 24 |
| JSCP pagos no exercício | 4.588 | (1.123) |
| Pagamento de dividendos | (9.601) | (1.349) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** | **2.773** | **51.464** |
| **Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **4.766** | **(35.680)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | | |
| No início do exercício | 3.728 | 39.408 |
| No final do exercício | 8.494 | 3.728 |
| **Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **4.766** | **(35.680)** |

**Diretoria**

**Fabio Tobler Brant de Carvalho** – Diretor
**Marcos Tobler Brant de Carvalho** – Diretor
**Paulo Antonio Skaf Filho** – Diretor
**Roberto de Carvalho Véras Júnior** – Diretor
**Antonio Madela** – CRC SP 17.4419/O-4

*As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.*

## Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 10.635.691/0001-53 – NIRE 35.300.352.432

**Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas**

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures ("**Debenturistas**") emitidas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A. ("**Debêntures**" e "**Companhia**", respectivamente), celebrado em 29/01/2020 e posteriormente aditado ("**Escritura de Emissão**"), entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas ("**Agente Fiduciário**"), convocados para reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada em primeira convocação, no dia 17/05/2021, às 10h00 ("**Assembleia Geral de Debenturistas**" ou "**AGD**"), de forma exclusivamente digital e eletrônica, através de plataforma Google Meet, nos termos da Instrução CVM nº 625 ("**ICVM 625**"), de 14/05/2020, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovar a concessão de prazo adicional de 45 dias, contados da aprovação deste item, para a celebração do aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 12/02/2020 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), com vistas a atualizar as apólices atualmente vigentes e atender o que preceitua a cláusula 6.1, alíneas "(r)" e "(s)" do instrumento supracitado, considerando que o prazo originalmente previsto na alínea "(r)" da cláusula supracitada não será observado; **(ii)** aprovar a alteração do mecanismo de renovação das apólices, conforme cláusula 6.1 alínea "s" do Contrato de Cessão Fiduciária, com a consequente alteração da referida cláusula para que, nos casos de renovação de apólice vinculada à Emissão, não seja necessária a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária (gerando numerosos aditivos ao referido instrumento, para essa finalidade) com vistas a atualizar o Anexo I, sendo que, nesse caso, deverá haver o endosso nas apólices ao Agente Fiduciário, bem como haver a inclusão da menção de que a seguradora, quando e se houver alguma indenização à Companhia, deverá consultar previamente o Agente Fiduciário solicitando a autorização para o crédito na conta da Companhia, permanecendo vigente a obrigação de enviar a notificação referida nas cláusulas 2.2, 2.2.1 e 6.1 alínea "r" do Contrato de Cessão Fiduciária. A nova redação da cláusula 6.1 alínea "s" do Contrato de Cessão Fiduciária passaria a vigorar com a seguinte redação: *6.1 (...) (s) em qualquer das hipóteses previstas no item (r) acima, a Cedente deverá encaminhar ao Agente Fiduciário (i) a relação atualizada do Anexo I contendo as novas informações; e (ii) em até 45 dias contados da celebração de nova apólice, a comprovação do endosso para inclusão do Agente Fiduciário como beneficiário, conforme redação a seguir (ou outra redação que venha a ser aprovada previamente pelos Debenturistas, em sede de Assembleia): 1. Cláusula de Beneficiário Indicado. Fica entendido e acordado que passa a fazer parte da presente apólice como beneficiário indicado (i) a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, 10º andar, conjunto 101, Jardim Paulistano, São Paulo–SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0003-08 ("Agente Fiduciário"). 2. Indenizações. Fica entendido e acordado que quaisquer indenizações devidas por sinistros ocorridos envolvendo locais e bens segurados sob a presente apólice que constituem garantia ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A, celebrado em 29/01/2020, conforme aditado, com o Agente Fiduciário, serão pagas na conta bancária da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A. aberta junto ao Banco Santander Brasil S.A. conforme indicada abaixo.*

| *Empresa* | *CNPJ* | *Banco/Agência* | *Conta* |
|---|---|---|---|
| *Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.* | *10.635.691/0001-53* | *Santander / Ag. 2271* | *13056741-1* |

**(iii)** autorizar a Companhia para, em conjunto com o Agente Fiduciário, celebrar todos e quaisquer documentos e tomar todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações tomadas na AGD. **Informações Adicionais:** Em atendimento à ICVM 625, apresentamos abaixo os procedimentos aplicáveis à realização da AGD por meio digital: 1 – Acesso e utilização do Sistema Eletrônico: A AGD será realizada por meio da plataforma digital que possibilitará a participação remota dos Debenturistas, que serão considerados presentes e assinantes da ata da AGD. O conteúdo da AGD será integralmente gravado pela Companhia. Para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia, para o e-mail ri@viarondon.com.br , e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 dias antes da AGD, podendo ser encaminhado até o horário de início da AGD, cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, ata de eleição da diretoria e documentos que comprovem a representação do debenturista, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando fundo de investimento, estatuto/contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e (d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso. A Companhia enviará um e-mail ao respectivo debenturista contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. 2 – Instrução de Voto a Distância: O debenturista poderá exercer seu direito de voto por meio do preenchimento e envio de instrução de voto a distância, disponível na página da rede mundial de computadores da Companhia (http://www.viarondon.com.br/informacao-investidores) ("**Instrução de Voto a Distância**"). Para que a Instrução de Voto a Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto a Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As Instruções de Voto a Distância deverão ser rubricadas e assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, e deverão ser enviadas preferencialmente com até 2 dias de antecedência da data de realização da AGD, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados no item 1 acima, aos cuidados da Companhia, para o e-mail ri@viarondon.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. Caso o debenturista participe da AGD por meio da plataforma digital, de acordo com o item 1 acima, depois de ter enviado Instrução de Voto a Distância, poderá exercer seu voto diretamente na AGD e terá sua Instrução de Voto a Distância desconsiderada. A Companhia e o Agente fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia Geral de Debenturistas. Lins, 29/04/2021. **Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.**

**Data Mercantil**

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:21:39

# ASSOCIAÇÃO PALOTINA

**Sede/São Paulo (SP)**
CNPJ/MF nº 74.032.871/0001-23
Declarada Utilidade Pública Federal – Processo MJ 3.608/97-86 | Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos Processo nº 23.000.029611/2016-19

## Relatório da Diretoria

Sras. Associadas: Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com os Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

São Paulo, 23 de abril de 2021

*A Diretoria*

## Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em Reais 1)*

| | Exercício de 2020 por Area de Atuação | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Educação Basica** | **Assistencia Social** | **Mantenedora e Outras Atividades Associativas** | **2020** | **2019** |
| **Ativo circulante** | **651.148** | **113.592** | **4.132.489** | **4.897.229** | **5.509.795** |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | 300.553 | 106.063 | 2.556.935 | 2.963.552 | 3.133.090 |
| Caixa e bancos | 90.443 | 71.647 | 9.899 | 171.988 | 125.700 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 210.110 | 34.417 | 2.547.036 | 2.791.563 | 3.007.391 |
| **Contas a receber de clientes e outros recebíveis** | **350.595** | **7.528** | **1.575.554** | **1.933.677** | **2.376.704** |
| Aplicações financeiras de liquidez não imediata | – | – | 1.489.936 | 1.489.936 | 1.448.356 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 4.180 | 1.760 | 981 | 6.921 | 20.321 |
| Outros valores a receber | 346.415 | 5.768 | 84.637 | 436.820 | 908.028 |
| **Ativo não circulante** | **36.961** | **138.377** | **1.053.857** | **1.229.196** | **1.348.290** |
| **Outros recebíveis a longo prazo** | **–** | **119.973** | **357.739** | **477.711** | **477.711** |
| Depositos judiciais | – | 119.973 | 357.739 | 477.711 | 477.711 |
| **Investimentos** | **–** | **–** | **50.197** | **50.197** | **62.490** |
| Outros investimentos | – | – | 50.197 | 50.197 | 62.490 |
| **Imobilizado** | **5.998** | **15.115** | **645.922** | **667.034** | **805.453** |
| Móveis e utensílios | 153.481 | 56.223 | 1.320.598 | 1.530.302 | 1.554.318 |
| Veículos | 32.745 | – | 286.124 | 318.869 | 411.036 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 25.726 | 30.104 | 203.236 | 259.066 | 260.356 |
| Equipamentos de informática | 45.910 | 39.369 | 419.943 | 505.223 | 521.080 |
| Bibliotecas e materiais didáticos e pedagógicos | 8.518 | – | 67.105 | 75.623 | 75.623 |
| Outras imobilizações | 5.769 | 2.255 | 17.913 | 25.937 | 18.829 |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | (266.151) | (112.836) | (1.668.998) | (2.047.986) | (2.035.788) |
| **Imobilizado em uso** | **30.964** | **3.290** | **–** | **34.254** | **2.635** |
| Computadores e perifericos | 13.508 | 4.200 | – | 17.708 | 3.161 |
| Móveis e utensílios | 22.073 | – | – | 22.073 | – |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | (4.618) | (910) | – | (5.528) | (526) |
| **Intangíveis** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** |
| Direito de uso de softwares | – | 146 | 36.295 | 36.161 | 36.441 |
| Outros direitos | – | – | – | – | – |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | – | (146) | (36.295) | (36.161) | (36.441) |
| **Total do ativo** | **688.109** | **251.969** | **5.186.347** | **6.126.425** | **6.858.084** |

| | | Exercício de 2020 por Area de Atuação | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | **Nota** | **Educação Básica** | **Assistencia Social** | **Mantenedora e Outras Atividades Associativas** | **2020** | **2019** |
| | | **722.973** | **244.787** | **247.528** | **1.215.289** | **1.450.296** |
| Fornecedores | | 534 | 1.528 | 4.502 | 6.564 | 11.772 |
| Obrigações trabalhistas a pagar | 8. | 60.714 | 70.638 | 6.731 | 138.083 | 113.614 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 9. | 13.586 | 16.373 | 3.054 | 33.013 | 50.625 |
| Recursos de convenios a aplicar | 10. | 595.195 | 111.872 | – | 707.067 | 1.166.591 |
| Outras contas a pagar | 11. | 52.944 | 44.376 | 233.241 | 330.561 | 107.693 |
| **Patrimônio líquido** | | **(34.863)** | **7.182** | **4.938.818** | **4.911.135** | **5.407.788** |
| **Patrimônio social** | **12.** | **(329.184)** | **(193.546)** | **5.403.873** | **4.881.142** | **5.405.575** |
| Superavits/(Déficits) acumulados | | (35.235) | 17.878 | 5.425.145 | 5.407.788 | 6.109.986 |
| Superavit/(Deficit) do exercício | | (293.949) | (211.424) | (21.272) | (526.646) | (704.411) |
| Ajustes de exercicios | | (185) | (165) | 30.344 | 29.994 | 2.213 |
| Transferencias entre mantenedora e mantidas | | 294.505 | 200.893 | (495.399) | – | – |
| **Total do passivo** | | **688.109** | **251.969** | **5.186.347** | **6.126.425** | **6.858.084** |

## Demonstração do Valor Adicionado *(Em Reais 1)*

| | 01/01/2020 a 31/12/2020 | Período de 01/01/2019 a 31/12/2019 |
|---|---|---|
| **Valor adicionado a distribuir** | | |
| **Receitas** | **3.261.701** | **3.667.295** |
| Prestação de serviços assistenciais | 3.255.942 | 3.644.087 |
| Outras receitas operacionais | 5.759 | 23.208 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | **(611.280)** | **(839.540)** |
| Despesas gerais e materiais de consumo | (557.592) | (591.854) |
| Outras despesas operacionais | (53.688) | (247.686) |
| **Valor adicionado bruto** | **2.650.421** | **2.827.755** |
| Retenções | (140.864) | (145.656) |
| Depreciações, amortizações e exaustões | (140.864) | (145.656) |
| **Valor adicionado líquido produzido pela entidade** | **2.509.557** | **2.682.099** |
| Valor adicionado recebido em transferencia | 187.414 | 342.275 |
| Receitas financeiras | 187.414 | 342.275 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **2.696.971** | **3.024.374** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| Despesas financeiras | 9.288 | 19.192 |
| Prestação de serviços | 3.214.330 | 3.709.593 |
| Despesas com pessoal e encargos | 2.050.440 | 2.349.552 |
| Impostos e contribuições | 21.347 | 53.881 |
| Gratuidades com bolsas de estudos e descontos | – | – |
| Despesas gerais e materiais de consumo com Gratuidades | 1.142.543 | 1.306.160 |
| **Superavit/(déficit) do exercício** | **(526.647)** | **(704.411)** |
| **Valor adicionado distribuido** | **2.696.971** | **3.024.374** |

## Demonstração do Resultado do Exercício *(Em Reais 1)*

| | | Exercicio de 2020 por Area de Atuação | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **Educação Básica** | **Assistencia Social** | **Mantenedora e Outras Atividades Associativas** | **Período de 01/01/2020 a 31/12/2020** | **Período de 01/01/2019 a 31/12/2019** |
| **Receita com vendas de mercadorias e serviços** | | **1.128.026** | **1.401.957** | **725.959** | **3.255.942** | **3.644.559** |
| Atividades Educacionais | | – | – | – | – | – |
| Outras receitas com serviços educacionais | | – | – | – | – | 472 |
| Atividades Assistenciais | | 1.128.026 | 1.401.957 | 725.959 | 3.255.942 | 3.644.087 |
| Doações e contribuições e eventos | 13. | 3.100 | 7.788 | 151.993 | 162.881 | 223.377 |
| Convenios e subvenções governamental | 14. | 1.124.926 | 1.394.168 | – | 2.519.094 | 2.845.513 |
| Convenios com entidades privadas | | – | – | 573.966 | 573.966 | 575.197 |
| **Deduções das receitas** | | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** |
| Deduções da receita | | – | – | – | – | – |
| **Receita operacional liquida** | | **1.128.026** | **1.401.957** | **725.959** | **3.255.942** | **3.644.559** |
| **Receitas e despesas operacionais** | | **(1.446.150)** | **(1.626.231)** | **(888.334)** | **(3.960.715)** | **(4.672.054)** |
| Despesas com Serviços Administrativos | | – | – | (888.334) | (888.334) | (1.207.859) |
| Pessoal e encargos | 16. | – | – | (147.519) | (147.519) | (227.743) |
| Gastos gerais e materiais de uso consumo | 17. | – | – | (557.592) | (557.592) | (591.854) |
| Tributos, taxas e contribuições | | – | – | (1.233) | (1.233) | (6.250) |
| Depreciações e amortizações | | – | – | (128.301) | (128.301) | (134.326) |
| Outras despesas operacionais | | – | – | (53.688) | (53.688) | (247.686) |
| **Outras Receitas Operacionais** | | **4.919** | **840** | **–** | **5.759** | **22.736** |
| Despesas com Serviços em Atividades Assistenciais e Educacionais Gratuitas | 15. | (1.451.069) | (1.627.071) | – | (3.078.140) | (3.486.930) |
| Pessoal e encargos | 16. | (917.263) | (985.658) | – | (1.902.921) | (2.121.809) |
| Gastos gerais e materiais de uso consumo | 17. | (507.809) | (634.733) | – | (1.142.543) | (1.306.160) |
| Tributos, taxas e contribuições | | (19.792) | (321) | – | (20.114) | (47.631) |
| Depreciações e amortizações | | (6.204) | (6.359) | – | (12.563) | (11.330) |
| Outras despesas operacionais | | – | – | – | – | – |
| **Superávit/(déficit) do exercício antes das Despesas e receitas financeiras** | | **(318.124)** | **(224.275)** | **(162.375)** | **(704.773)** | **(1.027.495)** |
| Despesas e Receitas Financeiras | | 24.175 | 12.850 | 141.101 | 178.126 | 323.083 |
| Despesas Financeiras | | (3.555) | (2.749) | (2.984) | (9.288) | (19.192) |
| Receitas Financeiras | | 27.730 | 15.600 | 144.085 | 187.414 | 342.275 |
| **Superávit/(deficit) do exercício antes das participações** | | **(293.949)** | **(211.424)** | **(21.273)** | **(526.647)** | **(704.411)** |
| **Beneficio tributário auferido** | | **192.789** | **204.569** | **107.787** | **505.145** | **580.863** |
| **Isenções e imunidades** | **18.** | **(192.789)** | **(204.569)** | **(107.787)** | **(505.145)** | **(580.863)** |
| Contribuição Previdenciária Patronal | | (192.789) | (204.569) | (32.214) | (429.573) | (495.483) |
| Cofins | | – | – | (75.573) | (75.573) | (85.380) |
| Contribuição Social sobre o Lucro | | – | – | – | – | – |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | | – | – | – | – | – |
| **Resultado do exercício** | | **(293.949)** | **(211.424)** | **(21.273)** | **(526.647)** | **(704.411)** |

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020 *(Em Reais 1)*

| **Conta** | **Patrimônio social** | | |
|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Superávit ou déficit Acumulado** | **Resultado do Exercício** | **Total** |
| Saldos em 1 de janeiro de 2019 | 7.284.669 | (1.174.684) | 6.109.985 |
| Ajustes de exercicios anteriores | 2.213 | – | 2.213 |
| Ajustes por depreciações e baixas | – | – | – |
| Transferência para patrimônio social | (1.174.684) | 1.174.684 | – |
| Superávit/(deficit) do exercício | – | (704.411) | (704.411) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **6.112.198** | **(704.411)** | **5.407.787** |
| Ajustes de exercicios anteriores | 29.994 | – | 29.994 |
| Ajustes por depreciações e baixas | – | – | – |
| Transferência para patrimônio social | (704.411) | 704.411 | – |
| Superávit/(deficit) do exercício | – | (526.646) | (526.646) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **5.437.781** | **(526.646)** | **4.911.135** |

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Metodo Indireto *(Em Reais 1)*

| | 01/01/2020 a 31/12/2020 | Período de 01/01/2019 a 31/12/2019 |
|---|---|---|
| **1 – Fluxo de caixa das atividades operacionais** | **(91.367)** | **(495.205)** |
| Resultado liquido ajustado | (340.967) | (564.731) |
| Superavit/(Déficit) do exercicio | (526.646) | (704.411) |
| Ajustes | 29.994 | 2.213 |
| Depreciações e amortizações | 140.864 | 145.656 |
| Provisão para devedores duvidosos | – | – |
| Baixa de Imobilizado | 14.822 | |
| Transferencias para o patrimonio social | – | 22.355 |
| Ajustes na depreciação de exercicios anteriores | – | (11.256) |
| Ganho de capital | – | (19.287) |
| **Acrescimos/Decréscimos do ativo circulante** | **484.607** | **(448.083)** |
| Anuidades e/ou mensalidades escolares | – | 3.315 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 13.400 | 9.139 |
| Outros valores a receber | 471.208 | (460.537) |
| **Acrescimos/Decréscimos do passivo circulante** | **(235.007)** | **517.609** |
| Fornecedores | (5.208) | (5.165) |
| Obrigações trabahistas a pagar | 24.469 | (3.706) |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | (17.612) | 11.544 |
| Recursos de convenios a aplicar | (459.524) | 527.053 |
| Outras contas a pagar | 222.868 | (12.116) |
| **2 – Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | **(36.592)** | **275.300** |
| Recebimento de Venda de Imobilizado | – | 19.287 |
| Pagamentos/Resgates de investimentos | 12.293 | (23.990) |
| Pagamentos de aquisições do imobilizado | (48.885) | (11.391) |
| Pagamentos de aquisições de intangíveis | – | – |
| Pagamentos de depositos em garantia | – | 291.394 |
| **3 – Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | – | – |
| Recebimentos de emprestimos e financiamentos | – | – |
| Pagamentos de emprestimos e financiamentos | – | – |
| **4 – Variação das disponibilidades no período** | **(127.958)** | **(219.905)** |
| **5 – Resumo** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício | 4.581.446 | 4.801.351 |
| Variação das disponibilidades no período | (127.958) | (219.905) |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | **4.453.488** | **4.581.446** |

## Notas Explicativas – Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020 *(Valores expressos em R$ 1)*

**1. Informações Gerais** – A Associação Palotina é uma sociedade civil de direito privado, de caráter beneficente, assistencial, educacional, cultural, de promoção humana e filantrópica, como instrumento de defesa da vida e das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade tem como finalidades precípuas desenvolver atividades educacionais em seus vários níveis, culturais, de assistência a saúde e de assistência social, por meio da promoção da infância, da adolescência, da juventude e da família, difundir valores fundamentais ao exercício da cidadania, da ética, da moral e da justiça social, amparar e proteger a infância, a juventude, a terceira idade e as pessoas enfermas, atender e acompanhar pessoas empobrecidas e carentes através de ações beneficentes e filantrópicas de caráter socioeconômico e na promoção da coletividade. A associação não distribui resultados, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhum pretexto, bem como não remunera nem concede vantagens por qualquer forma a seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, beneméritos, benfeitores e equivalentes. Os resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

**2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resolução 1.409/12 – ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros; b) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e alterações; c) Resolução 1.185/09 – NBC TG 26 (R4) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e alterações; d) Resolução 1.374/11 – NBC TG 00 (R10 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis e alterações, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais 1 – unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*IASB*), exceto quanto ao ajuste a valor presente e redução ao valor recuperável dos ativos classificados no grupo não circulante nas contas imobilizado e intangíveis, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: **2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. **2.2. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a mensalidades escolares a receber dos responsáveis financeiros pelos alunos matriculados, contratadas na forma de anuidade, porém a essência do processo é receber ao longo do exercício, em parcelas mensais – dentro do mês em curso – o valor correspondente aos serviços educacionais prestados naquele mês, e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva deque os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. As Anuidades e/ou mensalidades escolares se encontram registrados pelo valor de venda. **2.3. Imobilizado:** Encontram-se registrado pelo custo original ajustado por reavaliação realizada em exercícios anteriores cujos valores encontram-se amparados em laudos técnicos emitidos por empresa especializada. A depreciação dos bens é reconhecida pelo método linear, ao longo das vidas úteis estimadas para cada bem. A Administração adota esse critério por entender que o valor residual dos bens está compatível com o valor registrado a título de custo original depreciado até a data de estimativa útil do respectivo bem, além de considerar não haver em seu horizonte operacional qualquer indicativo de interrupção de atividades bem como da incapacidade de seu conjunto de ativos, em especial, o Imobilizado, em garantir a produção de resultados que possam satisfazer a capacidade de recuperação dos mesmos. **2.4. Intangíveis:** Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, menos a amortização acumulada calculada com base na vida útil estimada, utilizando-se o método linear. **2.5. Empréstimos e financiamentos:** Todos os custos de empréstimos são reconhecidos no resultado no período em que forem incorridos. A despesa de juros é reconhecida com base no método de juros efetivos e incluída em custos financeiros. **2.6. Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações:** As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira – utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. **2.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente – legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment:** Conforme evidenciado à nota nº 2.3, não houveram no exercício modificações operacionais que pudessem resultar no acarretamento de desvalorizações significativas que justifiquem ajustes conforme determina a Resolução nº 1.255/09 – NBC TG 1000 (R1). **2.10. Ajuste ao valor presente:** As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso – foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuados nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros – valores a receber de mensalidades, adiantamentos, outras contas a receber, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. **2.11. Receitas, Custos e Despesas:** O reconhecimento de receitas, custos e despesas na demonstração do resultado é feito com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

**3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados** – Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a.** Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de mensalidades escolares e outros créditos. **b.** Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos empréstimos e financiamentos, fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas. **c.** Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

| **4. Caixa e Equivalentes de Caixa** | **2020 Em Reais (1)** | **2019 Em Reais (1)** |
|---|---|---|
| Caixa | 2.457 | 5.710 |
| Bancos conta movimento | 169.532 | 119.990 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 2.791.563 | 3.007.390 |
| | **2.963.552** | **3.133.090** |

**5. Aplicações Financeiras de Liquidez Não Imediata** – Refere-se a valores de aplicações financeiras cujo resgate acontecerá em períodos superiores a 90 dias. Os rendimentos foram apropriados "pró-rata tempore" até a data do encerramento do exercício.

| | **2020** | **2019** |
|---|---|---|
| **Aplicação de Liquidez não imediata** | 1.489.936 | 1.448.356 |

| **6. Outros Valores a Receber** | **2020 Em Reais (1)** | **2019 Em Reais (1)** |
|---|---|---|
| Adiantamentos a funcionários | 44.909 | 78.890 |
| Reembolso de despesas a receber | 23.045 | 22.000 |
| Convênios e subvenções governamentais a receber | 302.250 | 724.750 |
| Outras contas a receber | 66.616 | 82.388 |
| | **436.820** | **908.028** |

**7. Imobilizado**

| | **2020 – Em reais (1)** | | |
|---|---|---|---|
| | **Custo Original** | **Depreciações Acumuladas** | **Saldo Residual em 31/12/2018** |
| Móveis e utensílios | 1.530.302 | (1.251.893) | 278.409 |
| Veículos | 318.869 | (201.297) | 117.572 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 259.066 | (199.319) | 59.747 |
| Equipamentos de informática | 505.223 | (318.722) | 186.501 |
| Bibliotecas e materiais didáticos e pedagógicos | 75.623 | (60.289) | 15.334 |
| Outras imobilizações | 25.937 | (16.466) | 9.471 |
| | **2.715.020** | **(2.047.986)** | **667.034** |

| | **2019 – Em reais (1)** | | |
|---|---|---|---|
| | **Custo Original** | **Depreciações Acumuladas** | **Saldo Residual em 31/12/2018** |
| Móveis e utensílios | 1.554.318 | (1.219.776) | 334.542 |
| Veículos | 411.035 | (222.614) | 188.421 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 260.356 | (187.155) | 73.201 |
| Equipamentos de informática | 521.080 | (330.177) | 190.903 |
| Bibliotecas e materiais didáticos e pedagógicos | 75.623 | (60.243) | 15.380 |
| Outras imobilizações | 18.829 | (15.823) | 3.006 |
| | **2.841.241** | **(2.035.788)** | **805.453** |

As depreciações são calculadas a taxas estabelecidas de acordo com a vida útil de cada bem.

| **8. Obrigações Trabalhistas a Pagar** | **2020 Em Reais (1)** | **2019 Em Reais (1)** |
|---|---|---|
| Ordenados e salários a pagar | 1.045 | 0,00 |
| Férias a pagar | 137.038 | 113.614 |
| | **138.083** | **113.614** |

| **9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas** | **2020 Em Reais (1)** | **2019 Em Reais (1)** |
|---|---|---|
| Tributos retidos a recolher | 973 | 5.818 |
| Encargos sociais e previdenciários | 32.040 | 44.807 |
| | **33.013** | **50.625** |

**10. Recursos de Convênios a Aplicar** – Os valores referentes aos recursos de convênios e subvenções governamentais e sua aplicação são registrados em contas do passivo circulante até que encaminhadas aos órgãos públicos as respectivas prestações de contas.

| | **2020 – Em Reais (1)** | | |
|---|---|---|---|
| **Valores pendentes de prestação de contas e aplicação** | **Valor Recebido** | **Valor Aplicado** | **Valor a Aplicar** |
| Convênio 270/SME/2009 – Prefeitura do Município de São Paulo/SP | 847.208 | (674.763) | 172.445 |
| Convênio 023/2009 – Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ | 881.033 | (470.585) | 410.448 |
| Convênio Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ – FNDE/PNAE | 15.215 | (15.215) | 0.00 |
| Convenio – PNAE – CRECHE – Prefeitura do Município de São Paulo | 25.735 | (15.463) | 10.272 |
| Convênio SMADS | 1.506.040 | (1.394.168) | 111.872 |
| Outros | 2.382 | (351) | 2.031 |
| | **3.277.613** | **(2.570.545)** | **707.068** |

| | **2019 – Em Reais (1)** | | |
|---|---|---|---|
| **Valores pendentes de prestação de contas e aplicação** | **Valor Recebido** | **Valor Aplicado** | **Valor a Aplicar** |
| Convênio 270/SME/2009 – Prefeitura do Município de São Paulo/SP | 1.184.598 | (1.017.656) | 166.942 |
| Convênio 023/2009 – Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ | 1.321.527 | (448.983) | 872.544 |
| Convênio Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ – FNDE/PNAE | 26.745 | (14.857) | 11.888 |
| Convenio – PNAE – CRECHE – Prefeitura do Município de São Paulo | 25.735 | (15.463) | 10.272 |
| Convênio SMADS | 1.429.107 | (1.351.714) | 77.393 |
| Outros | 28.244 | (692) | 27.552 |
| | **4.015.956** | **(2.849.365)** | **1.166.591** |

| **11. Outras Contas a Pagar.** | **2020 Em Reais (1)** | **2019 Em Reais (1)** |
|---|---|---|
| Alugueis a pagar | 47.831 | 47.831 |
| Concessionários de Água e Esgoto, Energia e Telecomunicações | 9.892 | 14.836 |
| Outras contas | 272.838 | 45.026 |
| | **330.561** | **107.693** |

**12. Patrimônio Social** – É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

**13. Receitas com Doações e Contribuições** – As doações, contribuições, e receitas com eventos estão registradas em contas de receitas operacionais, a valores originais. As doações e contribuições são valores recebidos de terceiros, a título de colaboração por espontaneidade dos benfeitores.

| | **2020 Em Reais (1)** | **2019 Em Reais (1)** |
|---|---|---|
| Doações de pessoas físicas | 151.993 | 185.111 |
| Doações de pessoas jurídicas | – | 18.901 |
| | **151.993** | **223.377** |

**14. Convênios e Subvenções Governamentais** – Os valores referentes aos recursos de convênios e subvenções governamentais e sua aplicação são registrados em contas do passivo circulante até que encaminhadas aos órgãos públicos as respectivas prestações de contas. Após a prestação de contas, os valores são transferidos para contas do resultado com registro nas contas de receitas operacionais e aplicação em gratuidades respectivamente.

**14.1 Receitas com convênios e subvenções governamentais realizados no exercício**

| | **2020 Em Reais (1)** |
|---|---|
| Convênio c/ Prefeitura do Município de São Paulo/SP – 270/SME/2009 | 654.859 |
| Convênio c/ Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ – 23/2009 | 458.069 |
| Convênio c/ Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ – FNDE/PNAE | 11.998 |
| Convênio c/ Prefeitura do Município de São Paulo/SP – SMADS | 1.394.168 |
| | **2.519.094** |

*continua …*

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:22:01

# Publicidade Legal

*… continuação*

## ASSOCIAÇÃO PALOTINA

| | 2019 Em Reais (1) |
|---|---|
| Convênio c/ Prefeitura do Município de São Paulo/SP – 270/SME/2009 | 1.014.495 |
| Convênio c/ Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ – 23/2009 | 448.983 |
| Convênio c/ Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ – FNDE/PNAE | 14.857 |
| Convenio c/Prefeitura do Município de São Paulo/SP – PNAE | 15.463 |
| Convênio c/ Prefeitura do Município de São Paulo/SP – SMADS | 1.351.714 |
| | **2.845.512** |

**15. Aplicação em Gratuidades** – A instituição mantém critérios de avaliação social para a concessão e manutenção das gratuidades. Os benefícios são na forma de: (a) Atendimento assistencial a crianças, idosos e pessoas carentes, com gratuidade total, as quais são concedidas após avaliação de situações especiais e excepcionais, dadas em função da renda familiar, da necessidade imperiosa de auxílio para a família, ou outras que possam comprometer a manutenção e formação do indivíduo; (b) Educação Básica Gratuita; e (c) Hospedagem, alimentação e atendimento de saúde as crianças atendidas na entidade.

**15.1. Demonstração da Aplicação em Gratuidades – De acordo a Lei 12.101/09 e alterações, e Decreto 8.242/14**

| | 2020 |
|---|---|
| (+) Gastos com educação básica gratuita, programas de apoio ao aluno bolsista | 1.451.069 |
| (+) Gastos com Ações de Assistência Social | 1.627.071 |
| **(=) total aplicado em gratuidades em educação básica e assistência social lei 12.101/09** | **3.078.140** |
| | **2019** |
| (+) Gastos com educação básica gratuita, programas de apoio ao aluno bolsista | 1.873.997 |
| (+) Gastos com Ações de Assistência Social | 1.612.933 |
| **(=) Total aplicado em gratuidades em educação básica e assistência social lei 12.101/09** | **3.846.930** |

**15.2. Demonstração das Quantidades de Bolsas de Estudos Concedidas na Educação Básica – Anexo VIII-A da Portaria Normativa MEC 15/2017:** A seguir demonstramos as quantidades de bolsas de estudos concedidas na educação básica com base no Art. 13 da Lei 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e Anexo VIII-A da Portaria Normativa MEC 15/2017.

| Variáveis | Descrição | Quantidade |
|---|---|---|
| ***Megi*** | Número de alunos matriculados em escolas gratuitas em tempo integral | 169 |
| ***Meg*** | Número de alunos matriculados em escolas gratuitas em tempo normal | – |
| ***Mep*** | Número de alunos matriculados em escolas pagantes | – |
| ***M*** | Número de alunos matriculados | 169 |
| ***Bne*** | Número de alunos com bolsa de estudo integrais **NÂO** enquadradas na Lei 12.101/09 | – |
| ***Ai*** | Número de alunos inadimplentes a mais de 90 dias que não renovaram matricula | – |
| ***N = M-Bne--Ai*** | Número de alunos para base de cálculo = Total de alunos matriculados excluindo-se os alunos inadimplentes (Art. 13-C, § 2º, da Lei 12.101/09) e alunos com bolsas de estudo integrais que não atenderam a Lei 12.101/09 | 169 |
| ***Id*** | Número de alunos com bolsa de estudo integrais conforme Art. 14 da Lei 12.101/09 que tenham a sua deficiência declarada no censo da educação básica | – |
| ***It*** | Número de alunos com bolsa de estudo integrais conforme Art. 14 da Lei 12.101/09 matriculados na educação básica em tempo integral | 169 |
| ***Io*** | Número de alunos com bolsa de estudo integrais conforme Art. 14 da Lei 12.101/09 matriculados na educação básica que não sejam portadores de deficiência e não estejam matriculados em tempo integral | – |
| ***I = Id+It+Io*** | Número de alunos com bolsas de estudo integrais de acordo com o Art. 14 da Lei 12.101/09 | 169 |
| ***P*** | Número de alunos com bolsas de estudo parciais de 50% de acordo com o Art. 14 da Lei 12.101/09 | – |
| ***Bcc*** | Quantidade de bolsas de estudo integrais resultado da conversão de benefícios complementares calculados em planilha auxiliar (Anexo 9) | – |
| ***LBc*** | Limite de benefícios complementares (25% da Proporção 5 x 1) = (1/3) x (Io + 1,2 x Id + 1,4 x It + 0,5 x P) | 78 |
| ***Bc*** | Quantidade de bolsas de estudo integrais resultado da conversão de benefícios complementares a considerar | – |

**Calculos**

**a) Proporção 9 x 1**

| | |
|---|---|
| a.1) Proporção 9 x 1 = (***N***/10) | 17 |
| a.2) Quantidade de bolsas de estudo integrais de acordo com a Lei 12.101/09 = ***I*** | 169 |
| a.3) Verificação da quantidade minima de bolsas de estudo integrais de acordo com a Lei 12.101/09 Proporção 9 x 1 = (***I*** ≥ ***N***/10) | **Atendido** |

**b) Proporção 5 x 1**

| | |
|---|---|
| b.1) Proporção 5 x 1 = (***N***/6) | 29 |
| b.2) Número de bolsas equivalentes ((Io + 1,2 x Id + 1,4 x It + 0,5 x P + Bc) | 236 |
| b.3) Verificação da quantidade mínima de bolsas de estudo integral de acordo com a Lei 12.101/09 Proporção 5 x 1= (N/6) ≥ (Io + 1,2 x Id + 1,4 x It + 0,5 x P + Bc) | **Atendido** |

**15.3. Demonstração das Quantidades de Beneficiários Assistidos nas Unidades de Assistência Social:** A seguir demonstramos as quantidades de beneficiários assistidos nas unidades de assistência social com base no Art. 13 da Lei 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13.

| Unidade | Tipificação do Serviço | Qde de Assistidos |
|---|---|---|
| Centro Social Nossa Senhora Aparecida | Proteção Especial de Alta Complexidade – Abrigo Institucional | Ano 2020 – 1.078 |
| Centro Social Nossa Senhora Aparecida | **Proteção Especial de Alta Complexidade – Abrigo Institucional** | **Ano 2019 – 917** |

**16. Gastos com Pessoal e Encargos**

| | Educação Básica Gratuita | Assistência Social | 2020 Em Reais (1) Mantenedora Outras Atividades |
|---|---|---|---|
| Salários e ordenados | 828.612 | 810.171 | 99.538 |
| Encargos Sociais | 71.591 | 104.715 | 12.830 |
| Outros Gastos | 17.060 | 70.772 | 35.151 |
| | **917.263** | **985.658** | **147.519** |

| | Educação Básica Gratuita | Assistência Social | 2019 Em Reais (1) Mantenedora Outras Atividades |
|---|---|---|---|
| Salários e ordenados | 1.019.473 | 783.254 | 99.073 |
| Encargos Sociais | 113.605 | 77.525 | 73.600 |
| Outros Gastos | 43.663 | 84.289 | 55.070 |
| | **1.176.741** | **945.068** | **227.743** |

**17. Gastos Gerais e Materiais de Uso e Consumo**

| | Educação Básica Gratuita | Assistência Social | 2020 Em Reais (1) Mantenedora Outras Atividades |
|---|---|---|---|
| Manutenção e conservação | 87.541 | 68.256 | 30.008 |
| Prestação de serviços pessoa jurídica | 14.873 | 53.848 | 233.900 |
| Agua e esgoto, energia e telecomunicações | 38.972 | 87.149 | 43.123 |
| Alugueis | 274.860 | 155.520 | 207.360 |
| Alimentação | 40.811 | 144.447 | 1.233 |
| Outros gastos | 50.752 | 125.513 | 41.968 |
| | 507.809 | 634.733 | 557.592 |

| | Educação Básica Gratuita | Assistência Social | 2019 Em Reais (1) Mantenedora Outras Atividades |
|---|---|---|---|
| Manutenção e conservação | 152.381 | 83.816 | 30.076 |
| Prestação de serviços pessoa jurídica | 22.685 | 48.750 | 241.169 |
| Agua e esgoto, energia e telecomunicações | 68.016 | 86.115 | 41.651 |
| Alugueis | 274.860 | 155.520 | 207.360 |
| Alimentação | 91.840 | 144.651 | 3.215 |
| Outros gastos | 61.201 | 116.324 | 68.383 |
| | 670.983 | 635.176 | 591.854 |

**18. Isenções e Imunidades** – Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição da empresa para o INSS e COFINS, foram calculados como se devido fossem por unidade e o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram calculados como se devido fossem porém sobre o resultado da entidade, cujos valores demonstramos a seguir.

| | 2020 Em Reais (1) | 2019 Em Reais (1) |
|---|---|---|
| - Contribuição Previdenciária Patronal | 429.573 | 495.483 |
| - Cofins | 75.573 | 85.380 |
| | **505.145** | **580.863** |

**19. Seguros** – A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

**20. Aprovação das Demonstrações Financeiras** – Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 23 de abril de 2021.

### Diretoria

**Zenita Piovesan Bisognin** – CPF 231.485.780-15 – RG 50.436.569-1 SSP/SP

**Maria Giuliani –** CPF 493.292.788-68 – RG 4.127.576-7

**Jucineide Calvacante Evangelista Bezerra** – CRC 1SP 201.246/O-4

### Parecer do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais – CAEF

O Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais – CAEF da Associação Palotina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido à avaliação do material contábil do ano de 2020 (mês de janeiro a dezembro), efetuando a análise da prestação de Contas da Diretoria, inerentes às atividades de natureza econômica, elaborou o presente Relatório, com a emissão do **Parecer,** a ser submetido à Assembléia Geral. **Relatório – 1. Da Documentação Contábil –** A documentação contábil foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de despesas, bem como os respectivos balancetes, diários e extratos bancários. Da análise dos documentos de despesas não encontramos nenhuma irregularidade, posto que os documentos estejam de conformidade com os documentos contábeis, não havendo nenhuma ressalva a ser feita. **2. Da Movimentação Financeira Mensal – 2020 –** O balancete, analisado e conferido, foi apresentada de forma cumulativa, tendo este Conselho Fiscal feito à apuração dos lançamentos, mês a mês, estando todos em perfeita ordem. **3. Parecer –** O **Balanço Geral** referente ao exercício de 2020 pode ser aprovado pela Assembleia Geral por representarem de forma correta a efetiva situação da **Associação Palotina**, no respectivo período.

São Paulo, 23 de abril 2021

**Ainda da Silva Nunes –** RG 53.591.746-6 SSP/SP – CPF 100.127.530-68

**Nair Maria Basso** – RG 7.804.879 SSP/SP – CPF 569.357.148-34

**Sirlene Cararine** – RG 08.99.577-2 – CPF 007.328.997-37

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Associados e Diretores de
**Associação Palotina** – São Paulo-SP.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Palotina**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Palotina** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: Elaboração das demonstrações contábeis:** Conforme mencionado na nota explicativa " 2 ", As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros; b) NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; c) NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e d) NBC TG – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro., com a Legislação Societária, com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e com as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. **Demonstração do Valor Adicionado:** Foi apresentada no conjunto das demonstrações contábeis do exercício a Demonstração do Valor Adicionado. De acordo com as normas contábeis e legislação vigente, a Entidade está desobrigada de apresentar a referida demonstração, porém a administração da Entidade decidiu por apresentar esta demonstração título de informações complementares. Sobre a referida demonstração foram aplicados os procedimentos de auditoria externa. **Aplicação em gratuidades:** Conforme demonstrado na nota explicativa 15. a entidade atendeu as exigências da Lei 12.101/09 e alterações e do Decreto 8.242/14 em relação à concessão de bolsas de estudos e aplicação de recursos em gratuidades, necessárias para a manutenção da certificação de entidade beneficente de assistência social. **Auditoria relativa ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020, foram por nós auditadas, com parecer datado de 24 de abril de 2020 sem ressalvas, com parágrafo de outros assuntos em relação a elaboração das demonstrações contábeis, apresentação da demonstração do valor adicionado, aplicações em gratuidades e auditoria do exercício anterior. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião adversa", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campina Grande do Sul/PR, 23 de abril de 2021

**Mega Auditores Associados Eireli**
CRC-PR 005722/O-1 S SP
**Jacób José Máschio Junior**
Contador CRC-PR 033208/O-0 S SP – CNAI CFC 652 – IBRACON 4095

## VERMONT CAPITAL SECURITIZADORA S.A.

**-** CNPJ 41.572.250/0001-83

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO**

Data, Hora e Local: 01/02/2021, às 11 horas, à Rua Cel. José Eusébio, nº 95, São Paulo, SP. Presença e Convocação: Silas Falcão Coletto e Marcelo Coló Giannini na qualidade de subscritores do capital social da empresa ora constituída, conforme conferencia das assinaturas apostas nesta Ata e nos boletins de subscrição. Mesa: Silas Falcao Coletto - Presidente, Marcelo Coló Giannini - Secretário. Ordem do Dia e Deliberações: (a) O Presidente informou aos presentes que a presente Assembleia tinha por finalidade a constituição de uma S.A., de capital fechado, cuja denominação será "Vermont Capital Securitizadora S.A.", com sede e foro no município de São Paulo - SP, sendo o seu capital social de R$ 250.000,00, distribuídos em 250.000,00 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, ficando R$ 250.000 subscritos e R$ 25.000,00 integralizados neste ato, em moeda corrente nacional, com o restante a ser integralizado no período de até 360 dias, a contar do arquivamento desta ata na Jucesp. Tal proposta foi aprovada pela unanimidade dos subscritores presentes, conforme boletim de subscrição; (b) A seguir o Sr. Presidente informou que o boletim de subscrição e o projeto de estatuto social, bem como o recibo de deposito de, no mínimo, 10% do valor do capital social integralizado em banco comercial, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 2, de 03/05/1978, encontravam-se sobre a mesa da assembleia a disposição de todos os presentes, para a devida conferencia. (c) Dando sequência aos trabalhos o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretario que procedesse com a leitura do projeto do Estatuto Social da Sociedade ora constituída, colocado para apreciação dos presentes. Como ninguém se pronunciou, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. (d) Constatada a observância de todas as formalidades legais, o Sr. Presidente declarou definitivamente constituída a "Vermont Capital Securitizadora S.A" para todos os efeitos de direito, determinando que se procedesse em seguida a eleição dos membros da Diretoria e ainda, a fixação dos seus honorários. (e) Por conseguinte, foram eleitos por unanimidade os seguintes membros da Diretoria: para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. Silas Falcao Coletto, já qualificado acima e para o cargo de Diretor Vice-Presidente, o Sr. Marcelo Coló Giannini, os quais tomaram posse. (f) Os eleitos tomarão posse de seus cargos mediante a aposição de suas assinaturas em termo a ser lavrado em livro próprio, tendo o mandato à duração de 3 anos, com início em 01/02/21 e término em 31/01/24. Os membros da Diretoria eleitos declararam, mesmo antes da eleição, estarem cientes dos requisitos previstos no Artigo 147 da Lei 6.404/76 (Lei das S.As.). Ato continuo, o Sr. Presidente submeteu a apreciação da assembleia a definição da inexistência de remuneração dos Diretores no primeiro ano de constituição da cia. (g) Por último, e por orientação do Sr. Presidente, os presentes autorizaram a realização e confecção de todos e quaisquer atos e/ou documentos necessários para a implementação do ora deliberado, sendo a Cia representada pelos dois diretores, isoladamente, para todos os atos de registros em Órgãos públicos e estabelecimentos bancários. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada par todos os presentes. SP, 01/02/21. Mesa: Marcelo Coló Giannini - Secretário, Silas Falcao Coletto - Presidente. Acionistas Subscritores: Silas Falcao Coletto e Marcelo Coló Giannini. Advogado(a): Helder Alexandre Leandro de Lira - OAB/SP nº 327.984. Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede e Duração - Artigo 1° - A sociedade tem a denominação social de Vermont Capital Securitizadora S.A e é regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. Artigo 2° - A sociedade tem sede à Rua Cel. José Eusébio, nº 95, São Paulo-SP. Artigo 3° - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. Capítulo II - Do Objeto Social - Artigo 4° - A sociedade tem por objeto social a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos seguimentos comercial, industrial, financeiro e de prestação de serviços que sejam suscetíveis de securitização (CNAE 6492-1/00). Capítulo III - Do Capital e Ações - Artigo 5° - O capital social é de R$ 250.000,00, divido da seguinte forma: 250.000,00 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma; Artigo 6° - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas. Capítulo IV - Das Assembleias Gerais - Artigo 7° - As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias serão realizadas nos primeiros quatro meses do ano e as extraordinárias sempre que houver necessidade. Artigo 8° - A convocação de qualquer assembleia geral, quer ordinária, quer extraordinária, devera ser feita mediante anuncio publicado por 2 vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, observados os demais preceitos previstos no artigo 124 da Lei no 6.404 de 15/12/1976 e suas posteriores alterações ("Lei 6.404"). § Primeiro - Independentemente do disposto no "caput" deste artigo, será considerada regularmente instalada a assembleia geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. § Segundo - Qualquer acionista poderá ser representado por procurador, na forma do artigo 126, § 1° da Lei 6.404, sendo então considerado presente a reunião. Da mesma forma, serão considerados presentes se derem seu voto por fax, e-mail, telegrama ou qualquer outra forma escrita, devendo a via original de o voto proferido ser arquivada na sede da sociedade no prazo de 10 dias corridos após a assembleia. Artigo 9º - As deliberações nas assembleias gerais deverão ser aprovadas por maioria simples das ações com direito a voto, correspondendo a cada ação ordinária um voto. Capítulo V - Da Administração da Sociedade - Artigo 10º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por 02 membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente, eleitos pela assembleia geral para ocuparem seus cargos pelo período de 03 anos. § Primeiro - A qualquer tempo e sem motivo justificado poderão os acionistas promover a substituição dos membros por eles indicados para integrar a Diretoria, caso em que os acionistas se comprometem a tomar todas as providencias cabíveis para a instalação de assembleia geral destinada a eleger o(s) substituto(s) daquele(s) Diretor (es) que for(em) afastado(s) ou se retirar(em), no prazo máximo de 30 dias contados da data em que houver sido comunicado o evento. § Segundo - A remuneração dos Diretores será fixada pela assembleia geral ordinária e reajustada a cada ano, na data da realização da assembleia geral ordinária. Artigo 11° - A convocação de qualquer reunião de Diretoria devera ser feita pela própria Diretoria com pelo menos 15 dias de antecedência da data designada, informando a data, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia. Artigo 12° - Caberá aos diretores, isoladamente, à prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta, para tanto dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para representação da sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem coma autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. § Primeiro - Os cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade deverão necessariamente conter assinaturas de, no mínimo, 02 diretores, sempre em conjunto. § Segundo - As procurações outorgadas pela sociedade deverão sempre ser assinadas por um diretor, isoladamente, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado. Capítulo VI - Conselho Fiscal - Artigo 13° - O Conselho Fiscal funcionara de modo não permanente e será instalado na forma e nos casos previstos em lei. Capítulo VII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados - Artigo 14° - O exercício social terá inicio em 1° de janeiro e termino em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração da sociedade, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas na Lei submetendo-os a deliberação da assembleia geral, acompanhados do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento. § Primeiro - Poderá a assembleia geral, por proposta, destinar parte do lucro líquido para formação de outras reservas previstas em Lei. § Segundo - A sociedade poderá, por deliberação da diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendo a conta de lucro apurado nesse balanço. A sociedade poderá ainda levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, nos termos do artigo 204 da Lei n° 6.404/76. § Terceiro - A diretoria poderá também declarar dividendos intermediário, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no Último balanço anual ou semestral. § Quarto - Os dividendos serão pagos no prazo de até 60 dias da data em que forem declarados, salvo se outro prazo tiver sido expressamente determinado pela assembleia geral. Capítulo VIII - Da Dissolução, Extinção, Liquidação e Continuidade da Sociedade - Artigo 15° - A sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da assembleia geral. Artigo 16° - Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, exceto no caso de liquidação judicial, o liquidante será nomeado pela assembleia geral. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver rateado entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social, na data da liquidação. Capítulo IX - Legislação Aplicável e Foro - Artigo 17° - Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo - SP, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste estatuto. Artigo 18° - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com os dispositivos da Lei n° 6.404, com as alterações introduzidas pela legislação posterior. SP, 01/02/21. Jucesp n° 35.300.566.653 em 14/04/21. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Faça um orçamento conosco: comercial @datamercantil.com.br

Acesse nosso site: datamercantil.com.br

**Data Mercantil** - A melhor opção para sua empresa

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:22:25

# Associação Literária e Educativa Santo André

CNPJ/MF nº 61.038.436/0001-64 – Rua Barão do Bananal, 771 – Sede/São Paulo (SP)

Declarada Utilidade Pública – Decreto Federal 62.359 (07/03/1968), Estadual Decreto nº 38.897(06/07/1994) e Municipal Decreto nº 679 (04/05/1966) – Entidade Filantrópica – Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 17.115/41 (20/10/1941) – Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos Proc. Nº 225403/70 (15/06/1970)

## Relatório da Diretoria

**Sras. Associadas:** Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/12/2019 e 2020 com Parecer do Conselho Fiscal e Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

São Paulo, 31 de dezembro 2020.

*A Diretoria*

## Balanço Patrimonial

| | | 31 de dezembro de 2020 | | | 31 de dezembro de 2019 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **NE** | **Ativ. Educacional** | **Institucional** | **Consolidado** | **Ativ. Educacional** | **Institucional** | **Consolidado** |
| **Ativo circulante** | | **2.582.597,97** | **35.834.690,41** | **38.417.288,38** | **2.897.996,09** | **45.258.116,28** | **48.156.112,37** |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | | **963.035,43** | **35.142.136,68** | **36.105.172,11** | **1.799.319,50** | **45.228.915,87** | **47.028.235,37** |
| Caixa | 02.2 | 2.052,01 | 4.664,68 | 6.716,69 | 2.883,85 | 3.304,26 | 6.188,11 |
| Bancos Conta Movimento | 02.2 | 84.616,11 | 14.204,46 | 98.820,57 | 63.562,66 | 9.838,15 | 73.400,81 |
| Aplicações de Fundos Curto Prazo | 02.3 | 876.367,31 | 22.194.564,22 | 23.070.931,53 | 151.169,10 | 23.308.411,90 | 23.459.581,00 |
| Caderneta de Poupança | 02.3 | – | 287,80 | 287,80 | – | – | – |
| Aplicações de Fundos Prazo Fixo | 02.3 | – | 12.928.415,52 | 12.928.415,52 | 1.581.703,89 | 21.907.361,56 | 23.489.065,45 |
| Aplicações de Investimentos Longo Prazo | | – | – | – | – | – | – |
| **Créditos e adiantamentos** | | **1.614.410,41** | **59.659,05** | **1.674.069,46** | **1.095.719,48** | **17.859,99** | **1.127.877,00** |
| Alugueis a Receber | | – | 45.522,93 | 45.522,93 | – | – | – |
| Adiantamentos | | 78.256,83 | 13.136,12 | 91.392,95 | 83.472,36 | 15.671,99 | 99.144,35 |
| Contas a Receber. | | 196.217,95 | 1.000,00 | 197.217,95 | 359.247,97 | 2.188,00 | 361.435,97 |
| Anuidades a Receber – Parcelas | 02.4.c | 2.827.176,53 | – | 2.827.176,53 | 1.856.212,18 | – | 1.856.212,18 |
| Provisão P/Créd.Liquidação Duvidosa | 02.4.c | (1.487.240,90) | – | (1.487.240,90) | (1.203.213,03) | – | (1.203.213,03) |
| **Despesa exercício seguinte** | 03 | **5.152,13** | **632.894,68** | **638.046,81** | **2.957,11** | **11.340,42** | **14.297,53** |
| Despesas Antecipadas | | 5.152,13 | 632.894,68 | 638.046,81 | 2.957,11 | 11.340,42 | 14.297,53 |
| **Estoques** | | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** |
| Mercadorias – Estoque | | – | – | – | – | – | – |
| **Valores transitórios** | | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** |
| Impostos/Contribuições Recuperar | | – | – | – | – | – | – |
| **Ativo não circulante** | | **9.566.974,17** | **1.585.531,83** | **11.152.506,00** | **26.613.379,52** | **9.250.138,76** | **35.863.518,28** |
| **Realizável a longo prazo** | 02.6 | **9.913,00** | **–** | **9.913,00** | **9.913,00** | **–** | **9.913,00** |
| **Contas a Receber** | | 9.913,00 | – | 9.913,00 | 9.913,00 | – | 9.913,00 |
| **Imobilizado e intangível** | 02.5 | **9.557.061,17** | **1.585.531,83** | **11.142.593,00** | **26.603.466,52** | **9.250.138,76** | **35.853.605,28** |
| Imoveis | | 9.097.044,13 | 1.795.078,00 | 10.892.122,13 | 41.850.095,48 | 10.728.550,22 | 52.578.645,70 |
| Outras Imobilizações | | 3.665.287,17 | 987.934,88 | 4.653.222,05 | 3.492.908,46 | 1.825.317,59 | 5.318.226,05 |
| Depreciações/Amortizações Acumuladas | | (3.205.270,13) | (1.197.481,05) | (4.402.751,18) | (18.739.537,42) | (3.303.729,05) | (22.043.266,47) |
| **Total do ativo** | | **12.149.572,14** | **37.420.222,24** | **49.569.794,38** | **29.511.375,61** | **54.508.255,04** | **84.019.630,65** |

| | | 31 de dezembro de 2020 | | | 31 de dezembro de 2019 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | **NE** | **Ativ. Educacional** | **Mantenedora** | **Consolidado** | **Ativ. Educacional** | **Mantenedora** | **Consolidado** |
| **Passivo circulante** | | **3.007.395,27** | **37.145,75** | **3.044.541,02** | **3.853.582,83** | **319.966,96** | **4.173.549,79** |
| **Obrigações a curto prazo** | | **3.007.395,27** | **37.145,75** | **3.044.541,02** | **3.853.582,83** | **319.966,96** | **4.173.549,79** |
| Contas a Pagar | 04 | 279.855,91 | 21.115,80 | 300.971,71 | 1.065.111,17 | 75.473,49 | 1.140.584,66 |
| Contas Correntes | | – | – | – | – | – | – |
| Obrigações Trabalhistas | 04 | 981.454,91 | 4.849,31 | 986.304,22 | 973.475,08 | 77.833,74 | 1.051.308,82 |
| Obrigações Sociais | 04 | 283.918,76 | (588,28) | 283.330,48 | 280.580,88 | 16.846,86 | 297.427,74 |
| Obrigações Tributárias | 04 | 252.706,65 | 5.213,09 | 257.919,74 | 219.532,51 | 13.293,01 | 232.825,52 |
| Provisões de Férias e Encargos | 02.4.a | 1.067.465,11 | 6.278,83 | 1.073.743,94 | 1.179.488,65 | 136.305,36 | 1.315.794,01 |
| Outros Passivos Circulantes | 04 | 92.675,48 | 277,00 | 92.952,48 | 20.824,95 | 214,50 | 21.039,45 |
| Mensalidades/Taxas Antecipadas | 02.8 | 49.318,45 | – | 49.318,45 | 114.569,59 | – | 114.569,59 |
| **Passivo não circulante** | | **159.246,58** | **137.000,00** | **296.246,58** | **223.999,79** | **137.000,00** | **360.999,79** |
| **Exigível a longo prazo** | | **159.246,58** | **137.000,00** | **296.246,58** | **223.999,79** | **137.000,00** | **360.999,79** |
| Provisão p/ Contigências Fiscais | | – | – | – | – | – | – |
| Provisão p/ Contingência Trabalhista | 11.a | 123.276,58 | 137.000,00 | 260.276,58 | 193.388,81 | 137.000,00 | 330.388,81 |
| Provisão p/ Contingência Cíveis. | 11.b | 35.970,00 | – | 35.970,00 | 30.610,98 | – | 30.610,98 |
| **Patrimônio líquido** | 05 | **8.982.930,29** | **37.246.076,49** | **46.229.006,78** | **25.433.792,99** | **54.051.288,08** | **79.485.081,07** |
| Patrimônio Social. | | 7.914.431,13 | 37.972.248,63 | 45.886.679,76 | 24.546.123,55 | 54.694.017,01 | 79.240.140,56 |
| Resultado do Exercício. | | 1.068.499,16 | (726.172,14) | 342.327,02 | 887.669,44 | (642.728,93) | 244.940,51 |
| Incorporação/Cisão ALSA | | – | – | – | – | – | – |
| Ajuste de Exercício Anterior | | – | – | – | – | – | – |
| **Total do passivo** | | **12.149.572,14** | **37.420.222,24** | **49.569.794,38** | **29.511.375,61** | **54.508.255,04** | **84.019.630,65** |

## Demonstrativo de Resultado do Exercício

| | | 2020 | | | 2019 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **Educacional** | **Institucional** | **Consolidado** | **Educacional** | **Institucional** | **Consolidado** |
| **Receita Operacional Bruta** | | **43.225.495,08** | **–** | **43.225.495,08** | **40.911.706,90** | **–** | **40.911.706,90** |
| **Receita Bruta de Educação** | | **43.225.495,08** | **–** | **43.225.495,08** | **40.911.706,90** | **–** | **40.911.706,90** |
| Mensalidades de Alunos Pagantes | | 31.434.044,52 | – | 31.434.044,52 | 30.364.026,40 | – | 30.364.026,40 |
| Mensalidades Conc.em Bolsas Integrais 100% | | 7.507.580,00 | – | 7.507.580,00 | 6.419.175,00 | – | 6.419.175,00 |
| Mensalidades Conc. em Bolsas Parciais 50% | | 645.830,00 | – | 645.830,00 | 716.615,00 | – | 716.615,00 |
| Mensalidades Conc.em Bolsas Int.(Conv.Coletiva) | | 3.053.554,56 | – | 3.053.554,56 | 2.896.610,00 | – | 2.896.610,00 |
| Mensalidades Conc.em Bolsas Institucionais | | 15.780,00 | – | 15.780,00 | 37.440,00 | – | 37.440,00 |
| Receita de Serviços | | 568.706,00 | – | 568.706,00 | 477.840,50 | – | 477.840,50 |
| **Deduções da Receita Bruta de Educação** | | **(16.172.382,04)** | **–** | **(16.172.382,04)** | **(14.005.746,30)** | **–** | **(14.005.746,30)** |
| Bolsas de Estudos Concedidas – CEBAS | | (8.153.410,00) | – | (8.153.410,00) | (7.135.790,00) | – | (7.135.790,00) |
| Bolsas de Estudos Convenção Coletiva | | (3.053.554,56) | – | (3.053.554,56) | (2.896.610,00) | – | (2.896.610,00) |
| Bolsas de Estudos Institucional | | (15.780,00) | – | (15.780,00) | (37.440,00) | – | (37.440,00) |
| Descontos Concedidos | – | (3.723.114,57) | | (3.723.114,57) | (3.841.574,45) | | (3.841.574,45) |
| Descontos Concedidos Pandemia COVID 19 | | (497.645,47) | – | (497.645,47) | – | – | – |
| Devolução/Canc.de Mensalidades/Anuidades | | (728.877,44) | – | (728.877,44) | (94.331,85) | – | (94.331,85) |
| **Outras Receitas** | | **420,00** | **15.305,36** | **15.725,36** | **–** | **50.364,85** | **50.364,85** |
| Doações | 10.a | 420,00 | 15.305,36 | 15.725,36 | – | 50.364,85 | 50.364,85 |
| **Receita Bruta de Prestação Serviço** | | **–** | **424.528,57** | **424.528,57** | **–** | **1.344.560,20** | **1.344.560,20** |
| Receita Bruta | | – | 572.832,00 | 572.832,00 | – | 1.512.247,20 | 1.512.247,20 |
| Deduções da Receita Bruta | | – | (148.303,43) | (148.303,43) | – | (167.687,00) | (167.687,00) |
| **Receita Líquida** | | **27.053.533,04** | **439.833,93** | **27.493.366,97** | **26.905.960,60** | **1.394.925,05** | **28.300.885,65** |
| **Custo do Serviço Educacional** | | **(13.641.293,25)** | **–** | **(13.641.293,25)** | **(12.628.034,71)** | **(36.250,00)** | **(12.664.284,71)** |
| Despesas com Pessoal | | (11.563.187,62) | – | (11.563.187,62) | (10.577.554,90) | – | (10.577.554,90) |
| Benefícios e Encargos com Pessoal | | (1.580.302,17) | – | (1.580.302,17) | (1.239.446,06) | – | (1.239.446,06) |
| Material Didático e Escolar | | – | – | – | – | – | – |
| Alimentação | | – | – | – | – | – | – |
| Festas e Eventos | | (11.613,07) | – | (11.613,07) | (44.946,66) | – | (44.946,66) |
| Projeto Atividades p/garantia Educação Integral | 8.1.b | (295.476,06) | – | (295.476,06) | (343.054,45) | – | (343.054,45) |
| Estagiários | | (190.714,33) | – | (190.714,33) | (423.032,64) | – | (423.032,64) |
| Voluntariado | 10.b | – | – | – | – | (36.250,00) | (36.250,00) |
| **Resultado Operacional Bruto** | | **13.412.239,79** | **439.833,93** | **13.852.073,72** | **14.277.925,89** | **1.358.675,05** | **15.636.600,94** |
| Despesas Operacionais | | (12.487.020,68) | (2.409.002,48) | (14.896.023,16) | (13.840.367,05) | (4.394.177,55) | (18.234.544,60) |
| Despesas Administrativas | | (1.774.972,08) | (451.021,36) | (2.225.993,44) | (2.371.219,50) | (682.914,13) | (3.054.133,63) |
| Despesas com Pessoal | | (7.301.066,13) | (179.965,37) | (7.481.031,50) | (6.967.789,98) | (853.159,83) | (7.820.949,81) |
| Benefícios e Encargos com Pessoal | | (1.263.203,11) | (51.535,53) | (1.314.738,64) | (1.265.495,53) | (166.876,88) | (1.432.372,41) |
| Despesas Manutenção e Serviços | | (1.620.819,19) | (1.446.924,37) | (3.067.743,56) | (1.555.763,90) | (1.622.598,29) | (3.178.362,19) |
| Ação Educativa Espontânea | 9 | – | (113.419,50) | (113.419,50) | – | (590.746,15) | (590.746,15) |
| Despesas com Depreciação/Amortização | | (486.495,79) | (166.136,35) | (652.632,14) | (1.554.751,74) | (340.882,27) | (1.895.634,01) |
| Outras Despesas | | (40.464,38) | – | (40.464,38) | (125.346,40) | (137.000,00) | (262.346,40) |
| **Resultado Financeiro** | | **67.464,61** | **981.688,49** | **1.049.153,10** | **218.752,68** | **2.201.889,58** | **2.420.642,26** |
| Rendimentos Aplicações Financeiras Renda Fixa | | 24.111,49 | 975.078,18 | 999.189,67 | 112.528,24 | 2.206.310,53 | 2.318.838,77 |
| Despesas Financeiras | | (72.825,20) | (9.403,50) | (82.228,70) | (91.483,72) | (24.164,64) | (115.648,36) |
| Descontos Obtidos | | 11.992,73 | 2.857,55 | 14.850,28 | 1.135,92 | 4.533,57 | 5.669,49 |
| Outras Receitas Financeiras | | 104.185,59 | 13.156,26 | 117.341,85 | 196.572,24 | 15.210,12 | 211.782,36 |
| **Outras Receitas e Despesas** | | **516.615,22** | **131.451,39** | **648.066,61** | **736.079,17** | **184.371,61** | **920.450,78** |
| Alugueis e Rendas Patrimoniais | | 374.728,13 | 180.033,36 | 554.761,49 | 556.708,62 | 186.886,04 | 743.594,66 |
| Impostos/Taxas/Contibuições | | (35.546,53) | (21.768,25) | (57.314,78) | (36.011,40) | (37.584,23) | (73.595,63) |
| Seguros | | (26.980,45) | (29.594,71) | (56.575,16) | (15.024,62) | (28.248,49) | (43.273,11) |
| Outras Receitas | | 111.933,18 | – | 111.933,18 | 129.105,09 | 15.378,86 | 144.483,95 |
| Compensações INSS | | 92.480,89 | 2.780,99 | 95.261,88 | 101.301,48 | 11.689,43 | 112.990,91 |
| Voluntariado | 10.b | – | – | – | – | 36.250,00 | 36.250,00 |
| **Provisões** | | **(440.799,78)** | **129.856,53** | **(310.943,25)** | **(504.721,25)** | **6.512,38** | **(498.208,87)** |
| PECLD | | (549.305,22) | – | (549.305,22) | (475.051,38) | – | (475.051,38) |
| Perdas e Danos | | (1.929,96) | (170,00) | (2.099,96) | (194,08) | (1.168,67) | (1.362,75) |
| Provisões Férias | | 110.435,40 | 130.026,53 | 240.461,93 | (29.475,79) | 7.681,05 | (21.794,74) |
| **Superávit/Déficit do Exercício** | | **1.068.499,16** | **(726.172,14)** | **342.327,02** | **887.669,44** | **(642.728,93)** | **244.940,51** |

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019 *(Em Reais)*

| | **Patrimônio Social** | **Ajuste de Exercícios Anteriores** | **Transferências** | **Incorporação/ Cisao ALSA** | **Resultado do Exercício** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2018** | **73.458.775,68** | **17.460,00** | **–** | **–** | **5.763.904,88** | **79.240.140,56** |
| Superávit do Período | – | – | – | – | 244.940,51 | 244.940,51 |
| Ajustes Patrimoniais | – | – | – | – | – | – |
| Doações Patrimonais | – | – | – | – | – | – |
| Transferência para Fundo Social | – | – | – | – | – | – |
| **Saldo em 31/12/2019** | **73.458.775,68** | **17.460,00** | **–** | **–** | **6.008.845,39** | **79.485.081,07** |
| Superávit do Período | – | – | – | – | 342.327,02 | 342.327,02 |
| Transferencias Enviadas | – | – | (7.867.727,27) | (52.514.060,98) | – | (60.381.788,25) |
| Transferencias Recebidas | – | – | 7.867.727,27 | 18.291.325,75 | – | 26.159.053,02 |
| Ajustes Patrimoniais | – | – | – | – | – | – |
| Incorporação/Cisão ALSA | (33.598.401,31) | – | – | 34.222.735,23 | – | 624.333,92 |
| Transferência para Fundo Social | 6.026.305,39 | (17.460,00) | – | – | (6.008.845,39) | – |
| **Saldo em 31/12/2020** | **45.886.679,76** | **–** | **–** | **–** | **342.327,02** | **46.229.006,78** |

## Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

**1. Contexto Operacional –** A **Associação Literária E Educativa Santo André** é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter beneficente, fundada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, em 23/12/1925, devidamente registrada, conforme publicação no Diário Oficial do Estado, em 12/02/1926, que terá duração por tempo indeterminado, sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Barão do Bananal, 771, bairro da Pompéia, Utilidade Pública Federal, conforme Decreto Federal nº 62.359 (07/03/1968), Estadual, conforme Decreto nº 38.897 (06/07/1994) e Municipal Decreto nº 679 (04/05/1966) registrada no CNAS (CNSS) conforme processo nº 17.115/41 (20/10/1941), portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme processo nº 222.938/74 (02/09/1974) e CNPJ nº 61.038.436/0001-64.

A Entidade obedece ao Princípio da Universalidade do Atendimento de acordo com o Artigo 2º da Lei 12.101/2009, regulamentada pelo decreto 8.242/14 e tem por finalidade precípua proporcionar a educação nos seus diversos níveis e aspectos, visando à formação integral da pessoa humana em toda faixa etária, assim como promover a assistência social e o amparo à infância, à juventude, à família e à pessoa idosa de forma direta ou através de serviços e assessoramento e garantia de direitos, sem qualquer forma de discriminação. Nos termos do artigo 16, parágrafo único, da lei 12.868/2.013 a entidade reserva-se o direito de aplicar os critérios vigentes na redação originária da lei 12.101/2.009, regulamentada pelo revogado decreto 7.237/2.010, caso sejam mais vantajosos. Ainda, não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, aplica integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão e conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial. A ALESA possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS em vigência, sendo que o processo de número 23000.008663/2015-62 vigência 01/01/2016 a 31/12/2018 aprovado pela Portaria 30 publicada no DOU em 05/02/2020, e protocolou o pedido de RENOVAÇÃO tempestivamente em 28/11/2018 mediante o processo de número 23000.038464/2018-21 que se encontra em análise pelo MEC e vem anualmente prestando contas de seu plano de atendimento. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº 1.185/2009, que aprovou a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 – Adoção Inicial da Lei nº11.638/2007 e da Lei 11.941/09 que alteraram artigos da Lei 6.404/76 e especialmente a Resolução nº 1.409 de 21/09/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1), que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros. As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis. As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. O Custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **1. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Instituição é a o real – R$, mesma moeda da preparação e apresentação das demonstrações financeiras; **2. Caixa e Equivalente de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.185/09 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contas da data da contratação; **3. *Aplicações Financeiras:*** Estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência, os recursos assim classificados, referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos. Além disso o Estatuto estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a Diretoria irá utilizar integralmente o saldo dos valores registrados em "Aplicações Financeiras" na consecução do respectivo objeto social, ou seja, serão utilizados para construções, reformas, benfeitorias, aquisição de bens do ativo imobilizado e na atividade fim;

**Aplicações Financeiras sem Restrição**

| **Tipo** | **Instituição Financeira** | **Risco** | **2020** | **2019** |
|---|---|---|---|---|
| CDB Aplic. Autom. | Bco. Santander S. A | Baixo | 7.561.144,19 | 6.817.851,64 |
| CDB Aplic. Autom. | Banco Itaú S.A. | Baixo | 15.536,52 | 80.823,75 |
| CDB Aplic. Autom. | Banco Bradesco S.A. | Baixo | 10.133.348,69 | 9.995.865,43 |
| CDB Aplic. Autom. | Banco do Brasil S. A | Baixo | 139.233,73 | 285.361,52 |
| Fundos RF | CEF | Baixo | 5.221.668,40 | 6.279.678,66 |
| CDB – DI | CEF | Baixo | 2.959.660,56 | 11.586.008,12 |
| CDB – DI | Banco Bradesco S. A | Baixo | 1.164.324,55 | 1.144.919,01 |
| CDB – DI | Bco. Santander S.A. | Baixo | 1.269.464,63 | 2.825.092,21 |
| CDB – DI | Banco Itaú S. A | Baixo | 5.786.588,42 | 6.226.795,69 |
| CDB – DI | Banco do Brasil S. A | Baixo | 1.748.377,36 | 1.706.250,42 |
| **Total** | | | **35.999.347,05** | **46.948.646,45** |

**4. Provisões:** São reconhecidas quando a Instituição tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado; **a) *Provisão de Férias e Encargos:*** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço 2019 e 2020 provisionado na importância de R$ 1.073.743,94 em 31/12/2020 e R$ 1.315.794,01 em 31/12/2019; **b) *Provisões para riscos Judiciais:*** A Instituição é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos será feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor pode ser feita. Vide nota explicativa nº 11. A entidade reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância, no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais; **c) *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:*** Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável. Sendo assim, esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, e assim atendendo a Resolução CFC 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.

| **Mensalidades a Receber** | **2020** | **2019** |
|---|---|---|
| Mensalidades de 2020 | 1.505.080,46 | 0,00 |
| Mensalidades de 2019 | 357.836,85 | 676.361,70 |
| Mensalidades de 2018 | 240.279,41 | 261.704,41 |
| Mensalidades de 2017 | 405.106,94 | 462.157,34 |
| Mensalidades de 2016 | 318.872,87 | 321.435,87 |
| Mensalidades de 2015 | 0,00 | 134.552,86 |
| **Total** | **2.827.176,53** | **1.856.212,18** |
| Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa | (1.487.240,90) | (1.203.213,03) |
| **Total** | **1.339.935,63** | **652.999,15** |

**5. Imobilizado e Intangível:** Edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais onde são desenvolvidas as operações da Instituição, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser baixado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Os Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor de imobilizado e de intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios de taxas de depreciação, amortização e exaustão. Os valores dos imobilizados são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicar que o valo contábil pode não ser recuperável. A Entidade não exerceu a opção de adoção do custo atribuído em 2010 aos seus ativos imobilizados, conforme as normas contábeis NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado e Resolução CFC Nº 1.263/2009 que aprovou a ITG 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial, visto que não identificou bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo;

## Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

| **1. Atividades Operacionais** | **2020** | **2019** |
|---|---|---|
| (+/-) Superávit ou Déficit do Exercicio | 342.327,02 | 244.940,51 |
| (-/+) Ajustes exercícios anteriores | – | – |
| (+) Baixa de Bens do Imobilizado | 1.883,46 | 2.796,61 |
| (+) Depreciação | 652.632,14 | 1.895.634,01 |
| **Superávit (Déficit) Ajustado** | **996.842,62** | **2.143.371,13** |
| **Aumento(Diminuição) nos Ativos Circulantes** | | |
| (+/-) Mensalidades a Receber | (970.964,35) | (64.839,01) |
| (+/-) PCLD | 284.027,87 | 304.421,75 |
| (+/-) Estoque | – | – |
| (+/-) Despesas Antecipadas | (623.749,28) | (386,55) |
| (+/-) Outros Ativos Circulantes | 126.446,49 | 178.977,36 |
| **Aumento(Diminuição) nos Passivos Circulantes** | | |
| (+/-) Fornecedores/Contas a Pagar | (839.612,95) | 158.202,18 |
| (+/-) Provisões | (242.050,07) | 23.868,98 |
| (+/-) Obrigações Trabalhistas/Sociais e Tributárias | (54.007,64) | 45.620,67 |
| (+/-) Outros Passivos Circulantes | 71.913,03 | 9.972,57 |
| (+/-) Exigível a Longo Prazo | (64.753,21) | 38.515,47 |
| **Caixa Liquido das Atividades de Operacionais** | **(1.315.907,49)** | **2.837.724,55** |
| **2. Atividades de Investimentos** | | |
| (+) Recebimento da Venda do Imobilizado | 42.866.374,06 | (10,47) |
| (-) Pagamento pela Compra de Imobilizado | (544.103,63) | (3.177.029,37) |
| **Caixa Liquido das Atividades de Investimentos** | **42.322.270,43** | **(3.177.039,84)** |
| **3. Atividades de Financiamentos** | | |
| (+) Emprestimos | – | – |
| (+) Financiamentos | – | – |
| (-) Pagamentos Diversos Provenientes Financiamento | – | – |
| (+/-) Transferências Internas | (0,00) | 0,00 |
| (+) Incorporação/Cisão ALSA | (51.866.374,06) | – |
| (+/-) Antecipações de Parcelas Escolares | (65.251,14) | 13.497,25 |
| **Caixa Liquido das Atividades de Financiamentos** | **(51.931.625,20)** | **13.497,25** |
| Variação Das Disponibilidades | (10.925.262,26) | (325.818,04) |
| **Saldo Inicial das Disponibilidades** | **47.028.235,37** | **47.354.053,41** |
| Variação Ocorrida no Periodo | (10.925.262,26) | (325.818,04) |
| **Disponibilidade no Final do Ano** | **36.102.973,11** | **47.028.235,37** |

| **Movimentação do Imobilizado Educacional** | **Taxa Anual %** | **Saldo Anterior 31.12.2019 R$** | **Adições R$** | **Baixas R$** | **Transf. Cisão ALSA R$** | **Saldo Final 31.12.2020 R$** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Imobilizado** | | | | | | |
| Terrenos | – | 6.409.091,54 | 0,00 | 0,00 | (6.409.091,54) | 0,00 |
| Obras em Andamento | – | 5.067.855,60 | 315.388,78 | 0,00 | 0,00 | 5.383.244,38 |
| Obras Civis | 4 | 30.373.148,34 | 0,00 | 0,00 | (26.659.348,59) | 3.713.799,75 |
| Instalações | 10 | 149.745,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 149.745,93 |
| Máquinas, Aparelhos e Equip. | 10 | 706.242,76 | 48.104,04 | (2.740,00) | 0,00 | 751.606,80 |
| Equipamentos de Informática | 20 | 1.025.556,43 | 111.509,25 | (26.481,14) | 0,00 | 1.110.584,54 |
| Sistemas Aplicativos (Software) | 33,33 | 428.275,20 | 40.583,56 | 0,00 | 0,00 | 468.858,76 |
| Móveis e Utensílios | 10 | 1.061.431,95 | 1.439,00 | (36,00) | 0,00 | 1.062.834,95 |
| Veículos | 20 | 76.640,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 76.640,51 |
| Benfeitorias | 4 | 11.785,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.785,37 |
| Obras de Arte | – | 870,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 870,00 |
| Biblioteca | 10 | 21.530,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.530,31 |
| Laboratório | 10 | 10.830,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.830,00 |
| **Total** | | **45.343.003,94** | **517.024,63** | **(29.257,14)** | **(33.068.440,13)** | **12.762.331,30** |

| **Movimentação do Imobilizado Educacional** | **Taxa Anual %** | **Saldo Anterior 31.12.2019 R$** | **Adições R$** | **Baixas R$** | **Transf. Cisão ALSA R$** | **Saldo Final 31.12.2020 R$** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Depreciação Acumulada** | | | | | | |
| Obras Civis | | (16.386.571,73) | (148.551,48) | 0,00 | 15.995.588,40 | (539.534,81) |
| Instalações | | (147.728,91) | (486,84) | 0,00 | 0,00 | (148.215,75) |
| Máquinas, Aparelhos e Equip. | | (503.057,40) | (68.979,42) | 2.736,00 | 0,00 | (569.300,82) |
| Equipamentos de Informática | | (585.822,66) | (144.372,42) | 24.602,88 | 0,00 | (705.592,20) |
| Sistemas Aplicativos (Software) | | (372.592,46) | (25.336,96) | 0,00 | 0,00 | (397.929,42) |
| Móveis e Utensílios | | (631.774,54) | (99.489,69) | 34,80 | 0,00 | (731.229,43) |
| Veículos | | (76.640,51) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (76.640,51) |
| Benfeitorias | | (4.318,60) | (471,12) | 0,00 | 0,00 | (4.789,72) |
| Biblioteca | | (21.202,51) | (87,24) | 0,00 | 0,00 | (21.289,75) |
| Laboratório | | (9.828,10) | (919,62) | 0,00 | 0,00 | (10.747,72) |
| **Total** | | **(18.739.537,42)** | **(488.694,79)** | **27.373,68** | **15.995.588,40** | **(3.205.270,13)** |
| **Total** | | **26.603.466,52** | **28.329,84** | **(1.883,46)** | **(17.072.851,73)** | **9.557.061,17** |

| **Movimentação do Imobilizado Atividades Sustentáveis** | **Taxa Anual %** | **Saldo Anterior 31.12.2019 R$** | **Adições R$** | **Baixas R$** | **Transf. Cisão ALSA R$** | **Saldo Final 31.12.2020 R$** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Imobilizado e Intangível** | | | | | | |
| Terrenos | – | 6.169.473,41 | 0,00 | 0,00 | (6.133.055,41) | 36.418,00 |
| Obras Civis | – | 4.559.076,81 | 0,00 | 0,00 | (2.796.416,81) | 1.762.660,00 |
| Instalações | 4 | 79.851,78 | 0,00 | 0,00 | (35.341,78) | 44.510,00 |
| Máquinas, Aparelhos e Equip. | 10 | 470.069,66 | 3.550,00 | 0,00 | (281.092,86) | 192.526,80 |
| Equipamentos de Informática | 20 | 109.715,12 | 0,00 | 0,00 | (62.918,60) | 46.796,52 |
| Móveis e Utensílios | 10 | 785.044,91 | 23.529,00 | 0,00 | (281.963,74) | 526.610,17 |
| Veículos | 20 | 263.734,73 | 0,00 | 0,00 | (174.144,73) | 89.590,00 |
| Benfeitorias | 4 | 83.320,00 | 0,00 | 0,00 | (15.000,00) | 68.320,00 |
| Biblioteca | 10 | 33.141,39 | 0,00 | 0,00 | (18.000,00) | 15.141,39 |
| Marcas | | 440,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 440,00 |
| **Total** | | **12.553.867,81** | **27.079,00** | **0,00** | **(9.797.933,93)** | **2.783.012,88** |
| **Depreciação Acumulada** | | | | | | |
| Obras Civis | | (2.073.999,24) | (70.505,88) | 0,00 | 1.642.383,36 | (502.121,76) |
| Instalações | | (60.543,26) | (4.123,32) | 0,00 | 31.680,50 | (32.986,08) |
| Máquinas, Aparelhos e Equip. | | (317.546,96) | (17.531,15) | 0,00 | 169.972,05 | (165.106,06) |
| Equipamentos de Informática | | (95.664,38) | (2.437,07) | 0,00 | 53.102,92 | (44.998,53) |
| Móveis e Utensílios | | (489.842,30) | (50.888,49) | 0,00 | 181.451,12 | (359.279,67) |
| Veículos | | (223.650,53) | 17.917,92 | 0,00 | 174.144,73 | (67.423,72) |
| Benfeitorias | | (9.340,99) | (2.732,52) | 0,00 | 1.649,67 | (10.423,84) |
| Biblioteca | | (33.141,39) | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 | (15.141,39) |
| **Total** | | **(3.303.729,05)** | **(166.136,35)** | **0,00** | **2.272.384,35** | **(1.197.481,05)** |
| **Total** | | **9.250.138,76** | **(139.057,35)** | **0,00** | **(7.525.549,58)** | **1.585.531,83** |

**6. *Prazos Ativos e Passivos:*** Os ativos e passivos são classificados e mensurados incialmente pelo valor justo, os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos são acrescidos ou deduzidos, do valor justo deles, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante, os demais, considerados como ativos não circulantes, além do imobilizado e intangível, se encontra *Depósitos Judiciais,* que atualmente, referem-se à processos trabalhistas em andamento, o saldo fechado no exercício

*continua …*

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:22:43

# Publicidade Legal

… continuação

## Associação Literária e Educativa Santo André

de 2020 é de **R$ 9.913,00**; **7. *Apuração do Resultado:*** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. Para isso as despesas e receitas estão registradas obedecendo ao regime de competência; **8. *Mensalidades e taxas Antecipadas:*** Refere-se a recebimentos antecipados de contratos de serviços educacionais que serão prestados durante o exercício de 2021.

| Mensalidades Antecipadas | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Mensalidades Antecipadas 2021 | 65.722,50 | 142.110,00 |
| Desconto Antecipado | (16.404,05) | (27.540,41) |
| **Total** | **49.318,45** | **114.569,59** |

**3. Despesa Exercício Seguinte –** Este grupo é composto pelos seguros e assinaturas contratadas em 2020 cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representadas pelo seu valor nominal. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As Seguradoras contratadas são Porto Seguro Cia Seguros Gerais – Prediais vigências 31/01/20 à 31/01/21; 06/02/2020 à 06/02/2021; 20/03/20 à 20/03/21; 23/03/20 à 23/03/21; 14/07/20 à 14/07/21; 28/10/20 à 28/10/21 e 26/04/20 à 26/04/21, Veículos vigências 12/03/20 à 12/03/21 e 11/10/20 à 11/10/21, Mapfre Seguros Gerais S.A. – Veículo vigência 22/01/20 à 22/01/21, Azul Cia de Seguros Gerais – Veículo vigência 27/06/20 à 27/06/21 e 29/08/20 à 29/08/21, Allianz Seguros S.A. – Veículo vigência 14/09/20 à 14/09/21. **4. Obrigações a Curto Prazo –** Estão representadas pelo seu valor nominal, original e representam o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, sociais, tributárias, empréstimos e outras obrigações, bem como as provisões sociais e foram cumpridas nas datas aprazadas. Abaixo algumas dessas obrigações:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Salários a pagar | 981.142,15 | 1.038.611,33 |
| INSS a recolher | 125.285,59 | 123.577,73 |
| Rescisões a pagar | 0,00 | 5.058,48 |
| FGTS a recolher | 154.728,03 | 165.052,86 |
| Contribuição Sindical | 602.99 | 6.205,39 |
| IRRF s/salários | 244.245,29 | 218.632,69 |
| Outras obrigações com pessoal | 7.875,94 | 10.230,77 |
| Outras Contas a Pagar | 92.952,48 | 21.039,45 |
| Tributos Retidos a pagar | 13.674,45 | 14.192,83 |
| Fornecedores a Pagar | 300.971,71 | 1.140.584,66 |
| **Total** | **1.921.478,63** | **2.743.186,19** |

**5. Patrimônio Líquido** – O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits ocorridos, bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado. O Superávit do exercício foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 1409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de Lucros, no item 15 prescreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser incorporado ao Patrimônio Social. Conforme o Estatuto Social, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit (ou déficit) operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais; sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, beneficiações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto. **6. Outras Receitas** – Acrescidas ao Patrimônio integram receitas de aluguéis, superávits na alienação do imobilizado, resultado com sinistro, reembolso de despesas e outras receitas; **7. Segregação Contábil por Área de Atuação –** Em que pese a certificação de entidade beneficente de assistência social refira-se apenas à área de educação, a entidade apresenta de forma segregada suas demonstrações contábeis atendendo às normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CFC; **8. Da Concessão da Gratuidade Educacional** – Em atendimento aos seus objetivos e no cumprimento da Constituição Federal art.195, Lei 8.212/91, Dec.3048/99, e da Lei 12.101/2009, Decreto 8.242/14 e o revogado decreto 7237/10, conforme segue abaixo: **1) Composição da gratuidade escolar concedida:** Com base na Lei 12.101/09 o Ministério da Educação disponibilizou a calculadora para aferição da gratuidade nos níveis de educação, conforme está demonstrado abaixo.

**A) Lei 12.101/2009 – Aplicação 1 x 9:**

| Educação Básica | Alunos Matriculados * | Alunos Pagantes ** | Exigência – Lei 12.101/09 *** | Bolsas Concedidas **** |
|---|---|---|---|---|
| Ano 2019 | 3.093 | 2.874 | 288 | 449 |
| Ano 2020 | 2.793 | 2.587 | 259 | 492 |

* Alunos matriculados em sua totalidade inclusive alunos com gratuidade 100%. ** Total de alunos desconsiderando os alunos com gratuidade integral por convenção coletiva. *** Total de alunos pagantes aplicando o critério 1/9. **** Total de bolsas integrais conforme o critério da lei 12.101/2009. Obs: Conforme demonstrado no quadro acima a quantidade de bolsas concedidas excede a exigência da lei 12.101/2009. Os dados acima mencionados foram distribuídos nas unidades educacionais da entidade conforme segue:

**B) Dados apresentados no Anexo III do Termo de Ajuste de Gratuidade Alunos Matriculados e Bolsas Concedidas (Integrais e Parciais)**

| | Ano 2020 | |
|---|---|---|
| | Número | Valor (*) |
| Total de alunos matriculados | 2.793 | 42.677.885,08 |
| Bolsas 100% (financiamento próprio) – Lei 12.101/2009 | 492 | 7.507.580,00 |
| Bolsas 100% (acordo trabalhista) | 206 | 3.053.554,56 |
| Bolsas 50% (financiamento próprio) – Lei 12.101/2009 | 84 | R$ 645.830,00 |
| Bolsas 50% (acordo trabalhista) | – | – |
| Outros tipos de bolsas (bolsa institucional – 100%) | 1 | R$ 15.780,00 |

Os dados acima estão consolidados baseados nos dados das unidades educacionais Colégio Santo André – Jaboticabal SP e Colégio Santo André – São José do Rio Preto-SP, conforme quadro abaixo:

| Unidade Educacional | Alunos Matriculados | Bolsas 100% | Bolsas 50% | Outras Bolsas |
|---|---|---|---|---|
| Colégio Santo André – Jaboticabal | 601 | 114 | 29 | 49 |
| Colégio Santo André – São José do Rio Preto | 2192 | 378 | 55 | 158 |

**Benefícios Complementares ou Projetos e Atividades para a Garantia da Educação em Tempo Integral para Alunos Matriculados na Educação Básica em Escolas Públicas**

| Unidade Espaço Primavera – São José do Rio Preto | Ano 2020 | |
|---|---|---|
| | Número | Valor (*) |
| Projetos e atividades para a garantia da educação em tempo integral para alunos matriculados na Educação Básica em escolas públicas | 110 | 295.476,06 |
| **Total** | | **110 295.476,06** |

**C) Aplicando os dados acima na calculadora do MEC disponível no site "**http://cebas.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=141**", fica demonstrado o seguinte: Quadro:** Situação em que estão todas as gratuidades concedidas para atendimento da lei 12.101/2009.

**Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017**

| | | Educação Básica |
|---|---|---|
| **Total de alunos matriculados (a)** | | **2.793** |
| Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009) | Io | 492 |
| Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009) | Id | – |
| Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009) | It | – |
| Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 – PROUNI) | Ipro | – |
| Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009) | Ipg | – |
| **Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)** | **I** | **492** |
| Outras bolsas integrais (b) | | 206 |
| Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c) | | – |
| Alunos inadimplentes (d) | | – |
| **Alunos Pagantes: (a) – (b) – (c) – (d)** | **N** | **2.587** |
| Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009) | Po | 84 |
| Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 – PROUNI) | Ppro | – |
| Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009) | Ppg | – |
| **Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)** | **P** | **84** |
| **Numero total de bolsas integrais equivalentes** | **B** | **534** |
| Outras bolsas parciais | | – |
| **Cálculo dos benefícios complementares** | | |
| Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares | Vbc | R$ 295.476,06 |
| Receita Bruta anual de Mensalidades | M | R$ 42.677.885,08 |
| Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes | A | 2.793 |
| Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares | Vr | R$ 15.280,30 |
| Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares | | 19 |
| | | **Atendido** |
| Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais) | | 178 |
| **Número de benefícios complementares utilizado no cálculo** | **Bc** | **19** |
| **Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo** | | **Art. 13** |
| Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4) | | **Atendido** |
| Quantidade mínima de bolsas 1/9 | | **Atendido** |

Ao considerarmos as bolsas parciais de 50% (84) e o número total de alunos pagantes 2.587, seriam necessários 431 bolsas integrais (103 bolsas excedentes), e se considerarmos a conversão dos benefícios complementares do Espaço Primavera em 19 bolsas seriam necessárias apenas 431 bolsas integrais (122 bolsas excedentes).

**D) Receita Efetivamente Recebida em R$.**

| | Associação Literária e Educativa Santo André | Anual |
|---|---|---|
| 1.1 | Mensalidades/semestralidades/anuidades a receber no início do exercício | 1.856.212,18 |
| 1.2 | (+) Receita bruta de mensalidades/semestralidades/anuidades do exercício | 42.677.885,08 |
| 1.3 | (-) Bolsas de estudo integrais e parciais | (8.153.410,00) |
| 1.4 | (-) Outras bolsas de estudo integrais/parciais | (3.053.554,56) |
| 1.5 | (-) Devoluções/cancelamentos de mensalidades/semestralidades/anuidades do exercício | (728.877,44) |
| 1.6 | (-) Descontos concedidos sobre mensalidades/semestralidades/anuidades do exercício | (4.220.760,04) |
| 1.7 | (-) Perdas no recebimento de mensalidades/semestralidades/anuidades | – |
| 1.8 | (-) Mensalidades/semestralidades/anuidades a receber no final do exercício | (2.827.176,53) |
| | **(=) Total da receita efetivamente recebida (Base de Cálculo)** | 25.550.318,69 |

**2) Composição da gratuidade concedida em projetos e atividades para garantia da educação em tempo integral para alunos matriculados na educação básica em escolas públicas: Espaço Primavera – São José do Rio Preto-SP.** Além dos colégios, a entidade manteve em 2020, projetos e atividades para a garantia da educação básica, em tempo integral, para alunos matriculados em escolas públicas, a fim de colaborar com a educação em tempo integral, conforme consta na meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE. O Espaço Primavera é um projeto desenvolvido pela Associação Literária e Educativa Santo André – ALESA, através do Colégio Santo André, de São José do Rio Preto-SP. As atividades tiveram início em 2005, em articulação com a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto (Secretaria Municipal de Educação), que se responsabiliza pelo transporte das crianças e disponibiliza estagiários no acompanhamento delas. O Projeto está fundamentado numa filosofia cristã de valores, inspirado em princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana, buscando uma educação integrada com a família. Atendeu 110 crianças, na Educação Básica, em horário oposto ao frequentado na Escola Municipal Paul Percy Harris, no Parque da Cidadania e da Escola Cyrino Vaz de Lima, no Parque Nova Esperança. A fim de colaborar e garantir a Educação em tempo integral, para alunos matriculados na Educação Básica em Escolas Públicas, as crianças permanecem no Espaço Primavera durante quatro horas diárias, em cada período, numa frequência de 5 dias por semana, no contraturno da escola. A partir do conhecimento da dinâmica de cada grupo de crianças e das particularidades de cada uma, foram oferecidas situações de aprendizagem por meio de oficinas: jogos cooperativos, construção com sucata, capoeira, artes, dança, incentivo à leitura, formação em valores, jogos matemáticos, vídeos educativos, contação de histórias, futebol, acompanhamento pedagógico e diversas atividades de ampliação do universo cultural das crianças. Como forma de aplicação do que preceitua o estatuto da entidade, de forma espontânea, custeou no projeto de atividades para garantia de educação em tempo integral no exercício de 2020 o montante de **R$ 295.476,06**; **9. Ação Educativa Espontânea –** Lar Santo André – Jaboticabal-SP. A Associação Literária e Educativa Santo André – ALESA – foi fundada a 23/12/1925, com sede em Jaboticabal e a partir de 1940 passou a desenvolver nesta cidade, com recursos próprios, ações educativas atendendo às finalidades do Estatuto Social, art.3º, assegurando atendimento educacional complementar para otimizar o tempo de permanência de alunos na escola, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais. As atividades foram oferecidas no horário alternado ao da escola, atendeu em 2020 crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, para o atendimento, a manutenção dos equipamentos e material didático foram gastos **R$ 113.419,50.** O Lar Santo André promoveu todas estas ações, sem qualquer vínculo com as obrigações referentes à renovação do CEBAS, apenas como incentivo à Educação na cidade de Jaboticabal; **10. Doações e Voluntariado – a) Doações:** A entidade recebeu doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídica, conforme quadro abaixo:

| | 2020 em R$ | 2019 em R$ |
|---|---|---|
| Doações Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 |
| Doações Pessoas Jurídicas | 15.725,36 | 50.364,85 |
| Doações em Espécie | 0,00 | 0,00 |
| **Total** | **15.725,36** | **50.364,85** |

Duas das doações de Pessoa Jurídica são doações internacionais em Euros convertidas em Reais correspondendo ao valor de **R$ 2.949,35** da entidade MISEREOR/ALEMANHA em 19/03/20 e **R$ 12.356,01** em 07/05/20, para manutenção das atividades desenvolvidas da Instituição. **b) Voluntariado:** Conforme rege em seu Estatuto Social no capítulo I, artigo 3º, parágrafo único, os cargos de presidente honorífica, membros da diretoria estatutária, conselho econômico e fiscal, exercem atividades gratuitamente sem qualquer tipo de remuneração, vantagens e benefícios, sendo assim serviços prestados a ASSOCIAÇÃO LITERÁRIA E EDUCATIVA SANTO ANDRÉ de forma voluntária. **11. Provisões e Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis** – A Entidade está sujeita a contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e a experiência histórica. **a) Processos Trabalhistas:** Há Processos Trabalhistas em trânsito na Justiça do Trabalho conforme relatório da equipe Jurídica da Instituição, esses, são 5 processos, perfazendo o total de **R$ 260.276,58**: - 0010610-28.2014.5.15.0120 da 2ª Vara do Trabalho da Comarca de Jaboticabal/SP, com a possibilidade provável de perda financeira, no montante de **R$ 80.000,00**; - 0010408-42.2019.5.15.0034 da Vara do Trabalho da Comarca de São João da Boa Vista/SP, com a possibilidade provável de perda financeira, no montante de **R$ 137.000,00**; - 0010151-84.2019.5.15.0044 da 2ª Vara do Trabalho da Comarca de São José do Rio Preto/SP, com a possibilidade provável de perda financeira, no montante de **R$ 43.276,57**. As Provisões trabalhistas estão constituídas respaldadas por sistema de folha de pagamentos respeitados todos os períodos aquisitivos que por direito é de cada colaborador ativo da entidade findos nesse exercício fiscal/contábil. **a) Processos Cíveis:** Há Processos Cíveis constituído provisão devido a apuração da assessoria jurídica da PROVÁVEL perda da ação, esses são 3, perfazendo o total de **R$ 35.970,00**: -Por REVISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA referente desconto pelo período de aulas online, do processo nº 1022018-21.2020.8.26.0576 na 4ª Vara Cível de São Jose do Rio Preto/SP, valor de **R$ 13.080,00**; -Por REVISÃO CONTRATUAL referente desconto por suspensão das aulas, processo nº 1030518-76.2020.8.26.0576 na 6ª Vara Cível de São Jose do Rio Preto/SP, valor de **R$ 13.080,00**; -Mais uma REVISÃO CONTRATUAL referente desconto por suspensão das aulas, processo nº 1032512-42.2020.8.26.0576 no Juizado Especial Cível da Comarca de São José do Rio Preto/SP, valor de **R$ 9.810,00**. **12. Renúncia Fiscal –** Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade informa em nota que usufruiu de Renúncia fiscal dos tributos tais como, IPVA, IPTU, Contribuição Previdenciária Patronal (INSS), COFINS sobre Receitas escolares. **13. Efeitos do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras –** Em março de 2020 foi declarada uma pandemia, decorrente das doenças relacionadas ao COVID-19, tendo o Congresso Nacional reconhecido a ocorrência de estado de calamidade pública. As unidades educacionais da Associação Literária e Educativa Santo André, se mantiveram fechadas para atendimento presencial aos alunos no período determinado pelas autoridades municipais e estaduais, conforme regia o "PLANO SÃO PAULO". No mês de abril/2020 foram concedidas 20 dias de férias coletivas aos professores no período de 13/04/2020 a 02/05/2020. A partir desta data as aulas retornaram de forma remota podendo ser assistidas online e/ou gravadas. Também ao longo do mês de abril, utilizando-se da Medida Provisória 927/2020, foram concedidas férias vencidas e a vencer para grande parte dos administrativos, principalmente aos que desenvolvem suas atividades ligadas diretamente aos alunos e aos funcionários que trabalham com a manutenção e jardins do colégio. A partir de 10/05/2020 o colégio amparado pela Medida Provisória 936/2020 recorre a redução parcial (25%) de jornada de trabalho e salário para parte de seus colaboradores • Professores da Educação Infantil; • Funcionários administrativos com atividades diretamente ligadas aos alunos como funcionários de setor, seguranças, auxiliares de biblioteca; • Funcionários da manutenção como obras e marcenaria; • Funcionários administrativos com funções de coordenação nas quais o Home Office as inviabiliza; • Telefonia e recepção; • Funcionários do Administrativo, manutenção e limpeza, uma parte ficou em banco de horas e férias coletivas e alguns mantiveram seu trabalho de forma presencial. O corpo gestor, a coordenação e uma pequena parte de funcionários administrativos mantiveram a integralidade da carga horária e salários e quando possível, executaram seus serviços de forma Home Office. Não obstante foi feito um investimento substancial de material tecnológico para adequação do modo remoto e híbrido, já vislumbrando o retorno presencial de acordo com o "PLANO SÃO PAULO". Para o enfrentamento e combate à proliferação do vírus da COVID-19, investiu-se em material sanitário necessário e aquisição de EPI's, com treinamento constante das equipes. Em paralelo foi constituído um Comitê COVID 19, para atender a demanda das famílias seja no quesito procedimentos sanitários, escolares e financeiro. Com o aumento do desemprego e consequentemente perda da renda, saída de alunos, principalmente do ciclo infantil, houve a necessidade de maior concessão de descontos, flexibilização da data do recebimento e isenção de juros e multas. Apesar de todo engajamento, houve uma perda significativa de recebíveis e aumento das inadimplências. Os resultados devem ser analisados considerando os efeitos de suspensão e redução das atividades.

**Maria Aparecida Rodrigues Abrão** – Presidente – CPF: 117.689.648-23 **Gláucia Mara Paro Delgado** – Tesoureira – CPF:109.448.728-75 **Pedro Luiz Zanini de Camargo** – Téc. Cont. CRC.SP 1SP 084.908/0-9 – CPF: 539.273.388-34

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores da
**Associação Literária e Educativa Santo André**
São Paulo-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Literária e Educativa Santo André**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Literária e Educativa Santo André** em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2021.

**SGS Auditores Independentes**
CRC 2SP 020.277/O-5

**Presley José Godoy**
CRC 1SP 185.052/O-5

## Vereda Educação S.A.

**CNPJ: 26.193.756/0001-98**

**Retificação do balanço encerrado em 31/12/2020 e 2019 publicação neste Jornal edição do dia 24.04.2021 página 12, onde deixou de constar os quadros abaixo relacionados:**

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019** *(Valores expressos em Reais)*

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido**

| | Capital social nacional | Capital social a integralizar | Reserva de capital social | Lucros ou prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2018** | **18.419.725,36** | **(1.390.170,32)** | **4.197.914,61** | **(9.248.619,01)** | **11.978.850,64** |
| Subscrição de capital social | – | 179.915,55 | – | – | 179.915,55 |
| Lucro /(Prejuízo) do exercício | – | – | – | (25.694.831,50) | (25.694.831,50) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **18.419.725,36** | **(1.210.254,77)** | **4.197.914,61** | **(34.943.450,51)** | **(13.536.065,31)** |
| Subscrição de capital social | 46.424.309,00 | (19,25) | – | – | 46.424.289,75 |
| Lucro /(Prejuízo) do exercício | – | – | – | (28.255.918,05) | (28.255.918,05) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **64.844.034,36** | **(1.210.274,02)** | **4.197.914,61** | **(63.199.368,56)** | **4.632.306,39** |

**Demostração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**

| **Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício** | **2020** | **2019** |
|---|---|---|
| **Total Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício** | **(28.739.442,53)** | **(25.640.816,02)** |
| **Itens que não afetam o Caixa Operacional** | | |
| Depreciação e Amortização | 4.828.946,14 | 1.090.814,17 |
| Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa | 1.801.919,39 | 455.444,76 |
| **Total de Itens que não afetam o Caixa** | **6.630.865,53** | **1.546.258,93** |
| **Operacional Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** | | |
| Aumento/(Redução) em Clientes | (2.135.006,04) | (1.310.963,35) |
| Aumento/(Redução) em Adiantamento a Fornecedores | (694.169,37) | 20.166,80 |
| Aumento/(Redução) em Tributos a Compensar | (10.322,32) | 404.887,24 |
| Aumento/(Redução) em Outros Créditos | (43.789.473,26) | (31.801,56) |
| Aumento/(Redução) em Despesas Pagas Antecipadamente | (826.832,87) | (122.924,06) |
| Aumento/(Redução) em Depósito Judicial | (1.200.260,40) | (84.030,84) |
| Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas | (628.819,95) | 583.548,80 |
| Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias | (83.953,21) | 127.974,10 |
| Aumento/(Redução) em Fornecedores a Pagar | (2.146.186,37) | 2.136.528,60 |
| Aumento/(Redução) em Contas a pagar | 44.844.105,87 | (11.537,94) |
| Aumento/(Redução) de Ajustes de períodos anteriores | 387.928,76 | – |
| Aumento/(Redução) em Adiantamento de Clientes | 600.778,88 | (267.366,57) |
| Aumento/(Redução) em Férias e Encargos a Pagar | (324.309,48) | 1.037.605,31 |
| | **(6.006.519,76)** | **2.482.086,53** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos** | | |
| Aquisição de Bens do Imobilizado e Intangível | (8.917.935,87) | (14.819.161,18) |
| **Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento** | **(8.917.935,87)** | **(14.819.161,18)** |
| **Total de Lucro/Prejuízo Liquido do Exercício** | | |
| **Caixa Líquido das Atividades de Financiamento** | (37.033.032,63) | (36.485.647,22) |
| Débitos com Partes Relacionadas | (10.703.753,51) | (38.445.051,36) |
| Integralização de Capital Social Reserva de Capital | (46.424.289,75) | (179.915,55) |
| **Aumento Líquido de Caixa** | **35.720.536,24** | **38.624.966,91** |
| **Aumento/Diminuição Líquido ao Caixa e Equivalentes** | **(1.312.496,39)** | **2.139.319,69** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no inicio do Período** | **(1.312.496,39)** | **2.139.319,69** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período** | **7.679.491,83** | **5.540.172,14** |
| **Variação das contas Caixa e Equivalentes de Caixa** | **6.366.995,44** | **7.679.491,83** |
| | **(1.312.496,39)** | **2.139.319,69** |

**Diretoria**

**Arthur Prandato Buzatto –** Diretor Presidente **– Bruno Vieira Carvalho –** Diretor Financeiro

**Contador**

**Ivo Pereira de Freitas Filho –** (TC CRC: SP245569/O-8)

Faça um orçamento conosco:

comercial @datamercantil. com.br

Acesse nosso site: datamercantil. com.br

Data Mercantil

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:23:02

# Publicidade Legal

## BNCorp Rhodes Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 13.156.042/0001-68

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017** *(Valores expressos em Reais)*

**Balanços Patrimoniais**

| Ativo | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **2.832.561** | **28.672.733** |
| Caixa, equivalentes de caixa | 2.823.741 | 32.623 |
| Adiantamentos | 310 | 310 |
| Tributos a recuperar | 8.511 | 9.595 |
| Estoques de imóveis a comercializar | – | 28.630.205 |
| **Não circulante** | **3.730** | **4.542** |
| Imobilizado | 3.730 | 4.542 |
| **Total do ativo** | **2.836.291** | **28.677.275** |

| Passivo | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **2.520.444** | **1.832.770** |
| Fornecedores | 66.245 | 79.828 |
| Tributos a pagar | 2.453.276 | 55.572 |
| Empréstimos e financiamentos CP | – | 1.696.448 |
| Outros créditos | 923 | 923 |
| **Não circulante** | **(2.564.000)** | **11.553.014** |
| Empréstimos e financiamentos LP | – | 7.634.014 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | – | 3.919.000 |
| Partes Relacionadas | (2.564.000) | – |
| **Patrimônio líquido** | **2.879.848** | **15.291.491** |
| Capital social | 100.000 | 16.897.000 |
| Lucros/prejuízos acumulados | 2.779.848 | (1.605.509) |
| **Total do passivo + patrimônio líquido** | **2.836.291** | **28.677.275** |

**Demonstrações do Resultado**

| | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| **Receita liquida de Venda de Imóveis e Locação** | **36.340.243** | **1.874.495** |
| Custo das unidades vendidas | (28.630.205) | (32.414) |
| **Lucro (prejuízo) bruto** | **7.710.037** | **1.842.081** |
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | | |
| Despesas comerciais | (450.000) | – |
| Gerais e administrativas | (801.109) | (395.132) |
| Financeiras, líquidas | (916.026) | (1.106.651) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 73.328 | (19.718) |
| **Resultado Operacional** | **5.616.231** | **320.578** |
| **Resultado antes do IRPJ e da CSLL** | **5.616.231** | **320.578** |
| Imposto de renda e contribuição social | (1.230.873) | (170.922) |
| **Lucro (Prejuízo) do exercício** | **4.385.357** | **149.656** |

**Mazars Brasil Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda.**

**Carlos Alberto Bueno Netto –** Representante legal CPF: 293.661.498-80

**Antonio Carlos Costa –** Sócio Contador CRC 1SP 220.084/O-7

## BNCorp Rhodes Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 13.156.042/0001-68

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018** *(Valores expressos em Reais)*

**Balanços Patrimoniais**

| Ativo | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **137.672** | **2.832.561** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 119.589 | 2.823.741 |
| Tributos a Recuperar | 17.774 | 8.511 |
| Adiantamento a fornecedores | 310 | 310 |
| **Não circulante** | – | – |
| Imobilizado | 2.919 | 3.730 |
| **Total do realizável a longo prazo** | **2.919** | **3.730** |
| **Total do ativo** | **140.591** | **2.836.291** |
| **Passivo** | **2019** | **2018** |
| **Circulante** | **23.196** | **2.520.444** |
| Fornecedores | 13.492 | 66.245 |
| Tributos a pagar | 3.803 | 2.453.276 |
| Adiantamentos de Clientes | 5.901 | 923 |
| **Patrimônio líquido** | **117.396** | **315.848** |
| Capital social | 100.000 | 100.000 |
| Reserva de lucro | 17.396 | 215.848 |
| **Total do passivo + patrimônio líquido** | **140.591** | **2.836.291** |

**Demonstrações dos Resultados**

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Receita de vendas de imóveis | 870.000 | 35.600.000 |
| Receita de Locação | 1.046.167 | 2.116.910 |
| (-) Impostos incidentes | (74.035) | (1.376.667) |
| | **2019** | **2018** |
| | **1.842.132** | **36.340.243** |
| Custo das vendas | – | (28.630.205) |
| **Lucro (prejuízo) bruto** | **1.842.132** | **7.710.037** |
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | | |
| Gerais e administrativas | (434.310) | (1.177.007) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | (6.284) | (773) |
| Financeiras, líquidas | (43.237) | (916.026) |
| **Resultado Operacional** | **1.358.301** | **5.616.231** |
| **Resultado antes do IRPJ e da CSLL** | **1.358.301** | **5.616.231** |
| IRPJ e CSLL – correntes | (26.110) | (1.230.873) |
| **Lucro (prejuízo) líquido** | **1.332.191** | **4.385.357** |

**Carlos Alberto Bueno Netto** – Representante legal **Antonio Carlos Costa** – Sócio Contador CRC 1SP 220.084/O-7

## BNCorp Rhodes Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 13.156.042/0001-68

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019** *(Valores expressos em Reais)*

**Balanços Patrimoniais**

| Ativo | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **74.467** | **137.672** |
| Caixa e equivalente de caixa | 74.467 | 119.588 |
| Adiantamentos | – | 17.774 |
| Tributos a recuperar | – | 310 |
| **Não circulante** | **–** | **2.919** |
| Imobilizado | – | 2.919 |
| **Total do ativo** | **74.467** | **140.591** |

| Passivo | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **110** | **23.195** |
| Fornecedores | – | 13.491 |
| Tributos a pagar | 110 | 3.803 |
| Adiantamento de clientes | – | 5.901 |
| **Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)** | **74.357** | **117.396** |
| Capital social | 100.000 | 100.000 |
| Lucros (prejuízos) acumulados | (25.643) | 17.396 |
| **Total do passivo + patrimônio líquido** | **74.467** | **140.591** |

**Demonstrações do Resultado**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Receita bruta de venda de imoveis** | – | 870.000 |
| **Receita bruta de locações** | – | 1.046.167 |
| (-) impostos s/vendas | – | (74.035) |
| **Receita Líquida** | **–** | **1.842.132** |
| **Lucro Bruto** | – | **1.842.132** |
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | | |
| Gerais e administrativas | (50.217) | (434.310) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 8.089 | (6.284) |
| Financeiras, líquidas | (620) | (43.237) |
| **Resultado Operacional** | **(42.746)** | **1.358.301** |
| **Resultado antes do IRPJ e da CSLL** | **(42.746)** | **1.358.301** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | (293) | (26.110) |
| **Lucro (Prejuízo) do exercício** | **(43.039)** | **1.332.191** |

**Mazars Brasil Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda.**

**Carlos Alberto Bueno Netto –** Representante legal CPF: 293.661.498-80 **Antonio Carlos Costa –** Sócio Contador CRC 1SP 220.084/O-7

## Companhia AIX de Participações

CNPJ/MF nº 04.430.599/0001-54

**Relatório da Diretoria**

**Srs. Acionistas:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação da V.Sas. os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Relativos ao exercício findo em 31/12/2020 e 2019. Colocamo-nos ao interior dispor para os esclarecimento julgados necessários. São Paulo, 30 de abril de 2021. *A Diretoria*

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019** *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**Balanço Patrimonial**

| Ativo | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **31.263** | **29.533** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 22.904 | 21.051 |
| Contas a receber | 357 | 310 |
| Partes relacionadas | 7.922 | 6.089 |
| Impostos a recuperar | 57 | 1.880 |
| Seguros a vencer | 22 | 197 |
| Outros ativos | 1 | 6 |
| **Não circulante** | **6.999** | **6.028** |
| **Realizável a longo prazo** | | |
| Partes relacionadas | 810 | 1.193 |
| Depósitos judiciais | 4.880 | 4.749 |
| Impostos a recuperar | 1.223 | |
| Seguros a vencer | 86 | 86 |
| Imobilizado | 3.427 | 4.526 |
| Intangível | – | 2 |
| | **10.426** | **10.556** |
| **Total do ativo** | **41.689** | **40.089** |

| Passivo e patrimônio líquido | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Circulante | **4.583** | **6.175** |
| Fornecedores | 3.333 | 3.301 |
| Impostos e contribuições a recolher | 236 | 187 |
| Bônus a pagar | 763 | 2.503 |
| Outros passivos | 202 | 184 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 49 | – |
| **Não circulante** | **19.828** | **16.774** |
| Bônus a pagar | 1.738 | – |
| Provisão para contingências | 12.895 | 12.521 |
| Provisão para honorários advocatícios | 5.195 | 4.253 |
| **Total do passivo** | **24.411** | **22.949** |
| **Patrimônio líquido** | **17.278** | **17.140** |
| Capital social | 15.824 | 15.824 |
| Reserva legal | 97 | 88 |
| Reserva de lucros/Prejuízos acumulados | 1.357 | 1.228 |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | **41.689** | **40.089** |

**Demonstração do Resultado Abrangente**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **187** | **1.751** |
| Outros componentes do resultado abrangente do exercício | | |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **187** | **1.751** |

**Demonstração do Resultado**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Receita líquida dos serviços prestados | 45.789 | 45.472 |
| Custo dos serviços prestados | (38.713) | (36.300) |
| **Lucro bruto** | **7.076** | **9.172** |
| **Despesas operacionais** | | |
| Com pessoal | (3.925) | (3.907) |
| Gerais e administrativas | (1.734) | (2.254) |
| Tributárias | (89) | (99) |
| Outras despesas, líquidas | (1.275) | (1.366) |
| | **(7.023)** | **(7.626)** |
| **Lucro operacional** | **53** | **1.546** |
| **Resultado financeiro líquido** | **671** | **992** |
| **Lucro antes do IRPJ e contribuição social** | **724** | **2.538** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | |
| Do exercício | (537) | (787) |
| **Lucro líquido do exercício** | **187** | **1.751** |
| Ações em circulação no final do exercício (em milhares) | 298.563 | 298.563 |
| Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício – R$ | 0,001 | 0,006 |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 1º/01/2019** | 15.824 | – | – | (435) | 15.389 |
| Lucro do exercício | – | – | – | 1.751 | 1.751 |
| Constituição de reserva legal | – | 88 | – | (88) | – |
| Constituição de reserva de lucros | – | – | 1.228 | (1.228) | – |
| **Em 31/12/2019** | 15.824 | 88 | 1.228 | – | 17.140 |
| Lucro do exercício | – | – | – | 187 | 187 |
| Constituição de reserva legal | – | 9 | – | (9) | – |
| Constituição de reserva de lucros | – | – | 129 | (129) | – |
| Dividendos mínimos obrigatórios | – | – | – | (49) | (49) |
| **Em 31/12/2020** | 15.824 | 97 | 1.357 | – | 17.278 |

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro líquido antes do IRPJ e da contribuição social** | **724** | **2.538** |
| **Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa** | | |
| Depreciação e amortização | 1.101 | 1.116 |
| Provisão (reversão) de ajuste a valor presente | (24) | 46 |
| Provisão para honorários advocatícios | 1.111 | 551 |
| Atualização monetária – Depósitos Judiciais | (131) | (131) |
| Provisão para contingências | 374 | 1.298 |
| Provisão para pagamento de bônus | 540 | 582 |
| | **3.695** | **6.000** |
| **Variações nos ativos e passivos** | | |
| Contas a receber | (1.473) | 2.344 |
| Impostos a recuperar | 600 | 178 |
| Seguros a vencer | 175 | 211 |
| Outros ativos | 5 | 22 |
| Fornecedores | 32 | (944) |
| Impostos e contribuições a recolher | 49 | 25 |
| Bônus a pagar | (542) | (516) |
| Honorários advocatícios a pagar | (169) | (1.174) |
| Outros passivos | 18 | (1) |
| **Caixa proveniente das atividades operacionais** | **2.390** | **6.145** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (537) | (787) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **1.853** | **5.358** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado | | (23) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | | **(23)** |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos** | | |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 1.853 | 5.335 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 21.051 | 15.716 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | **22.904** | **21.051** |

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**

**1. Informações Gerais:** A Companhia tem por objetivo social a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como outras atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração comercial de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas, nos termos constantes do contrato de constituição e outras avenças. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. **3. Capital social:** O capital subscrito e dividido em 298.562.966 ações ordinárias, nominativas, sem emissão de certificados e sem valor nominal, sendo 50% pertencentes à Telecomunicações de São Paulo S.A. ("Vivo") e 50% à Telemar Norte Leste S.A. ("Oi").

**A Diretoria**
**Dayana Cristina Dilalo Quessada**
Contadora 1SP 290.043/O-0

## Apetece Sistemas de Alimentação S.A.

CNPJ/ME nº 60.166.832/0001-04 – NIRE 35.300.445.597

**Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária**

**Data, Hora e Local:** Aos 28/04/2021, às 9:00 horas, na sede social na Avenida Guido Aliberti, 4297, sala 01, bairro Mauá, em São Caetano do Sul-SP. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** Dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124 § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** Presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos**: Edna da Silva – Presidente e Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos – Secretária. **Ordem do Dia:** a) Exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020; b) Outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** a) Foram aprovados sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2020, publicado no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Data Mercantil", na edição de 29/04/2021. b) Foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais: 1) Quórum das deliberações:** Aprovado por unanimidade de votos dos Acionistas presentes; **2)** Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Esgotada a Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** Apepar Empreendimentos e Participações S.A, representada por Edna da Silva e Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos; Thiago da Silva Rodrigues dos Santos; Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos. Na qualidade de Secretária da Assembleia, declaro que a presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Mesa:** Edna da Silva – Presidente; Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos – Secretária.

## Caltabiano McLarty Participações S.A.

CNPJ/ME nº 07.133.841/0001-16 NIRE 35.300.319.796

**Convocação – Assembleia Geral Ordinária**

Convocamos os acionistas para se reunirem, de forma virtual pela plataforma Google Meet, nos termos tutelados pela Lei 14.030/2020 e IN DREI nº 81/2020, em AGO a realizar-se em 12/05/2021 às 11 horas, para deliberarem sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2020. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço ao ambiente virtual, disponível para acesso com 30 minutos de antecedência. Os documentos a serem examinados foram encaminhados via correio eletrônico dos Acionistas em 03/05/2021. São Paulo, 03/05/2021. **Alessandro Portella Maia**: Diretor Presidente. (01, 04 e 05/05/2021)

## Tekno S.A. – Indústria e Comércio

CNPJ/ME nº 33.467.572-0001-34 – NIRE 35.300.007.514

**Ata da Reunião do Conselho de Administração de 17 de março de 2021**

Aos 17/03/2021, às 10:30 horas, reuniram-se remotamente os membros do Conselho de Administração da **Tekno S.A. – Indústria e Comércio**, através do aplicativo zoom da Google, em razão das normas vigentes de isolamento social causados pela COVID19, para deliberar sobre: a) solicitação da Diretoria ao Conselho, para, de acordo com o disposto na letra c) do artigo 22 do Estatuto Social, autorizar a diretoria a realizar contratos de financiamentos com entidades financeiras em operações de importações de materiais, financiamentos de capital e giro e financiamentos de ativo fixo, até o limite de R$.25.000.000,00. b) Após discussão do assunto, onde foi colocada a necessidade da diretoria ter esta autorização para concretizar os financiamentos necessários às operações normais da empresa, a matéria foi aprovada pelos conselheiros presentes. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, com a assinatura de todos os presentes. São Paulo, 17/03/2021. **Fernando Antônio Albino de Oliveira** – Presidente do Conselho de Administração. JUCESP – Registrado sob o nº 189.648/21-1 em 27/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6395
Dólar (EUA) - 5,4036
Franco (Suíça) - 5,9198
Iene (Japão) - 0,04942
Libra (Inglaterra) - 7,4780
Peso (Argentina) - 0,05776
Peso (Chile) - 0,007614
Peso (México) - 0,2676
Peso (Uruguai) - 0,1234
Yuan (China) - 0,8348
Rublo (Rússia) - 0,07184
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,5016

# Ouro fecha em queda por dólar forte; recuo dos juros dos Treasuries limita perdas

O ouro fechou em baixa nesta sexta-feira, 30, pressionado pelo avanço do dólar ante a maioria das moedas de economias desenvolvidas e emergentes. A valorização da divisa americana torna os contratos do metal precioso mais caros e, portanto, menos atraentes para os investidores.

A queda nos juros dos Treasuries durante a maior parte da sessão, porém, limitou as perdas da commodity metálica.

O ouro com entrega prevista para junho recuou 0,03%, e terminou a sessão cotado a US$ 1767,70 a onça-troy na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex). Na semana, o ativo registrou variação negativa de 0,57%.

Em relatório enviado no início da sessão, o Commerzbank comenta que a retirada de parte da demanda por ouro em fundos negociados em bolsa (ETFs, na sigla em inglês) também tem pesado sobre o metal.

"Enquanto o ouro se encontrava sob pressão, o paládio alcançou um novo recorde de US$ 2.980 por onça troy. A marca de US$ 3.000 pode ser alcançada antes do fim do dia", prevê o banco alemão.

Já a Capital Economics projeta que o ouro deva cair ainda mais ao longo de 2021, apesar de alta na demanda pelo metal físico, em especial na Índia e na China.

Para a consultoria, os fatores que apontam para maiores perdas do ouro são, principalmente, as prováveis altas do dólar e dos retornos dos Treasuries neste ano, diante da aceleração econômica e inflacionária nos Estados Unidos.

IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:23:32

# Dólar sobe 1,79% no dia, mas abril tem maior baixa mensal desde novembro de 2020

O dólar teve queda de 3,5% em abril, a maior perda mensal desde novembro do ano passado. Nas últimas cinco semanas, a divisa norte-americana acumulou desvalorização em todas elas, ajudada pela aprovação do Orçamento de 2021 mantendo o teto de gastos, fluxo externo positivo e perspectiva de alta de juros pelo Banco Central, além da sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de que vai seguir com os estímulos monetários. Nesse ambiente, o real teve o melhor desempenho que seus pares. O dólar caiu 2,9% em abril na África do Sul, recuou 0,90% no México e 0,64% na Rússia.

Nesta sexta-feira, 30, o dia foi de perdas para o real, refletindo a força da moeda americana no exterior, a pressão dos comprados (que ganham com a alta da moeda) para a definição do referencial Ptax de abril e um movimento de realização de ganhos após as quedas recentes. Na semana, o dólar ainda acumulou queda de 1,2%.

Nesta sexta, terminou em R$ 5,4320, em alta de 1,79%. O dólar futuro para junho, que nesta sexta passou a ser o contrato mais líquido, subia 1,95% às 17h40, a R$ 5,4510.

O chefe de câmbio da Acqua Investimentos, Alexandre Netto, destaca que o desempenho do real melhor que os pares foi ajudado inicialmente pela sanção do Orçamento pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, com alguns vetos. Isso trouxe algum conforto no lado fiscal, disse ele. No cenário externo, a visão de que a liquidez vai continuar alta por mais algum tempo também foi positivo para as moedas de emergentes.

Pela frente, Netto vê dificuldade de o dólar cair muito mais ante o real. No lado doméstico, há fatores que podem provocar ruídos, como a CPI da Covid, que na semana que vem vai ouvir ex-ministros da Saúde. "A CPI tem potencial para gerar ruído e acaba distraindo um pouco da agenda de reformas", disse o executivo da Acqua. Por isso, o R$ 5,32, que o dólar chegou na mínima de quinta, pode acabar sendo um piso por enquanto. "Os principais fatores estão indicando o real um pouco mais depreciado."

IstoéDinheiro

# Juros sobem com pressão do dólar, exterior e mercado já de olho no Copom

Os juros fecharam em alta nesta sexta-feira, pressionados pelo comportamento negativo das moedas emergentes após dados mais fraco da economia da China e firmes da economia norte-americana que fortaleceram o dólar, mesmo num dia de acomodação nos rendimentos dos Treasuries. Internamente, noticiário e agenda não foram capazes de influenciar as taxas e o mercado já começa a se preparar para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na próxima quarta-feira, com o Itaú Unibanco esperando alteração "hawkish" na comunicação dos diretores e manutenção do ritmo de aperto na Selic em 0,75 ponto porcentual.

Com o movimento desta sexta, a curva fecha a semana praticamente no mesmo nível de inclinação visto na última sexta-feira, mas no balanço de abril cedeu em quase 40 pontos-base, muito em função da aprovação do Orçamento de 2021, mesmo com todos os percalços do processo.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 encerrou em 4,655%, de 4,622% no ajuste de quinta, e a do DI para janeiro de 2025 subiu de 7,686% para 7,76%. A taxa do DI para janeiro de 2027 terminou em 8,41%, de 8,344% no ajuste de quinta. A inclinação medida pelo diferencial entre as taxas de janeiro de 2022 e janeiro de 2027 fechou nesta sexta em 375 pontos-base, ante 372 pontos na última sexta e 410 pontos no fechamento de março.

O estrategista-chefe do Banco Mizuho, Luciano Rostagno, explica que o mercado externo operou nesta sexta com uma certa aversão ao risco, que impulsionou o dólar ante moedas emergentes e principalmente as ligadas a commodities, o que acabou influenciando os Dis.

IstoéDinheiro

**NÚMEROS DO MERCADO FINANCEIRO**

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,4030 / R$ 5,4036 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,4270 / R$ 5,4290 *
Turismo - R$ 5,4000 / R$ 5,5900

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: 1,76%

OURO BM&F
R$ 305,500

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,98%
Pontos: 118.893
Volume financeiro: R$ 41,863 bilhões
Maiores altas: Pão de Açúcar ON (4,30%), RaiaDrogasil ON (3,99%), Grupo Natura ON (2,89%)
Maiores baixas: Braskem PN (-6,90%), Azul PN (-4,21%), CVC Brasil ON (-4,12%)
S&P 500 (Nova York): -0,72%
Dow Jones (Nova York): -0,54%
Nasdaq (Nova York): -0,85%
CAC 40 (Paris): -0,52%
Dax 30 (Frankfurt): -0,12%
Financial 100 (Londres): 0,12%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,83%
Hang Seng (Hong Kong): -1,97%
Shanghai Composite (Xangai): -0,81%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,79%
Merval (Buenos Aires): -2,02%

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:23:48

# Fusões & Aquisições

## Por que o varejo brasileiro está indo às compras?

O varejo brasileiro viveu algumas ondas de fusões e aquisições, que coincidem com ciclos de evolução do negócio. A primeira grande onda aconteceu no ciclo pós-Plano Real (1994-2002), motivada pela abertura econômica e controle da inflação. A segunda veio no ciclo do boom (2003-2012), que provocou aumento de renda, consumo e forte expansão do varejo.

Estamos vivendo a terceira onda, que tem características distintas das anteriores e está associada ao ciclo de transformação do varejo.

Nas três ondas, os movimentos foram promovidos por aberturas de capital, entrada de operadores internacionais, fundos de private equity e agressividade de empresas com ambição de crescimento.

O varejo vem passando por um processo de transformação, impulsionado pela digitalização de consumidores e dos negócios, e acelerado pela pandemia da Covid-19.

Isso tem levado ao surgimento de novos modelos de negócio, caracterizados como plataformas e ecossistemas, que crescem exponencialmente a partir de bases de clientes e recorrência, integrando varejo, marketplace, serviços financeiros, conteúdo, mídia, entretenimento e outros serviços.

Os modelos ancoram-se em tecnologia proprietária e infraestrutura e crescem via ativos de terceiros e de forma não orgânica.

No mercado chinês, onde os ecossistemas de negócio surgiram e transformaram o varejo nos últimos seis anos, modelos como Alibaba, Tencent, JD.com e Suning tornaram-se grandes operadores e investidores em negócios de varejo, por entenderem sua importância para escalar modelos sustentáveis orientados a clientes e dados.

Assim, o Alibaba investiu em negócios como Sun Art e Lianhua (supermercados), Yiantai (lojas de departamentos), e implantou negócios próprios, como a rede de supermercados Hema.

Neofeed

## DNA Capital compra fatia de fundos e assume o controle da Memed

O fundo de venture capital DNA Capital, que tem Pedro Bueno, do grupo Dasa, entre os investidores, está assumindo o controle da Memed, startup que atua na área de prescrição de medicamentos de forma digital.

De acordo com documento enviado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a operação acontece por meio de dois fundos de investimentos em participações: o FIP Genoma IV e o FIP Tantal.

"Os compradores são veículos de investimentos via participação em outras sociedades que estão sob o controle de Pedro de Godoy Bueno ("PB") e sob gestão da DNA Capital Consultoria Ltda.", relata um trecho do documento, que informa que os vendedores são pessoas físicas e o fundo de investimentos da Redpoint eventures.

Ainda segundo esse documento, que está sendo apresentado ao Cade, "como resultado dessa aquisição, o grupo econômico dos compradores passará a deter, de forma indireta, a integralidade das ações da Memed".

Segundo apurou o NeoFeed, todos os fundos de venture capital que investiram na Memed, assim como os investidores-anjos, estão vendendo suas fatias. Entre eles estão, além da Redpoint eventures, a Qualcomm Ventures e a Monashees.

Os fundadores da Memed ficarão também à frente do negócio. A Memed foi fundada em 2012 por Ricardo Moraes, Rafael Moraes, René Moraes e Marcel Ribeiro.

Neofeed

## Será a fusão Lame e B2W um caminho para a AB Inbev do varejo?

Todo leitor de negócios já deve ter ouvido Jorge Paulo Lemann falar sobre o fato de o trio do 3G não ter se modernizado e os ativos controlados — AB Inbev e Kraft-Heinz — terem sofrido por isso. Pois bem, Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles acabam de criar um caminho para o que parece haver de mais quente e tecnológico no mundo dos negócios: o varejo. É hoje onde estão todas as notícias mais badaladas e as maiores transformações.

O modelo anunciado para combinação entre Lojas Americanas e B2W lembra a estrutura AB Inbev e Ambev. Aqui, a AB Inbev seria a Lojas Americanas (Lame), que será listada nos Estados Unidos, e a Ambev é a B2W, que vai juntar mundo físico e digital de varejo no Brasil. Com a Lame, o trio vai poder ter contato com tudo que é de novo e voltar a aquecer os motores para aquisições mundo a fora – que é o que eles gostam mesmo de fazer.

Pode ser cedo ainda para afirmar. Mas eles são os pais desse modelo, afinal. Tudo indica que nasce uma potência para o varejo global. Dado que o varejo é uma operação com tantas características regionais, não há muitas razões outras para se ter um veículo global, que não seja pensar em usá-lo. Por enquanto, o único ativo da Lame é AMER — americanas. Esse é o novo nome da companhia brasileira que será resultado da incorporação dos ativos físicas da Lojas Americanas pela B2W.

Mas, ser global no varejo atual é encarar gigantes como a Amazon, com seu US$ 1,7 trilhão de valor de mercado e seus US$ 386 bilhões de receita. E mais tudo que vem bem antes disso. O horizonte, portanto, é bem diferente do que era o mercado de cerveja dos anos 1990 e 2000.

Ou então, será que nasce uma Cosan Limited, a holding que Rubens Ometto criou em 2007 para seu conglomerado, na crença de financiamento infinito, mas que só gerou descontos na empresa operacional brasileira? A vocação do trio deveria estar mais para AB Inbev do que para Ometto.

Exame

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:24:20

# Bolsa fecha na mínima do dia, limitando ganho de abril a 1,94%

O Ibovespa chegou ao fim da sessão, da semana e do mês abaixo dos 119 mil pontos, um nível acima do qual havia se sustentado nos fechamentos desde 13 de abril. Nesta sexta-feira, acentuou perdas perto do encerramento da sessão, com o dia negativo em Nova York favorecendo realização de lucros em fim de período, o que limitou os ganhos do mês a 1,94%.

Em boa parte do dia, o índice da B3 havia se mantido em faixa estreita, de cerca de mil pontos entre a mínima e a máxima. Ao final, mostrava perda de 0,98%, aos 118.893,84 pontos, na mínima do dia, saindo de máxima na sessão a 120.124,61 pontos, com giro financeiro mais forte, a R$ 41,8 bilhões nesta sexta-feira.

Assim, o Ibovespa emendou a segunda perda diária, agora no menor nível desde 12 de abril, então aos 118.811,74 pontos. Na semana, a perda de 1,36% sucede ajuste negativo de 0,48% na anterior, que havia interrompido série de três ganhos semanais. Na virada para a segunda quinzena de abril, o índice fez uma pausa no avanço que o havia tirado dos 115,2 mil pontos no primeiro fechamento do mês, no dia 1º, para a marca de 121,1 mil pontos no de 16 de abril, recuperando nível não visto desde janeiro. Desde então, nesta segunda quinzena, o índice permaneceu amarrado entre 119 mil e 120 mil pontos, testando os 121 mil nos melhores momentos – na quarta, a marca se sustentou no fechamento pela segunda vez no mês.

Após ganho de 6% em março, o Ibovespa com cautela estendeu a série positiva para abril, praticamente neutralizando as perdas de 4,37% em fevereiro e de 3,32% em janeiro.

IstoéDinheiro

**Data Mercantil**

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:
**www.datamercantil.com**

# Maioria das Bolsas da Europa fecha em queda, com indicadores e balanços em foco

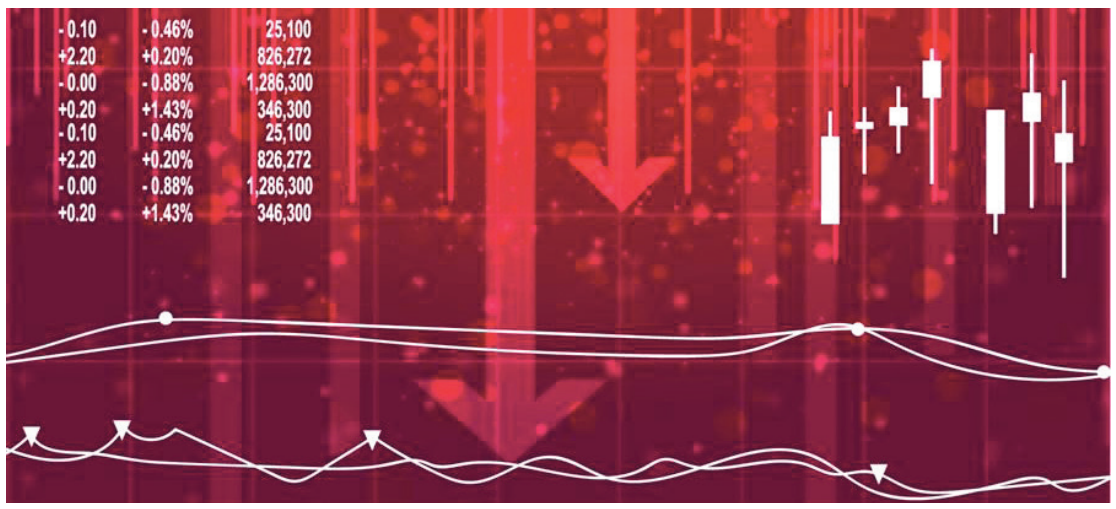
Os mercados acionários da Europa não tiveram direção única, mas caíram majoritariamente nesta sexta-feira. O dia foi marcado pela divulgação de alguns dados, entre eles a confirmação de recessão técnica na zona do euro, e também de resultados corporativos.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em baixa de 0,31%, em 437,39 pontos. Na comparação semanal, caiu 0,38%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro encolheu 0,6% no primeiro trimestre, na preliminar do dado, entrando em sua recessão técnica em um ano e meio, diante dos impactos da pandemia. A leitura preliminar veio melhor do que a contração de 0,8% projetada por analistas ouvidos pelo Wall Street Journal. Na comparação anual, houve contração de 1,8%. Já o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) da região subiu 1,6% em abril, na comparação anual, um pouco acima da previsão de 1,5%.

O ING aponta em relatório que os números de crescimento mostram que "as cicatrizes da pandemia são profundas". O Rabobank, por sua vez, destaca a perspectiva de aumento na proporção de imunizados contra a covid-19 na região e diz esperar crescimento "razoável" no trimestre atual, com ganho maior de fôlego no segundo semestre. Apesar disso, o Rabobank calcula que a zona do euro retornará ao nível do pré-pandemia apenas em meados de 2022.

IstoéDinheiro



# Bolsas de NY fecham em baixa, com realização de lucros e ajuste de posição

As bolsas de Nova York fecharam em baixa, com realização de lucros e ajuste de portfólios no último pregão de abril. Investidores mantiveram no radar a divulgação de resultados trimestrais corporativos.

O índice Dow Jones fechou em baixa de 0,54%, em 33.874,85 pontos, o S&P 500 caiu 0,72%, a 4.181,17 pontos, e o Nasdaq recuou 0,85%, a 13.962,68 pontos. Na comparação mensal, os ganhos foram de 2,71%, 5,24% e 5,40%, respectivamente.

Depois das recentes altas, a Capital Economics não acredita que a recuperação dos mercados de ações continue no ritmo atual, e prevê ganhos menores nos próximos anos.

A consultoria suspeita que o aumento dos valuations, que esteve por trás de muitos dos ganhos nos mercados de ações no ano passado, "agora chegou ao fim". Além disso, "muito otimismo sobre esses ganhos já parece embutido nos preços das ações", aponta, e conclui que "mudanças na política econômica têm o potencial de desacelerar o crescimento dos lucros das empresas listadas".

A perspectiva de maiores impostos corporativos nos EUA e o foco crescente dos reguladores em questões antitruste são duas questões citadas.

IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:24:40

# Negócios

## Pandemia e digitalização estimulam consolidação na moda brasileira

As últimas semanas foram movimentadas nos bastidores das grandes empresas do mercado de vestuário no Brasil. A tradicional Cia. Hering, de Blumenau (SC), recebeu proposta de compra da Arezzo&Co e do Grupo Soma. Depois de uma série de reviravoltas, envolvendo a recusa de uma oferta avaliada em 3,3 bilhões de reais por parte da Arezzo, foi o Grupo Soma, dono de marcas como Farm e Animale, quem venceu a disputa, arrematando a empresa catarinense por 5,1 bilhões de reais. Com a fusão, cria-se a quarta maior grife de moda do país, um conglomerado com receita acumulada de 2,3 bilhões de reais, segundo dados referentes a 2020, ano em que as varejistas de moda sofreram com os efeitos da pandemia de Covid-19.

"Enquanto o Grupo Soma tem uma forte atuação no segmento premium, com vocação para o público feminino, a Hering tem uma força grande no mercado masculino e traz uma base de clientes enorme para a Soma, já que é uma marca mais democrática e tem um perfil de público mais abrangente", diz Alberto Serrentino, fundador da consultoria Varese Retail.

A negociação frustrou a Arezzo, que tem investido pesado para diversificar sua fonte de receita. Em outubro de 2020, o grupo que calça as mulheres com as marcas Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman adquiriu a grife masculina Reserva, por 715 milhões de reais, criando assim um negócio com enormes sinergias. Vale lembrar que antes disso, em 2019, o Magazine Luiza também decidiu surfar no mercado de vestuário e comprou o portal de artigos esportivos Netshoes, por 115 milhões de dólares.

Há quem diga, no entanto, que esse movimento de consolidação no varejo têxtil brasileiro terá novos capítulos em breve, já que a maior empresa desse setor, a Renner, anunciou uma oferta subsequente de ações cujo valor pode superar a marca de 6 bilhões de reais.

Veja

## Bob's: vendas devem voltar ao nível pré-covid em julho

Com a vacinação avançando no Brasil, as redes de restaurantes estão começando a calcular o ritmo da retomada.

O Bob's — a terceira maior rede de fast-food do Brasil com 1.100 franquias — espera que suas vendas voltem ao patamar de antes da pandemia em julho.

A rede projeta um crescimento de 8% para o faturamento este ano, que deve chegar a R$ 1 bilhão (o equivalente a 80% dos níveis pré-covid).

As projeções estão num relatório do Credit Suisse enviado hoje a clientes. O banco conversou com Antonio Detsi, o CEO da divisão de franquias da Brazil Fast Food Corp. (BFFC), a controladora do Bob's.

No ano passado, as vendas do Bob's caíram 23%, para R$ 930 milhões, em linha com seus principais concorrentes — o Burger King Brasil caiu 22% e a Arcos Dorados, a master-franqueadora do McDonald's, caiu 20% em reais.

O Bob's abriu 55 franquias e fechou 50 no ano, enquanto o BKB abriu 8 e fechou 4 e a Arcos abriu 2 e fechou 3.

Apesar da retomada, o Bob's revisou seus planos de expansão para este ano, reduzindo a abertura de lojas de 120 para entre 60 e 70, e com foco em cidades pequenas em vez de capitais.

Ainda que BKB e Arcos não tenham antecipado nenhuma mudança em seus planos de aberturas de lojas para 2021, a analista Marcella Recchia não descarta que eles também reduzam seu plano de expansão. Por enquanto, a estimativa do Credit Suisse é que a Arcos abra 36 McDonald's este ano no Brasil, e o BKB, 60 lojas do Burger King.

Brazil Journal

## Com dívidas de R$ 500 mi, Grupo Metodista pede recuperação judicial

O grupo Educação Metodista entrou hoje com pedido de recuperação judicial na Justiça do Rio Grande do Sul. Com dívidas de cerca de R$ 500 milhões, a controladora da Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo (SP), enfrenta dificuldades financeiras desde 2015 e viu a situação se agravar em meio à pandemia de covid-19.

O pedido de recuperação judicial permite que a Educação Metodista mantenha suas atividades acadêmicas.

"A recuperação judicial é o primeiro passo do processo de reestruturação planejado pela Educação Metodista. A reorganização do grupo envolve a implementação de um novo modelo de gestão e a desmobilização de ativos não operacionais", afirmou o diretor financeiro do grupo, Maurício Trindade.

Segundo a Educação Metodista, desde 2015, o grupo sofre com a redução significativa do número de alunos, o que impactou na receita e provocou o seu desequilíbrio financeiro. Mudanças nas regras do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), diz o grupo, deram origem às dificuldades financeiras.

Na época, a Educação Metodista tinha uma base de 51 mil alunos —volume que encolheu 60% desde então. "A mudança do Fies afetou todo o mercado educacional. Houve também a recessão no Brasil e a entrada de novos players, que realizaram uma consolidação do mercado, acirrando ainda mais a competição, com preços agressivos", comentou o diretor de operações estratégicas da Educação Metodista, Aser Gonçalves Junior.

A educação universitária no Brasil recebeu uma forte injeção de ânimo com a chegada do Fies, que aumentou o número de alunos no ensino superior em todo o país. Em 2015, contudo, as regras foram alteradas, com a alegação de que o programa se tornaria mais sustentável ao longo do tempo.

Dentre as diversas mudanças estavam juros maiores, prazo menor para se quitar a dívida e o fim do financiamento de 100% do curso.

Uol/Biznews

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: sexta-feira, 30 de abril de 2021 21:24:59